

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CLASSE OPERÁRIA E SINDICALISMO EM NOVO HAMBURGO  
( 1945 - 1964 )

Trabalho final apresentado por  
MARCOS VINÍCIOS DE ALMEIDA SAUL  
para obtenção do grau de  
Mestre em História

Florianópolis, julho de 1982.

CLASSE OPERÁRIA E SINDICALISMO EM NOVO HAMBURGO  
( 1945 - 1964 )

Dissertação apresentada  
por

MARCOS VINICIOS DE ALMEIDA SAUL

---

Prof.Dr. Ernesto Aníbal Ruiz  
Orientador

---

Prof.Dr. Earle Diniz M.Moreira

---

Prof.Dr. Carlos Humberto P.Corrêa

## R E S U M O

O propósito dessa dissertação é o estudo da evolução histórica da classe trabalhadora e seus sindicatos em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, entre 1945 e 1964, um período de tempo caracterizado pelo fenômeno do populismo. Começando com uma análise retrospectiva do movimento sindicalista nas nações industriais, como também no Brasil, esse trabalho procura estudar o desenvolvimento dos sindicatos ao nível local.

Essa tese baseia-se no estudo da legislação trabalhista brasileira, na análise da imprensa da época, em entrevistas pessoais com líderes sindicais e em arquivos pertencentes aos sindicatos e à Delegacia Regional do Trabalho. Discute também a bibliografia relevante sobre o assunto. O núcleo do trabalho é a análise da relação entre a política sindical e as greves ocorridas na cidade, o estudo da inter-relação entre salários e custo de vida e o exame da relação entre a legislação trabalhista e a organização e funcionamento dos sindicatos.

A tese mostra que não existiu, apesar da crença difundida, uma completa harmonia "social" entre empregadores e empregados. O conceito de anti-comunismo, como ideologia, orientou as relações entre capital e trabalho. O populismo, tão intenso nas manifestações operárias brasileiras, não se configurou plenamente em Novo Hamburgo, ao menos em relação às bem conhecidas fórmulas de manipulação operária. Na prática, os sindicatos sempre funcionaram dentro do marco legal imposto pela legislação trabalhista e o Ministério do Trabalho. Na realidade, os sindicatos nunca pretenderam contestar o sistema capitalista, como também nunca foram, ao menos em Novo Hamburgo, "uma escola de comunismo", como Lênin acreditava.

## A B S T R A C T

The purpose of this thesis is the study of the historical evolution of the working class and its labor unions in Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, between 1945 and 1964, a span of time characterized by the phenomena of Populism. Starting with a retrospective analysis of the labor union movement in the industrial nations as well as in Brazil, this work attempts to study the development of labor unions at a local level.

This thesis rests in the study of the Brazilian Labor Legislation, in the analysis of newspapers and journals of the period covered, in personal interviews with labor leaders, in archives belonging to the labor unions and the Delegacia Regional do Trabalho. It also discussed the bibliography related to the subject. The focus of this work is the analysis of the interrelation between labor union politics and labor strikes which took place in the city, the study of the interplay between wages and cost of living and the examination of the relation between Labor Legislation and labor union organization.

The thesis shows that there was not, despite accepted belief, a complete "social" harmony between employers and workers. The concept of anti-communism as an ideology oriented the relations between capital and labor. Populism, a heavy factor in Brazil's labor manifestations, did not play an important role in Novo Hamburgo, at least in relation to the well-known formulas of working class manipulation. In practice, the labor unions always functioned within the legal framework imposed by Labor Legislation and the Ministry of Labor. In fact, the labor unions never attempted to challenge the capitalist system and they never became in Novo Hamburgo a "school of communism", as Lenin predicted.

## S U M Á R I O

|   | Página |
|---|--------|
| RESUMO .....  | III    |
| ABSTRACT .....  | IV     |
| SUMÁRIO .....   | V      |
| INTRODUÇÃO .....  | 6      |
| CAPÍTULO I - SÍNTESE HISTÓRICA DO SINDICALISMO .....                                      | 12     |
| CAPÍTULO II - O MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO .....                                       | 20     |
| CAPÍTULO III - O MOVIMENTO OPERÁRIO EM NOVO HAMBURGO ....<br>(síntese histórica até 1945) | 35     |
| CAPÍTULO IV - A IMPRENSA E OS TRABALHADORES DE NOVO<br>HAMBURGO .....                     | 49     |
| CAPÍTULO V - A ORGANIZAÇÃO SINDICAL E A LEGISLAÇÃO<br>TRABALHISTA .....                   | 66     |
| CAPÍTULO VI - OS SINDICATOS DE NOVO HAMBURGO .....  | 81     |
| CAPÍTULO VII - A POLÍTICA SINDICAL EM NOVO HAMBURGO .....                                 | 91     |
| CAPÍTULO VIII - AS GREVES EM NOVO HAMBURGO .....  | 111    |
| CAPÍTULO IX - OS TRABALHADORES DE NOVO HAMBURGO, SA-<br>LÁRIOS E CUSTO DE VIDA .....      | 131    |
| CAPÍTULO X - 1964: O EPÍLOGO .....  | 144    |
| CONCLUSÕES .....  | 148    |
| BIBLIOGRAFIA .....  | 162    |
| ANEXOS .....  | 166    |

## I N T R O D U Ç Ã O

O Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, é tradicionalmente conhecido por suas indústrias de calçados. No vale, Novo Hamburgo ocupa lugar de destaque com suas 750 indústrias formando importante polo de desenvolvimento. Apesar do predomínio do setor coureiro-calçadista a produção industrial é diversificada e importante, destacando-se a metal-mecânica, química, tecidos, borracha, móveis e esquadrias.\*<sup>1</sup>

Histórica e tradicionalmente, o desenvolvimento do vale tem sido apresentado no contexto épico do imigrante alemão e de seus descendentes, como os formadores do capital, mas esquecidos os trabalhadores como os responsáveis pela produção. Como pouco se fez em termos de pesquisa dos movimentos operários, o presente estudo pretende iniciar uma necessária revisão para resgatar do esquecimento a contribuição dos assalariados para o progresso de Novo Hamburgo.

No momento em que se anuncia e processa uma nova abertura política no Brasil, são de relevante importância as manifestações operárias, a partir de suas entidades de classe. O operariado, como uma das forças sociais, precisa ser levado em conta, no momento em que se procura, através de um novo pacto social, estabelecer um projeto viável para o Brasil. Este fato motiva um estudo sobre os operários e seus sindicatos, ainda que partindo de um caso particularizado, ou seja, o caso local de Novo Hamburgo.

---

\* As notas bibliográficas são encontradas ao final da Introdução, dos Capítulos e das Conclusões.

O período de concentração do estudo, 1945 a 1964, se justifica pelas características políticas, econômicas e sociais desta fase da vida brasileira, ou seja, a ordenação dada pela Constituição de 1946. A redemocratização, em 1945, e o movimento militar, em 1964, assinalam as datas-limite, marcando uma fase particularmente importante para os movimentos operários e suas entidades de classe, os sindicatos.

O interesse por este tema, organização da mão-de-obra urbana, decorreu das aulas do Prof. Dr. Errol Dean Jones, na Universidade Federal de Santa Catarina, onde desenvolveu um estudo dos movimentos trabalhistas em diversos países da América, de forma comparada, além do estudo das idéias sociais e políticas norteadoras destes movimentos. A transposição do geral para o particular, ou seja, estudar o movimento operário de Novo Hamburgo, foi consequência natural da situação pessoal do autor.<sup>2</sup>

Definido o tema e o período da pesquisa, a preocupação passou a ser de ordem bibliográfica. A leitura de diversas publicações sobre a evolução do movimento operário e sindicalista, tanto mundial como brasileiro, se impunha para a formação do lastro teórico. Isto feito, foi possível estabelecer algumas hipóteses que dariam sentido ao trabalho, a nível local. Todo o esforço da pesquisa, portanto, procurou buscar respostas às seguintes perguntas.

1) Houve influência de diferentes correntes ideológicas no surgimento e organização das entidades sindicais de Novo Hamburgo?

2) Os sindicatos locais se desenvolveram e atuaram à sombra paternalista do Ministério do Trabalho, ou se caracterizaram por ações nitidamente autônomas?

3) O movimento operário de base sindical, na cidade, esteve identificado com a denominada política populista?

4) A ação dos sindicatos, à frente das categorias por eles representadas, configurou a existência de uma luta de classes em Novo Hamburgo?

5) Houve, e em que medida, harmonização de interesses entre patroões e empregados?

6) Houve relações de apoio, solidariedade e ação comum dos diversos sindicatos da cidade que demonstrassem a formação de uma consciência de classe?

Para alcançar este propósito a pesquisa contou com os seguintes recursos metodológicos: bibliografia, questionário, arquivos e imprensa. A bibliografia, como já foi referido, formou a base indispensável de conhecimento, tanto teórico como informático. Os sindicatos responderam a um questionário básico proposto pelo pesquisador (V. Anexos) e os contatos pessoais com os dirigentes sindicais, embora de modo informal, forneceram dados e pistas importantes para o desenvolvimento do trabalho. Quanto aos arquivos, foram pesquisados os do Sindicato dos Metalúrgicos e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados, além do arquivo da Divisão de Assuntos Sindicais (DAS) da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), em Porto Alegre, onde as pastas referentes a cada um dos sindicatos de Novo Hamburgo foram livremente manuseadas. Contudo, o grande manancial de dados foi a imprensa. Foram lidos jornais locais, de 1927 a 1964, e de Porto Alegre, de 1945 a 1964, utilizando-se dos acervos da Biblioteca Pública Municipal "Machado de Assis", de Novo Hamburgo, e da Biblioteca Pública do Estado, na capital.

Contudo, alguns problemas, além de retardarem as pesquisas,



inviabilizaram certas fontes. Por exemplo, a desconfiança de alguns dirigentes sindicais com relação a um trabalho desta espécie. Uns manifestaram este sentimento no primeiro contato, outros a partir do momento em que o pesquisador procurou aprofundar o sentido das perguntas. Um caso concreto foi o que aconteceu no Sindicato dos Metalúrgicos. Inicialmente, o então presidente, Sebastião Ody, recebeu muito bem o pesquisador. Contudo, quando a pesquisa entrou numa fase decisiva, precisando coletar dados de arquivo e informações prestadas pela diretoria do sindicato, Ody estava envolvido na campanha eleitoral de 1980, tentando a reeleição na primeira oportunidade em que uma eficaz oposição ameaçava seus 23 anos de presidência, passando a tratar o pesquisador com evasivas. Interrompeu-se a pesquisa neste sindicato. Ody perdeu as eleições. Através do novo presidente, João Machado Mendes, soube-se que, durante a campanha, Ody aconselhara cautela aos dirigentes e funcionários do sindicato porque havia um "espião" da oposição vasculhando a entidade. O pesquisador, apesar de neutro na disputa e sem conhecer pessoalmente nenhum candidato opositor, ficou prejudicado por uma infundada desconfiança. Ody havia negado acesso ao arquivo do sindicato.

A desconfiança também inviabilizou a aplicação das técnicas de História Oral. Talvez porque o período estudado, 1945 a 1964, não está suficientemente distante, no entender dos eventuais entrevistados, e falar de pessoas ainda vivas que participaram de fatos importantes torna-se difícil. De qualquer forma, ainda que sem utilidade para o presente trabalho, o testemunho de pessoas que protagonizaram o movimento sindical de Novo Hamburgo precisa ser tomado para preservar uma valiosa fonte histórica.

Com relação à imprensa, dois foram os problemas. Primeiro, o grande número de informações carecia de uma organização preliminar. Por em ordem, para poder usar, resultou num penoso trabalho

de fichamento e catalogação. Segundo, as lacunas representadas pela falta de edições inteiras de jornais locais, ou então, por páginas rasgadas para subtrair aos leitores notícias inconvenientes. Em 1946, por exemplo, três edições consecutivas do jornal O 5 de Abril estão faltando na encadernação correspondente, justamente na época em que foi realizada a chamada "greve da farinha", com repercussões políticas que envolveram até mesmo a renúncia do prefeito nomeado.<sup>3</sup>

Apesar dos problemas e dificuldades, o trabalho foi realizado. Mais que por eventuais méritos de seu autor, pelo apoio e incentivo de parentes e amigos. Aos professores, tanto da UNISINOS, como da UFSC, cabe uma parcela pelo estímulo e orientação dadas. Ao Prof. Dr. Ernesto Aníbal Ruiz, Orientador dessa dissertação, cabe a virtude da paciência para orientar a porto seguro o nauta inexperiente. Ao Prof. Dr. Walter Fernando Piazza, Coordenador do Curso de Pós-Graduação em História da UFSC, a parcela de compreensão por todos os problemas formais enfrentados pelo mestrando durante o curso.

Finalmente, é necessário fazer referência à colaboração imprescindível das diretorias e funcionários dos sindicatos de Novo Hamburgo, como também dos funcionários da DRT, em Porto Alegre, que gentilmente atenderam o pesquisador, por deferência da sra. Aurora Barros, atual titular daquele órgão. Sem esquecer o auxílio prestado por todos os funcionários da Biblioteca Pública Municipal "Machado de Assis", cujo diretor, sr. Harry Roth, facilitou ao máximo o desenvolvimento da pesquisa.

A todos é preciso dizer obrigado.<sup>4</sup>

## INTRODUÇÃO - NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) Guia do Vale - 1980, edição conjunta dos jornais NH e Vale do Sinos, 25.07.80, p.2.
- 2) O autor reside em Novo Hamburgo desde 1963, onde também exerce suas atividades profissionais como professor do Estado.
- 3) Por um dever de justiça, é preciso esclarecer que estas irregularidades aconteceram antes da organização da Biblioteca Pública Municipal "Machado de Assis", que não pode, portanto, ser responsabilizada pelas lacunas no acervo de jornais.
- 4) Por um dever de gratidão, é preciso deixar registrado o auxílio prestado, em Florianópolis ou no Rio Grande do Sul, pelos amigos Antônio Carlos Costa, Dauro Rodrigues Redaelli, Georgina Ricardo dos Santos, Guilherme Gomes Salazar, João Edmundo Bohn Neto, José Alberto Griebeler, Paulo Fernando de Almeida Saul, Ubirajara Penteado e Valmor Machado.

## CAPÍTULO I

### SÍNTESE HISTÓRICA DO SINDICALISMO

O surgimento e desenvolvimento do sindicalismo tem relação direta com a expansão do sistema capitalista. Evidente que o capitalismo antecede em muito ao sindicalismo, este compreendido como a conjugação de esforços da classe trabalhadora, devido às peculiaridades do tipo de produção. Sendo assim, o capitalismo somente sofrerá forte contestação após a Revolução Industrial. O pensador alemão Wolfgang Abendroth identifica o início do movimento trabalhista quando os operários quebram máquinas, na Inglaterra, porque julgam-se prejudicados pela "concorrência".<sup>1</sup> Em pouco tempo eles aprendem a transferir o ataque do elemento material (as máquinas), para suas formas de exploração social (o capitalismo).

No quarto final do século XVIII, dos conflitos com a burguesia, caracterizados de um lado pela luta reivindicatória e de outro pela repressão,<sup>2</sup> surge a conclusão, ao menos para os trabalhadores mais conscientes e organizados, de que a propriedade capitalista dos meios de produção não é mais "a base lógica e sacrossanta da sociedade econômica".<sup>3</sup>

Esta tomada de consciência foi decorrente das enormes dificuldades impostas aos operários nas cidades inchadas pelo êxodo rural, como os problemas de moradia, insalubridade, jornada de trabalho extenuante e sujeição aos contratos livres de trabalho

à margem de qualquer legislação protecionista. Isto no momento em que havia uma excessiva oferta de mão-de-obra, tornada barata pelos imperativos da lei da oferta e da procura. Sofrendo a injustiça de tantos abusos comuns, os trabalhadores despertaram para a solidariedade grupal.

Da solidariedade chegou-se ao espírito de luta, porque, como reconhece Albertino Rodrigues, a Revolução Industrial provocou radicais transformações na organização do trabalho, principalmente o que ele chama de "alienação" do operário no processo produtivo porque a introdução intensiva de máquinas e ferramentas afastou a manipulação direta do produto pelo trabalhador. O mesmo autor, Albertino Rodrigues, explica a emergência do sindicato que "concebido como instrumento de luta - em contraste com o caráter integrativo das corporações de ofício - foi uma resposta operária à sua própria alienação no processo produtivo e, por conseguinte, corresponde a um esforço de desalienação".<sup>4</sup>

Mais tarde, já no século XIX, o movimento trabalhista crê que somente poderá alterar a ordem vigente em proveito próprio a partir de uma maior participação política. Assim, temos o exemplo de Robert Owen, o teórico do cooperativismo, que arregimentou forças para obter do parlamento inglês a revogação dos "Atos de Combinação". Esta conquista foi alcançada em 1824, abrindo o caminho para a criação das "trade-unions" (os primitivos sindicatos ingleses) que se desenvolveram pela Inglaterra, tornando-se bastante poderosas, a ponto de conseguir do parlamento a promulgação das primeiras leis trabalhistas baseadas na igualdade entre patroões e empregados diante das leis. Outro exemplo significativo é o de William Lovett, criador do movimento "cartista" que lutou pela reforma parlamentar na Inglaterra e cuja grande contribuição, em termos gerais, foi chamar atenção para a necessidade da solidariedade internacional entre os trabalhadores.

No entanto, assim como a burguesia encontrou a resistência das forças aristocráticas para a imposição dos ideais políticos da Revolução Francesa, as classes trabalhadoras encontraram resistência e repressão por parte da burguesia dominante no intuito de alterar a ordem sócio-econômica. Esta reação do capitalismo está bem caracterizada nos movimentos europeus de 1848, data que assinala, na interpretação de Eric J. Hobsbawm, o início de um período de avanço do capital e o conseqüente recuo dos movimentos trabalhistas.

As revoluções de 1848, na sua gênese, representam a continuidade da Revolução de 1789 no que concerne ao seu cunho social e democrático. É o espírito do "quarente-huitard", representando o sentido de libertação, de esperança e de otimismo. Foram rapidamente vitoriosos e da mesma forma completamente derrotados. A razão desta fugacidade está, como interpreta Hobsbawm, no fato de que a questão colocada foi entre a "ordem" e a "revolução social".<sup>5</sup> A primeira significava a manutenção do processo ascensional da burguesia promovida pelos sucessos econômicos do capitalismo industrial. A segunda, identificada com as classes desfavorecidas, política, econômica e socialmente, mas dispostas a agir para implantar ideais igualitários e de liberdade. Ora, como a economia capitalista no século XIX trazia, em si, a injustiça social, decorrente do seu processo de acumulação e concentração de renda, é fácil compreender porque a burguesia reagiu, e venceu, o processo revolucionário desencadeado em 1848, ainda que para alcançar esta vitória restaurasse no poder político monarquias conservadoras, em troca de concessões econômicas do tipo "laissez-faire".

A partir de então segue-se um período de desenvolvimento industrial e, segundo Hobsbawm, "nesta era o capitalismo industrial tornou-se uma genuína economia mundial e o globo estava transformado, dali em diante, de uma expressão geográfica em uma cons-

tante realidade operacional".<sup>6</sup>

Este período assinala uma ligeira melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, ainda que estivessem privados de organizações fortes e combativas. De qualquer forma, 1848 também assinala a divulgação do Manifesto Comunista, constituindo-se em importante reforço ideológico ao lado dos trabalhadores.

A economia capitalista internacionalizava-se e a contrapartida dos movimentos trabalhistas foi a fundação da Associação Internacional de Trabalhadores,<sup>7</sup> em 1864, em Londres, reunindo representantes de diversos países. Marx sobrepuja as utopias de Mazzini e o mutualismo de Proudhon ao ser encarregado de redigir o documento inicial da organização.<sup>8</sup>

Nos congressos da Internacional nota-se o choque das posições. O grupo marxista predomina com suas idéias de usar o Estado como um meio para alcançar, gradativamente, a extinção deste mesmo Estado. As conquistas sociais e a própria socialização dos bens de produção deveriam ser impostas pelo Estado. A tese de Proudhon é contrária, não deseja a intervenção do Estado no processo de evolução da classe trabalhadora.

No mesmo congresso<sup>9</sup> que assinala a derrota final dos franceses (Proudhon), aparece Bakunin como intérprete do anarquismo que não "conseguia prever o futuro, sobre o qual nada tinha a dizer salvo que só podia acontecer depois da revolução"<sup>10</sup> e que esta representava a extinção imediata do Estado.

Apesar disto, o sindicato constituía o núcleo básico da sociedade anarquista, além de ser o instrumento para a derrubada das instituições. O anarquismo teve maior influência e penetração nos países meridionais da Europa, incluindo a França, todos de menor industrialização, e alcançando praticamente todos paí-

ses latino-americanos através dos emigrantes italianos, portugueses e espanhóis.

Como efeito da Guerra Franco-Prussiana e da sangrenta derrota da Comuna de Paris, a Internacional, no congresso de 1871, em Londres, divulga a tese da organização de partidos de trabalhadores a nível nacional. Bakunin e os seguidores de Blanqui são contra. Segue-se a transferência do Conselho Geral da Internacional para os Estados Unidos, a rápida decadência e a extinção do organismo, em 1876.

A Segunda Internacional é fundada em 1890, em Paris, por ocasião de uma manifestação reivindicatória pela jornada de oito horas, a primeiro de maio. Nesta fase do movimento trabalhista surgem os partidos políticos propostos pela Primeira Internacional<sup>11</sup> e os anarquistas são excluídos da organização. Surgem as primeiras grandes contradições no seio do movimento trabalhista, como por exemplo o advento dos burocratas dos partidos, que vivem do movimento e não mais para ele, ou então, a aceitação do jogo político das classes dominantes, por parte dos grandes partidos de trabalhadores a nível nacional, que estão acomodados na legalidade, o que contribuirá para levar a Europa ao grande conflito de 1914 sem a resistência eficaz dos trabalhadores. O resultado final é o próprio esfacelamento da Segunda Internacional.

Em 1919 funda-se a Terceira Internacional sob a inspiração e liderança da Rússia que, em 1917, fez e venceu a revolução socialista. Nos outros países europeus a repressão burguesa, como consequência, foi violenta para evitar a internacionalização da Revolução Russa.<sup>12</sup>

A Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra Mundial marcam novas contradições no seio do movimento trabalhista. Os russos, por exemplo, desistem de exportar a revolução para aplicar a te-



se stalinista do "socialismo num país", ou seja, garantir o Estado soviético contra o inimigo mais ferrenho e imediato, o nazismo. Para os republicanos espanhóis resta a solidariedade individual dos simpatizantes de todo o mundo porque os partidos de trabalhadores ligados à Terceira Internacional fazem o jogo nacional da União Soviética.

Atualmente, é possível identificar duas grandes tendências sindicais. A primeira, essencialmente reivindicatória, derivada da tradição "trade-unionista", buscando melhores condições de vida para os trabalhadores. É o caso das grandes entidades sindicais norte-americanas, como a American Federation Labor (AFL), que, apesar do grande poder político e de pressão que possuem, buscam tirar vantagens do capitalismo e não destruí-lo. A segunda, apesar de dividida em diversas correntes ideológicas, questiona o capitalismo na busca de uma estrutura social justa. Este questionamento não significa, necessariamente, a extinção do capitalismo, como atesta o exemplo da doutrina social da Igreja.<sup>13</sup>

Para as ideologias que pregam a substituição do capitalismo, especialmente a comunista, os sindicatos exercem um papel de fundamental importância como elo de ligação entre o Partido (comunista) e as massas (operários), pois como diz Lênin, a respeito da organização (ela) "é uma organização educadora, uma organização que atrai e instrui, é uma escola, escola de governo, escola de administração, escola de comunismo, uma escola de tipo completamente desconhecido, pois nos sindicatos não há mestres e alunos, (...) isto é, a vanguarda revolucionária do proletariado."<sup>14</sup>

Por outro lado, é a greve a grande arma dos sindicatos e, por extensão, a arma de todos os trabalhadores para alcançar os objetivos do movimento trabalhista, como enfatiza Lênin:

"As greves ensinam os operários a unirem-se, as greves fazem-nos ver que somente unidos podem aguentar a luta contra os capitalistas, as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial. Exatamente por isso, os socialistas chamam as greves de "escola de guerra", escola em que os operários aprendem a desfechar a guerra contra seus inimigos, pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo dos funcionários e do jugo do capital."<sup>15</sup>

Contudo, sintetizando melhor a importância dos sindicatos na reestruturação social, Bertrand Russell diz que "todo sindicalismo, coletivismo, anarquismo, tem por objetivo abolir a situação econômica atual, e a propriedade privada existente da maioria das coisas, mas com distinção. Ao passo que o coletivismo substituiria a propriedade por todos e o anarquismo a propriedade por ninguém, o sindicalismo tem por objetivo a propriedade pelo Trabalho Organizado".<sup>16</sup>

No Brasil, por sua própria condição colonial e periférica, o surgimento e ascensão do movimento trabalhista apresentarão características diferentes daquelas do congênere europeu. Estas peculiaridades serão apresentadas a seguir.

## CAPÍTULO I - NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) Wolfgang ABENDROTH, A História Social do Movimento Trabalhista Europeu, p.15.
- 2) Em 1799-1800 os "Atos de Combinação" proibiam, na Inglaterra, o direito de criar associações sindicais. Os girondinos, durante a Revolução Francesa, tinham feito o mesmo, com o agravante de considerar tais associações atentatórias à liberdade individual!
- 3) Wolfgang ABENDROTH, op. cit., p.18.
- 4) José Albertino RODRIGUES, Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, p.166.
- 5) Eric J. HOBBSAWM, A Era do Capital: 1848-1875, p.33.
- 6) Idem, p.66.
- 7) Mais tarde conhecida como Primeira Internacional.
- 8) Wolfgang ABENDROTH, op. cit., p.35.
- 9) 4º Congresso da Primeira Internacional, Basiléia, 1869.
- 10) Eric J. HOBBSAWM, op. cit., p.179.
- 11) Exemplos: Federação do Partido dos Trabalhadores Socialistas Franceses, União Geral dos Trabalhadores Alemães e Partido Trabalhista inglês.
- 12) O exemplo simbólico é o assassinato da ativista Rosa Luxemburgo, em janeiro de 1919, na Alemanha.
- 13) As bases da doutrina social da Igreja estão expressas na encíclica "Rerum Novarum", do Papa Leão XIII, em 1891, reafirmadas pela encíclica "Quadragesimo Anno", do Papa Pio XI, em 1931. Uma análise encontra-se em Luiz Werneck VIANNA, Liberalismo e Sindicato no Brasil, p.159-164.
- 14) LÊNIN, Sobre os Sindicatos, p.191.
- 15) Idem, p.41-42.
- 16) Bertrand RUSSELL, Caminhos para a Liberdade - Socialismo, Anarquismo e Sindicalismo, p.88.

## CAPÍTULO II

### O MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO

Para conhecer a evolução do movimento operário no Brasil, além da descrição de sua síntese histórica, é preciso analisar também as relações entre os trabalhadores e o modelo.<sup>1</sup> O estudo desta variável se impõe porque está inserida na empresa capitalista. Primeiro, com o processo de colonização, um empreendimento do mercantilismo da Revolução Comercial. Depois, com a independência, no século XIX, identificada com o liberalismo econômico impulsionador da Revolução Industrial. Mas, no caso brasileiro, é evidente a presença do Estado na realização desta empresa capitalista, como regulador ou interventor. Por extensão, o movimento trabalhista e sua organização está diretamente relacionado com o modelo político e econômico executado ou promovido por este mesmo Estado.

#### 1.0 As relações entre os trabalhadores e o modelo

No Brasil, o capital é de origem agrária. A decadência do ciclo cafeeiro e os diversos surtos de industrialização são responsáveis pela liberação do capital gerado na lavoura no processo de economia secundária. Os primeiros surtos não tiveram efeito duradouro, no sentido de alterar o modelo econômico, como se exemplifica com as tentativas, nem sempre compreendidas e esti-

muladas, de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, no século passado. Somente com as guerras mundiais, a crise de 1929 e a diretriz reformista e modernizadora da Revolução de 1930 é que há uma alteração do tradicional modelo agrário-exportador, surgindo a variante da "substituição das importações", o que gerou o desenvolvimento da indústria e, conseqüentemente, da mão-de-obra e de seus organismos de classe.

Na verdade, durante muito tempo, as relações entre capital e trabalho, no Brasil, eram exclusivamente "privatistas", na definição de Azis Simão.<sup>2</sup> Uma relação entre as partes caracterizada pelo contrato de trabalho livre e, geralmente, oral.

Naturalmente que com o crescimento da indústria e com a diferenciação dos trabalhadores urbanos, com as condições negativas oferecidas (jornada superior a dez horas, insalubridade, alto custo de vida, trabalho de mulheres e crianças, baixos salários, etc.), e com a penetração das doutrinas sócio-econômicas, como o comunismo e o anarquismo, encontram no início deste século os movimentos reivindicatórios que derivam na fundação das associações e sindicatos operários. Da reivindicação à greve foi apenas um passo<sup>3</sup> e da greve à repressão outro passo apenas. Daí ser célebre a expressão, durante a República Velha, que movimentos sociais eram "caso de polícia",<sup>4</sup> como atesta Paulo Sérgio Pinheiro:

"Ao nível jurídico-político, dada a inexistência de meios institucionais e de soluções legislativas para a consideração dos problemas operários, a política do Estado em face da classe operária era quase limitada a repressão policial o que muita vez levou a revolta do proletariado industrial a ser um protesto contra essa repressão e exploração, e menos o resultado de táticas precisas de uma análise concreta."<sup>5</sup>

As intervenções do Estado foram sempre em nome de interesses maiores, capitalistas, ou então para abrandar as tensões so-

ciais decorrentes da exploração capitalista. Os exemplos: 1) a abolição da escravatura, em 1888, representa uma intervenção do Estado, ainda que este tenha agido, muito além das alegadas razões humanitárias, pelos interesses ingleses de aumentar o mercado consumidor interno e pelo favorecimento da imigração europeia dirigida, sobretudo porque a empresa cafeicultora paulista já havia percebido as vantagens da mão-de-obra assalariada sobre a escrava; 2) a legislação trabalhista brasileira criada com a Revolução de 1930 surgiu muito mais para conter do que para libertar a organização trabalhista, mais precisamente para esvaziar o conteúdo das pregações radicais, como o comunismo, cujo partido político, fundado em 1922, atuava intensamente no meio operário.

Outro aspecto importante do modelo econômico brasileiro é sua característica externa. Das tradicionais monoculturas de exportação passou para uma economia diversificada, a partir da denominada "substituição das importações", mas sempre de natureza externa porque, segundo Fernando Henrique Cardoso, "se baseia numa nova divisão internacional do trabalho, pela qual parte do sistema industrial dos países hegemônicos é transferida, sob controle das corporações internacionais, para as economias periféricas que lograram alcançar previamente certo avanço no desenvolvimento industrial".<sup>6</sup>

Esta diversificação e o "avanço no desenvolvimento industrial" a que se refere Cardoso derivam, sem dúvida, da conscientização e posterior concretização de certos setores de base, ao tempo do Estado Novo, como a questão do petróleo, com a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), em 1938, da Companhia Siderúrgica Nacional, a famosa Volta Redonda, em 1942, além dos planos para as primeiras grandes hidroelétricas. Bases que possibilitaram o surto desenvolvimentista dos anos cinquenta, tendo como expressão máxima o governo de Juscelino Kubitschek de Oli-

veira, embora sensivelmente ampliado o capitalismo associado caracterizador da dependência externa, como define o economista Celso Furtado em sua análise do modelo brasileiro:

"O Estado tem ampla participação nas decisões econômicas e constitui, de longe, a fonte principal do processo de acumulação; mas, como a tecnologia que se utiliza é importada em sua quase totalidade, a capitalização nos setores mais dinâmicos da economia faz-se principalmente em benefício dos grupos estrangeiros que detém o controle dessa tecnologia."<sup>7</sup>

Antes de 1964 este modelo econômico estava vinculado a um modelo político aberto e mobilizante, o populismo, necessário como respaldo popular e massa de manobra para a consecução dos objetivos políticos e econômicos do governo.

O impacto do populismo na força de trabalho reside exatamente nisto: o controle dos movimentos operários pela estrutura verticalista do Ministério do Trabalho num Estado democrático apenas teoricamente, onde as forças sociais, especialmente a dos trabalhadores, recebem uma participação ilusória porque todas as conquistas são doadas paternalmente. Isto resulta na satisfação de vantagens imediatas, o que as impedem de lutar por reformas mais amplas da estrutura social e econômica. Bom exemplo, foi a majoração de 100% no salário mínimo proposta por João Goulart em 1953, quando Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas.

Por outro lado, o paternalismo do Estado em relação aos movimentos trabalhistas exige uma troca de favores: é o apoio que o movimento trabalhista dá ao governo, convertendo-se em massa de manobra, de pressão, como força de apoio ao governo populista.

Um dos instrumentos da manipulação é a figura do "pelego", dirigente ou líder sindical que serve de intermediário entre o

governo e a classe. Na área política a manipulação é feita pelos partidos políticos que dão apoio ao governo. O grande exemplo é o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que, na análise de Hans Füchtner, "nunca foi um partido de trabalhadores", partido que "devia cumprir no plano político a tarefa cuja expressão social foi manifestada na legislação do trabalho" e que "devia mobilizar as massas das cidades em apoio da burguesia nacional".<sup>8</sup>

Muitas vezes a área sindical e a área política foram aliadas na mobilização populista. Bom exemplo foi o movimento "queremista" quando os pelegos sindicais se aliaram ao Partido Comunista do Brasil (PCB) na campanha pela "Constituinte com Getúlio", em 1945, como atesta Arnaldo Spindel: "esta aliança(...) e a revitalização comunista da estrutura sindical corporativista fazem com que a ligação de Vargas com a massa trabalhadora tome corpo e passe a ter grande peso no jogo político".<sup>9</sup> Outros notáveis exemplos da mobilização foram a campanha pela criação da Eletrobrás, em 1962, pela criação da Petrobrás, em 1953, e pelas reformas de base, no final do governo Goulart, em 1963-64.

O golpe de 1964, de certa maneira, foi também o resultado da incompatibilidade entre o modelo político populista e o modelo econômico internacionalista (dependência externa), uma vez que a penetração quase indiscriminada do capital estrangeiro no Brasil, tornou impossível, pelo jogo de interesses, a manutenção de uma política nacionalista sustentada pelo populismo.<sup>10</sup>

Com esta ruptura a organização sindical brasileira sofreu trágicas conseqüências. A conscientização e politização alcançadas durante o governo de João Goulart, quando parecia agir procurando objetivos próprios, foram abruptamente estancados e reprimidos.<sup>11</sup> O arrocho salarial, a intervenção nos sindicatos, a própria transformação dos mesmos em organismos assistenciais e a proibição das greves foram instrumentos repressivos para garan-



tir o equilíbrio entre o modelo econômico dependente e o novo modelo político, autoritário, implantado pelo golpe.

Assim, tem início a égide do binômio "segurança e desenvolvimento" em nome de quem todas as pressões trabalhistas e populares são contidas e reprimidas. Na área sindical sobrevivem apenas os dirigentes colaboracionistas, devidamente recondicionados para exercerem o papel de agentes do assistencialismo, a nova grande característica dos sindicatos.

## 2.0 Síntese histórica

Inicialmente é preciso fazer uma consideração para entender a geralmente débil mobilização sindical brasileira. Albertino Rodrigues, ao comentar as transformações ocorridas com a Revolução Industrial na sua transferência para áreas periféricas, diz que:

"o sindicato é estranho ao processo, no duplo sentido de não ser naturalmente aceito pelos grupos dirigentes e de não ser naturalmente emergente das camadas locais de trabalhadores, visto ter sido importado tal como ocorreu com a nova técnica e os novos instrumentos de trabalho. Não tem raízes na tradição cultural, pois não resultou de adaptações de instituições anteriormente vigentes, como se verificara na Europa: as organizações mutualistas, que entre nós precederam o sindicato, eram poucas e limitadas a algumas categorias de empregados em serviços públicos. O sindicato resultou, pois, da transposição de instituições de um ambiente sócio-cultural para outro e encontrando resistências na ordem social tradicional."<sup>12</sup>

O mesmo autor, Albertino Rodrigues, propõe uma periodização do movimento operário brasileiro,<sup>13</sup> analisada por outros estudiosos, entre os quais, Paulo Sérgio Pinheiro<sup>14</sup> e Luiz Werneck Vianna,<sup>15</sup> sendo que este último lhe faz algumas restrições, pro-

pondo sua própria periodização. No entanto, para sistematizar o trabalho, vamos seguir a divisão feita por José Albertino Rodrigues.

### 2.1 Primeira fase - antes de 1888

Albertino chama esta fase de "mutualista" porque foi caracterizada pela fundação de diversas associações profissionais de auxílio mútuo, de beneficiência, de montepios, e que, eventualmente, ensaiavam um caráter reivindicatório.<sup>16</sup> Não é uma fase muito importante devido o número reduzido das associações e porque não são sindicatos na acepção atual do termo, constituindo, contudo, o primeiro esboço de organização.

### 2.2 Segunda fase - de 1888 a 1919

O autor chama esta fase de "resistência" devido o grande número de organizações que são identificadas como Associações de Resistência, União de Resistência ou Sindicato de Resistência. Caracteriza-se pela efervescência social de um período tipicamente sindical, onde a influência das doutrinas sociais e econômicas chega com os imigrantes, especialmente com os italianos, espanhóis e portugueses, os "agitadores da Europa", como os denomina Foster Dulles.<sup>17</sup>

O fato é que a grande maioria da mão-de-obra industrial de São Paulo, nos fins do século XIX, era constituída de estrangeiros. Leôncio Martins Rodrigues explica as razões desta predominância:

"É de acreditar que a preferência pelo trabalhador estrangeiro não fosse devida apenas a uma qualificação profissional ou a um grau de instrução superior, mas a outros requisitos de ordem psico-social que o tornavam mais apto para o trabalho na indústria, como, por exemplo, a aceitação da disciplina, o hábito do trabalho organizado, a vontade de progredir, à espera da oportunidade de "fazer a América", características essas que se contrapunham às do trabalhador brasileiro, orientado ainda por valores e normas de uma sociedade pré-industrial."<sup>18</sup>

Em alguns aspectos esta explicação é discutível porque justamente neste período temos o amplo domínio dos grupos anarquistas que divulgavam suas idéias através de inúmeras publicações, entre as quais se notabilizaram O Libertário, A Terra Livre, La Battaglia, O Protesto e A Plebe, entre outros. Basicamente, os anarquistas propunham a "ação direta",<sup>19</sup> ou seja, a luta sem intermediários institucionalizados, como os partidos políticos, para alcançar a sociedade da autogestão, sem capitalismo, sem o Estado, sem leis, sendo as "greves, sabotagem, boicote e manifestações", seus instrumentos prediletos de ação.<sup>20</sup>

Fatos importantes do período: 1) os congressos socialistas de 1892 e 1902 que foram uma tentativa de contestar a influência anarquista, sem sucesso, cujas idéias também tinham sido transplantadas da Europa pelos imigrantes, como atesta Albertino Rodrigues: "em alguns casos tivemos o intelectual-imigrante, como foi Antonio Piccarolo, jornalista e sociólogo, trazido para São Paulo a fim de dirigir o jornal socialista Avanti!, fundado em 1900 e redigido em italiano";<sup>21</sup> 2) o Primeiro Congresso Operário, em 1906, com boa documentação publicada em trabalho de Michael M. Hall e Paulo Sérgio Pinheiro,<sup>22</sup> de cujas decisões se originaria a Confederação Operária Brasileira (COB), que apesar de se manter "numa existência precária durante a maior parte da década seguinte, foi a primeira organização operária nacional de alguma consequência";<sup>23</sup> 3) o Decreto nº 1.637, de 5 de fevereiro de 1907 que permite o direito de associação dos trabalhadores urbanos e

concede liberdade de formação, organização e funcionamento, com a obrigação de registrar seus estatutos e a pautar-se pelo princípio da harmonia entre o capital e o trabalho; 4) A Guerra Mundial de 1914-18 com seus reflexos na industrialização nacional; 5) as greves de 1917 com nítida influência anarquista; 6) a Revolução Russa, de 1917, com seus reflexos, principalmente para a superação do anarquismo e o advento da influência comunista.

### 2.3 Terceira fase - de 1919 a 1934

José Albertino chama esta fase de "período de ajustamento (...) um período de transição, cujos limites iniciais e finais são difíceis de precisar",<sup>24</sup> mas caracterizada por uma série de eventos importantes: 1) a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, por nove delegados, sendo sete brasileiros natos e dois imigrantes, trabalhadores de categorias como alfaiate, sapateiro, ferroviário e jornalista, com um caráter internacionalista, pois aprovam, por unanimidade, a filiação do partido brasileiro à Terceira Internacional, com sede em Moscou;<sup>25</sup> 2) o início do movimento tenentista, em 1922, com a revolta do Forte de Copacabana, movimento que fará emergir Luís Carlos Prestes, um dos líderes do comunismo brasileiro e conhecido como o "cavaleiro da esperança", na expressão do escritor Jorge Amado; 3) a reforma constitucional de 1926 que passou para a União a competência exclusiva de legislar sobre o trabalho, o que denuncia a tentativa de cooptação dos movimentos operários por parte do Estado; 4) a Revolução de 1930 que, ao derrubar a oligarquia, estabeleceu um "estado de compromisso" frente ao vazio de poder e criando condições para o desenvolvimento da industrialização e o conseqüente aumento quantitativo e qualitativo da mão-de-obra apesar da legislação trabalhista, então implantada, tendo no Ministério do Trabalho, recém criado,<sup>26</sup> o seu guia e mentor, tenha

tido a preocupação de neutralizar o movimento operário autônomo.

#### 2.4 Quarta fase - de 1934 a 1945

Albertino Rodrigues denomina esta fase de "período de controle", caracterizada pela completa verticalização das organizações operárias, embora o autor reconheça que a "adoção de princípios corporativistas permitiu que os sindicatos alcançassem uma certa dose de participação no poder legislativo" e que "a publicação de sucessivas leis regulamentadoras do trabalho e a disseminação de institutos de previdência social abriram igualmente perspectivas animadoras de um período acolhedor dos problemas do trabalho".<sup>27</sup> No entanto, foi neste período que o sindicato se descaracterizou como órgão de luta da classe operária, pois os sindicatos são declarados, por lei,<sup>28</sup> órgãos de colaboração do Estado, além da designação "sindicato" ser válida tanto para as associações de trabalhadores como para as dos patrões. Na dependência financeira do Ministério do Trabalho,<sup>29</sup> os sindicatos constituem o ambiente propício para o aparecimento dos pelegos.

Fatos importantes do período: 1) a Intentona Comunista, em 1935, resultado de um "erro de avaliação" e que leva os comunistas à clandestinidade sob feroz repressão; 2) a implantação da ditadura estadonovista, em 1937; 3) a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), através do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; 4) a Segunda Guerra Mundial que, ao forçar a participação do Brasil ao lado dos Aliados, abriu caminho para a redemocratização, a volta dos partidos políticos e, principalmente, uma nova dinâmica do movimento sindicalista.

## 2.5 Quinta fase - de 1945 a 1964

Albertino chama este período de "competitivo" justamente porque "diversas correntes políticas disputam o controle do movimento sindical".<sup>30</sup> Entre 1945 e 1947 os comunistas levam vantagem na disputa porque estavam melhor organizados e com uma política sindical definida. Além disso, para o PCB, era uma questão de sobrevivência política ter ascendência sobre o movimento operário, como esclarece Arnaldo Spindel: "possuir uma boa posição no aparelho sindical era a única maneira de, aparecendo como representante dos trabalhadores no sistema político, sobreviver".<sup>31</sup>

Com a cassação do registro do PCB e seus membros remetidos novamente à clandestinidade, seu espaço político e sindical foi rapidamente tomado pelo trabalhismo, movimento cuja fachada política é representada pelo PTB, usufruindo a estrutura sindical verticalista, uma herança do Estado Novo que a Constituição de 1946 não alterou, valendo-se dos pelegos, na área sindical, e do Ministério do Trabalho, na área governamental.

Outro grupo que disputa o controle político dos sindicatos é o católico que, a partir dos Círculos Operários de caráter assistencialista, entra na linha reivindicatória, promovendo greves e manifestações.

No entanto, a grande característica do período foi que, mesmo sem a alteração da estrutura corporativa, o movimento operário ensaia gestos independentes do Estado, como atesta Ricardo Maranhão:

"O movimento sindical renasce tomado pela perspectiva de uma ação livre e autônoma, ao mesmo tempo em que cresce a sindi-

calização e multiplica-se a atividade política nas organizações de classe tanto oficiais quanto extra-oficiais. Os conflitos de trabalho assumem diversas formas, realizando-se principalmente de maneira espontânea, mas também por orientação dos sindicatos, e de qualquer forma com grande intensidade."<sup>32</sup>

Deste modo, muitas são as organizações operárias horizontais, como as "comissões de fábrica" e os organismos intersindicais que apesar de proibidos e ilegais, proliferam, como é o caso do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e, já nos anos sessenta, na efervescência política pré-64, o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), entre outros.

Com o golpe de 1964 as lideranças sindicais foram presas ou passaram à clandestinidade ou exílio. O ensaio de autonomia sindical foi suspenso e a estrutura verticalista solidamente reforçada, sendo os operários obrigados a "engolir sapos" como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que acabou com a estabilidade no emprego, a proibição do direito de greve e a fixação dos índices de aumentos salariais pelo Estado, eliminando a negociação direta entre patrões e empregados em vigor até 1964.

Até que ponto o estudo do caso específico de Novo Hamburgo confirma esta caracterização, é o que procuraremos mostrar adiante.

## CAPÍTULO II - NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) Entende-se por modelo o sistema político, econômico e social adotado pelo Estado.
- 2) Azis SIMÃO, Sindicato e Estado, capítulo 2.
- 3) A primeira greve que se conhece no Brasil foi a dos tipógrafos, no Rio de Janeiro, em 1858, por questões salariais, promovida pela Associação Tipográfica Fluminense, entidade fundada em 1853.
- 4) Edgard Carone transcreve discurso de posse de Lindolfo Collor como primeiro Ministro do Trabalho. Na introdução, Carone explica as contradições, porque as leis sociais da 1ª República não eliminaram a "identificação da questão social como um caso de polícia". Na 2ª República, ainda de acordo com Carone, as contradições continuaram porque, apesar da criação do Ministério do Trabalho, a polícia seguiu reprimindo para "dobrar a resistência revolucionária do operariado". O ministro Lindolfo Collor, no discurso, responsabilizou o governo deposedo de Washington Luís por considerar as questões sociais como "meros problemas de polícia". Edgard CARONE, A Segunda República (1930-1937), p.220-225.
- 5) Paulo Sérgio PINHEIRO, Política e Trabalho no Brasil, p.101.
- 6) Fernando Henrique CARDOSO, O Modelo Político Brasileiro, p. 64.
- 7) Celso FURTADO, Análise do "Modelo" Brasileiro, p.7.
- 8) Hans FUCHTNER, Os Sindicatos Brasileiros - Organização e Função Política, p.166.
- 9) Arnaldo SPINDEL, O Partido Comunista na Gênese do Populismo, p.50.
- 10) Provavelmente, a ruptura entre o populismo e a economia começou a partir do governo Café Filho (1954-55) que, com a Instrução 113 da SUMOC favoreceu a entrada de capitais estrangeiros. Skidmore diz que "essa abertura ao capital estrangeiro foi o resultado da firme convicção do Ministro da Fazenda, Gudin, (...) de que o Brasil tinha grande necessidade de investimentos estrangeiros e deveria ser complacente dando aos mesmos incentivos especiais". Thomas E. SKIDMORE, Brasil: de Getúlio a Castelo, p.202. Encontram-se, também,



subsídios para esta questão, em Fernando Henrique CARDOSO, op. cit., p.50-71 e em Octavio IANNI, O Colapso do Populismo no Brasil, p.205-213.

- 11) Para Fuchtnner, esta independência do movimento operário, durante o governo Goulart, está identificada com a fundação de grandes associações sindicais horizontais. Hans FUCHTNER, op. cit., p.206.
- 12) José Albertino RODRIGUES, Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, p.166-167.
- 13) Idem, p.6.
- 14) Paulo Sérgio PINHEIRO, op. cit., p.95.
- 15) Luiz Werneck VIANNA, Liberalismo e Sindicato no Brasil, p. 36-39.
- 16) José Albertino RODRIGUES, op. cit., p.6-8.
- 17) John W. Foster DULLES, Anarquistas e Comunistas no Brasil, p.19-21.
- 18) Leôncio Martins RODRIGUES, Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, p.108.
- 19) José Albertino RODRIGUES, op. cit., p.11.
- 20) Hans FUCHTNER, op. cit., p.29.
- 21) José Albertino RODRIGUES, op. cit., p.9.
- 22) Paulo Sérgio PINHEIRO e Michael M. HALL, A Classe Operária no Brasil (1889-1930) Documentos, p.41-58.
- 23) Idem, p.41.
- 24) José Albertino RODRIGUES, op. cit., p.12.
- 25) John W. Foster DULLES, op. cit., p.146.
- 26) O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) foi criado pelo Decreto nº 19.433, de 23 de novembro de 1930.
- 27) José Albertino RODRIGUES, op. cit., p.18.
- 28) Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, legitimando os sindicatos, mas atrelando-os ao MTIC.

- 29) O Imposto Sindical (Contribuição Sindical), criado pelo Decreto-lei nº 2.377, de 8 de julho de 1940, é compulsoriamente cobrado de todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, e gerenciado pelo Ministério do Trabalho, sendo assim um dos instrumentos do controle sindical.
- 30) José Albertino RODRIGUES, op. cit., p.22.
- 31) Arnaldo SPINDEL, op. cit., p.92.
- 32) Ricardo MARANHÃO, Sindicatos e Democratização, p.43.

CAPÍTULO III  
O MOVIMENTO OPERÁRIO EM NOVO HAMBURGO  
(Síntese histórica até 1945)

A preocupação do presente trabalho é estudar os sindicatos de trabalhadores de Novo Hamburgo no período compreendido entre 1945 e 1964, embora seja necessário estabelecer alguns dados antecedentes, o que será feito na forma de uma síntese do movimento operário, na cidade, até 1945. Pretende-se igualmente verificar o grau de semelhança entre o desenvolvimento operário brasileiro e o de Novo Hamburgo.

Nas pesquisas feitas, tanto nas coleções de jornais como na escassa bibliografia sobre o município, as referências sobre operários e sindicalismo são ligeiras, sem qualquer análise ou mesmo narrativa que esclareça o assunto. Leopoldo Petry, o pioneiro e reconhecido historiador da cidade, já falecido, teve publicadas quatro edições de sua monografia sobre Novo Hamburgo.<sup>1</sup> A professora Liene M. Schütz, de certa maneira sua seguidora, publicou obra monográfica ampliando as informações de Petry. Contudo, ambos são lacônicos ao falar dos operários e de suas entidades de classe,<sup>2</sup> embora, com a devida justiça, sejam solidários ao estabelecer a contribuição do imigrante alemão e de seus descendentes na construção do progresso novo-hamburguês. Progresso associado ao processo de industrialização do couro e seus artefatos, de forma preponderante, sem excluir a participação de outros ramos industriais. Os dois historiadores concordam sobre a

primeira fábrica de calçados, no conceito moderno, estabelecida por Pedro Adams Filho no começo do século XX. Este pioneiro, após a Primeira Guerra Mundial, "mostrou, mais uma vez, seu espírito empreendedor, exportando calçados para São Paulo".<sup>3</sup>

Há, portanto, relação entre a industrialização, o crescimento da população absoluta e o da classe operária. A Tabela I confirma esta relação, caracterizando a cidade como um polo de atração econômica.

TABELA I  
POPULAÇÃO, INDÚSTRIAS E OPERÁRIOS DE NOVO HAMBURGO

| ano  | população | indústrias | operários |
|------|-----------|------------|-----------|
| 1920 | 8.520     | -          | -         |
| 1933 | 11.321    | 200        | 2.300     |
| 1940 | 19.251    | 159        | 3.576     |
| 1950 | 29.447    | 270        | 5.744     |
| 1960 | 53.916    | 368        | 8.763     |

Fonte: IBGE, exceto os dados de 1933 coletados pelo Censo Municipal daquele ano.

Dentro deste contexto de desenvolvimento industrial é que se deve buscar as origens e acompanhar a evolução dos movimentos operários em Novo Hamburgo.

Curiosamente, a primeira vez que a palavra "sindicato" apareceu no jornal local, 05 de Abril, em 1928, referia-se ao movimento associativo dos fabricantes de sandálias<sup>4</sup> que procuravam fundar uma entidade patronal, embora as categorias econômicas já estivessem representadas, desde 1920, por uma Associação Comercial.<sup>5</sup>

No ano de 1929, um grupo de operários da indústria de calçados, liderados por Augusto Edmundo Lichtler (o "fera"), Clemente Alialdos e Júlio Mohr, fundou a Liga Operária Hamburguesa, associação da qual pouco se sabe, além de ter tido vida efêmera devido às dificuldades da época, especialmente às perseguições políticas e policiais.<sup>6</sup> Lichtler foi inclusive ameaçado de morte e, em 1932, ficou desempregado por oito meses.<sup>7</sup>

No começo de 1930, 0 5 de Abril publicou numa série de sete edições, antecedendo o pleito presidencial de 1º de março, a íntegra da plataforma eleitoral de Getúlio Vargas, candidato da Aliança Liberal. No dia 17 de janeiro apareceu a parte relativa à questão social: "se o nosso proteccionismo favorece os industriaes em proveito da fortuna privada, corre-nos, também, o dever de accudir ao proletario, com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças como na velhice". E, seguindo: "A actividade das mulheres e dos menores, nas fábricas e estabelecimentos commerciaes está em todas as nações cultas subordinada a condições especiaes, que, entre nós até agora, infelizmente, se desconhecem".<sup>8</sup> Em que medida estas palavras foram assimiladas e aceitas, em Novo Hamburgo, tanto pelas classes patronais, como pelos trabalhadores, não foi possível de ser determinado, além do alinhamento automático das forças políticas locais com a candidatura de Vargas. Este compromisso é bem mais explicável pela situação do Rio Grande do Sul, como Estado oposicionista e pelo reconhecimento local pela recente emancipação do município,<sup>9</sup> do que pelo interesse dos industrialistas e comerciantes. Como atesta Boris Fausto, ao analisar a ideologia da Aliança Liberal: "por que iria a burguesia industrial se ligar a um agrupamento político de oposição, onde nem os nomes, nem o programa tinham para ela qualquer apelo especial?"<sup>10</sup>

É provável que tudo tenha ficado como antes, apesar do apoio à plataforma de Vargas, porque, ao ser deflagrada uma gre-

ve, aparentemente a primeira ocorrida na cidade, dia 4 de abril de 1930, na firma Adams Filho & Cia., a Chefatura de Polícia, em Porto Alegre, depois de avisada, providenciou o envio para Novo Hamburgo de um contingente da Brigada Militar, sob o comando do delegado especial Dario Barbosa, para controlar a situação. Recorde-se, então, que Getúlio Vargas era o Presidente do Estado. A greve encerrou sem maiores proporções e no dia 8 de abril quase tudo estava normalizado, conforme noticiou o jornal local.<sup>11</sup> O fato serviu para comprovar que, no seio de um Estado aliancista, defensor de um programa social, a apenas 40 km de Porto Alegre, uma manifestação operária foi tratada pelo método usual da coação policial.

Outra entidade fundada neste período, em 1932, foi a União Operária Beneficente, da qual, igualmente, pouco se pode acrescentar devido à escassez das fontes. O jornal O 5 de Abril noticiou a posse da primeira diretoria da entidade, omitindo os nomes que a compunham. Ao ato estiveram presentes Ernani de Oliveira, representante estadual do Ministério do Trabalho e Arlindo Bauer, presidente da Federação Operária estadual.<sup>12</sup>

Considerando os nomes envolvidos com estas entidades, Liga Operária Hamburguesa e União Operária Beneficente, pode-se concluir que formaram a base, o núcleo que antecedeu a criação dos primeiros sindicatos da cidade, um pouco mais tarde.

Nos princípios de 1933 surgiram os dois primeiros sindicatos de trabalhadores de Novo Hamburgo. Em 20 de janeiro foi fundado o Sindicato dos Marceneiros e Carpinteiros, origem do atual Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário. Entre seus fundadores destacaram-se Henrique Eltz Neto, Afonso Becker, Eugenio Afonso Schwan, Vicente Kieling, Teobaldo Saul e Estanislau Mancuso. Este último foi o primeiro pre-

sidente da entidade.

Um mês mais tarde, a 21 de fevereiro, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores em Couro e seus Artefatos, atual Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados. Entre seus fundadores, estavam nomes que se destacariam no sindicalismo da cidade: Rodolpho Reinaldo Terra, Clemente Alialdos, Augusto Edmundo Lichtler e Júlio Mohr.<sup>13</sup>

No início de fevereiro de 1933, O 5 de Abril noticiou a ocorrência de um festival operário, levado a efeito num dos cinemas da cidade, constando do programa a projeção de filmes e discursos. O jornal não esclareceu, mas tudo indica que a programação esteve relacionada à fundação dos dois sindicatos. Vindos de Porto Alegre, como convidados, alguns líderes sindicais não encontraram simpatia por parte do redator do jornal local. A crítica foi particularmente dirigida a João Lopes de Castilhos, cujas palavras ao público, segundo o jornal, "visavam rebellar o operariado contra os seus patroões", além de menosprezar a origem estrangeira (alemã) de muitos industrialistas locais. A nota foi encerrada com a suspeita habitual: "que quer o sr. Castilhos? Implantar o communismo?"<sup>14</sup>

Outro exemplo contribuiu também para mostrar que na questão ideológica as advertências eram claras. Reynésio Barbosa, da União dos Trabalhadores da Construção Civil de Porto Alegre, em artigo publicado no O 5 de Abril advertiu sobre os oportunistas políticos e aconselhou que os operários devessem ficar organizados apenas de acordo com a lei.<sup>15</sup> A mensagem tinha endereço certo: os marceneiros e carpinteiros tinham acabado de fundar o seu sindicato!

Um terceiro exemplo refere-se à visita feita a Novo Hambur-

go pelo Ministro do Trabalho, Salgado Filho, em março de 1934. No transcurso de todas as festividades e recepções por sua presença, discursou no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Couro e seus Artefatos. Segundo 0 5 de Abril, do ponto de vista patronal, o ministro advertiu contra os oportunistas de "flâmulas vermelhas" e pediu a "ordem" sob a qual o governo daria todas as garantias. Contudo, segundo Júlio Mohr, um dos líderes sindicais dos sapateiros, o ministro viera a Novo Hamburgo "para fazer cumprir as leis, como em todo o Brasil", numa alusão à legislação social que, segundo ele, estaria sendo descumprida pelo patronato local.<sup>16</sup>

Comprova-se, assim, o intervencionismo do Estado na solução da questão social, além da verticalização da organização sindical, pois, atendo-se à lei, então representada pelo decreto nº 19.770, de 13 de março de 1931, e à ordem, os problemas derivados das relações de trabalho seriam resolvidos, sob garantia da União.

O ano de 1935 assinalou a fundação do Círculo Operário de Novo Hamburgo, entidade patrocinada pela Igreja Católica e que seria particularmente ativo na cidade, procurando arregimentar o operariado em detrimento dos sindicatos. Foi instalado oficialmente em 1º de maio, com a presença do Pe. Leopoldo Brentano, iniciador do movimento circulista no Brasil, tendo fundado o primeiro Círculo na cidade de Pelotas, em 1932. No início, o Círculo ocupou as dependências do Sindicato dos Sapateiros, reunindo trabalhadores de todas as categorias. Na sua primeira diretoria, por exemplo, figuravam Eugenio Afonso Schwan e Vicente Kieling, ambos do sindicato dos marceneiros, e Augusto Edmundo Lichtler, representante dos sapateiros.

A imprensa local (0 5 de Abril) que habitualmente divulgava notas sobre operários de forma sucinta e com pouco destaque, a-



briu espaço para comentar o Círculo Operário. O redator escreveu que "aos patroões, aos comerciantes, donos de fábrica, o Círculo Operário proporciona um favor, um benefício incomparável". Mais adiante: "De par com a proteção aos trabalhadores, é pregada, como uma das bases da organização circuísta, a "ordem social"". E, completou: "e com "ordem social" não combinam greves, nem revoltas". Terminou por aconselhar a filiação ao Círculo para cumprir-se o dever "Pró-Religião, pró-Pátria e pró-Família".<sup>17</sup>

O resultado é que logo surgiram firmas e particulares dispostos a colaborar financeiramente com o Círculo. Por exemplo:

TABELA II  
COLABORADORES DO CÍRCULO OPERÁRIO DE NOVO HAMBURGO

|                                |            |         |         |
|--------------------------------|------------|---------|---------|
| 1. P. Alles & Cia.             | molduras   | 20\$000 | por mês |
| 2. Pedro Adams Fº & Cia.       | calçados   | 20\$000 | por mês |
| 3. Breidenbach, Mosmann & Cia. | construção | 20\$000 | por mês |
| 4. N. Lichtler & Cia.          | couro      | 10\$000 | por mês |
| 5. Leopoldo Petry              | particular | 10\$000 | por mês |
| 6. José J. Martins             | particular | 20\$000 | por mês |

Fonte: O 5 de Abril, 19.07.35, p.3.

Além disso, os associados do Círculo poderiam gozar de descontos no comércio ou em serviços, como por exemplo:

TABELA III  
DESCONTOS OFERECIDOS AOS CIRCULISTAS DE NOVO HAMBURGO

|                          |              |     |   |     |
|--------------------------|--------------|-----|---|-----|
| 1. Wolfram Metzler       | médico       | 20% | a | 30% |
| 2. Rudolfo Walch         | médico       | 20% | a | 30% |
| 3. Pedro Alfredo Klem    | dentista     | 20% | a | 30% |
| 4. Lino Ernesto Juchen   | dentista     | 20% | a | 30% |
| 5. J. Willibaldo Sperb   | padaria      |     |   | 15% |
| 6. Albino Kieling        | charutaria   |     |   | 10% |
| 7. Pharmacia Hamburgueza | medicamentos | 10% | a | 15% |

Fonte: O 5 de Abril, 19.07.35, p.3.

Desta forma, é válido crer que o Círculo Operário de Novo Hamburgo estava contribuindo para controlar, desde o início, a organização operária. Reunindo líderes sindicalistas dos sindicatos oficializados, já existentes, e operários de todas as categorias, sindicalizados ou não, a par de seus benefícios assistenciais, culturais e recreativos, exercia uma função doutrinária onde a tônica era a manutenção da "paz social". Os indícios, portanto, levam a pensar que estava contribuindo para o esvaziamento dos sindicatos, ainda que estes estivessem organizados, atuando de acordo com a lei. Exemplifica-se com uma nota de jornal segundo a qual a firma N. Lichtler & Cia., citada na Tabela II como uma colaboradora financeira do Círculo, despediu um de seus operários, de nome Cassemiró Moreira, motivando protesto do Sindicato dos Trabalhadores em Couro e seus Artefatos junto ao Inspetor Regional do Ministério do Trabalho no Rio Grande do Sul porque o operário demitido era, justamente, o único sindicalizado na empresa.<sup>18</sup>

No entanto, convém registrar, a ordem e a lei reservavam um espaço político para os trabalhadores a partir do "reconhecimento da existência da classe", como explica Boris Fausto.<sup>19</sup> A nível local, este espaço se traduziu nos editais publicados na imprensa, em 1935, convocando os associados dos dois sindicatos de trabalhadores, até então existentes, para elegerem em Assembléia Geral os delegados-eleitores para a eleição classista à Assembléia Legislativa do Estado, conforme prescrevia a Constituição de 1934.

Em 23 de janeiro de 1937 foi fundado o Sindicato dos Bancários, o atual Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Novo Hamburgo que, juntamente com o dos sapateiros e o dos marceneiros e carpinteiros, formou o trio de representantes sindicais, dos empregados, até 1946. Entre seus fundadores estavam Adriano Hugo Bender, Maurício Müller, João Lima, Renê Pache-

co, Urbano Leão, Ervi Boos e J. Norberto Juchen.<sup>20</sup>

Em 1940, os sindicatos locais convocaram seus associados para reorganizarem suas entidades de acordo com as novas prescrições dispostas pelo Decreto-lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939, fato que comprova, não só uma obrigação legal, mas a necessidade de funcionamento reconhecido para poder gozar de todas as prerrogativas, entre elas o recebimento das importâncias correspondentes ao Imposto Sindical (Contribuição Sindical), vital para a sobrevivência financeira dos sindicatos.

Em 1942, uma portaria ministerial, assinada pelo ministro Alexandre Marcondes Filho, conferiu aos sindicatos todo o poder de representação das respectivas categorias profissionais. Qualquer reclamação ou reivindicação dos trabalhadores teria que ser feita através dos sindicatos.<sup>21</sup> No município, esta decisão trouxe como consequência a indicação de Félix Bellini, representante dos sapateiros, para participar da Comissão Municipal de Preços, órgão criado pelo prefeito Nelson Toohey Schneider em função das dificuldades de abastecimento criadas com a Segunda Guerra Mundial, em 1943.

Os sindicatos de trabalhadores locais participaram, no ano de 1943, da criação das respectivas federações estaduais, enviando representantes eleitos em Assembléia Geral.

Com a derrubada do Estado Novo, em 1945, o país foi redemocratzado. Contudo, o sindicalismo continuou atrelado ao Ministério do Trabalho, na estrutura corporativa e verticalista legada pela CLT. Ainda assim, ressurgiram os partidos e a disputa do espaço político, e do eleitorado, envolveu os sindicatos, também em Novo Hamburgo.

Para finalizar este capítulo, veja-se como é possível en-

quadrar o movimento operário de Novo Hamburgo na periodização, citada anteriormente, proposta por José Albertino Rodrigues.

Primeira e segunda fases, até 1919: ambas não têm significação local porque não existiram organizações de trabalhadores (assalariados), de natureza mutualista ou de "resistência". A cidade surgiu como extensão da colônia, servindo de entreposto comercial.<sup>22</sup> Na época, a indústria era incipiente e o imigrante, que em São Paulo contribuiu para a difusão das doutrinas européias, como o anarquismo, socialismo e comunismo, em Novo Hamburgo é representado pelos colonos, muitos dos quais já nascidos no Brasil e de mentalidade rural. Mais tarde, com o desenvolvimento da indústria calçadista, o recrutamento da mão-de-obra se fará neste meio.

Terceira fase, de 1919 a 1934: não corresponde plenamente às características levantadas por Albertino Rodrigues. No plano local, foi neste período que começaram a surgir os movimentos de organização operária, sem haver experiência anterior. As tentativas de organização sofreram perseguições policiais, políticas e profissionais, como no exemplo de Augusto Edmundo Lichtler. O maior destaque deste período corresponde a um evento político: a emancipação do município, em 5 de abril de 1927, que contribuiu para acelerar o desenvolvimento econômico.

Quarta fase, de 1934 a 1945: corresponde à caracterização feita por Albertino Rodrigues. Também em Novo Hamburgo foi o período de "controle", da verticalização das organizações operárias, criadas nesta fase e devidamente cooptadas para aceitar a intervenção do Estado como harmonizador entre o capital e o trabalho, dentro da ordem e do acatamento às leis. Contudo, os indícios permitem supor que, na cidade, as classes econômicas encaravam com desconfiança as entidades sindicais, ainda que rigidamente controladas no esquema legal do Ministério do Trabalho,

como demonstram as publicações na imprensa, além do apoio dado ao Círculo Operário como entidade paralela.

Quinta fase, de 1945 a 1964: período central deste estudo. Muitas características gerais, em termos nacionais, tiveram também expressão local, guardadas às devidas proporções. Foi, nitidamente, uma fase política. A competição dos grupos políticos pelo domínio das organizações sindicais e, também, a oportunidade destas de obterem o máximo de vantagens imediatas. Foi a fase do jogo populista. Será detidamente estudada, mais adiante, nos capítulos referentes aos sindicatos de Novo Hamburgo e suas manifestações.

### CAPÍTULO III - NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) Leopoldo PETRY, Novo Hamburgo. Para este trabalho foi consultada, basicamente, a 4ª edição, publicada em 1963, dispensando-se menção a cada nota pertinente. O uso eventual de outra edição será devidamente acusada. (V. bibliografia).
- 2) "Funcionam, no município, os seguintes sindicatos..." é a única informação sobre o assunto, dada por Leopoldo PETRY, op. cit., p.134. Uma relação dos sindicatos, informando o tipo de assistência prestada e, de alguns, o número de associados, encontra-se em Liene Maria Martins SCHÜTZ, Novo Hamburgo, sua História, sua Gente, p.186-187.
- 3) Liene Maria Martins SCHÜTZ, op. cit., p.64.
- 4) O 5 de Abril, 28.09.28, p.1.
- 5) A Associação Comercial foi reorganizada e reativada em 1935. Em 1961, passou a chamar-se Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo (ACI).
- 6) O fato parece comprovar, também a nível local, a consideração dos problemas sociais como "caso de polícia". V. Capítulo II, nota 4.
- 7) NH, 09.07.75, p.6.
- 8) O 5 de Abril, 17.01.30, p.1.
- 9) O município de Novo Hamburgo foi criado pelo Decreto 3.818, de 5 de abril de 1927, por Borges de Medeiros, como resultado de um longo processo emancipacionista iniciado em 1897.
- 10) Boris FAUSTO, A Revolução de 1930-Historiografia e História, p.47.
- 11) O 5 de Abril, 11.04.30, p.2.
- 12) Idem, 08.07.32, p.2.
- 13) Segundo Orlando Müller, presidente do sindicato, muitos trabalhadores reivindicam a honra de serem sócios fundadores da entidade, mas tal distinção somente pode ser conferida aos 116 presentes à Assembléia geral da categoria que fundou o sindicato, em 21 de fevereiro de 1933. São eles, na ordem em que assinaram o livro de presença: João Albano Kehl, Carlos

Otto Christmann, Cassemiro Moreira, Olávio Cidade, Francisco Luiz da Silva, José Nazário, Lindolfo Waldomiro Dresch, Juvenal Lichter, Erlindo Lara, José Francisco Bomfante, Henrique José da Silva, Ervino Ries, Bento Cândido da Rosa, José Ramos, Assis Francisco Furtado, Adolpho Fernando de Mattos, João Ruivo, Antônio Gomes, Rudolfo Jacob Schmidt, Rodolpho Reinaldo Terra, Avelino de Souza, Oscar Alvano Müller, Casiano Garcia da Silva, Júlio Miguel de Oliveira, Waldevino Gomes Carvalho, Deodônio Gonçalves de Oliveira, Luiz Roque, Augusto Lucas, Francisco José da Silva, Armindo Carlos Dahmer, Antônio Dutra da Silva, Fellipe Bender, Arlindo da Silva, Avelino Vieira, Faustino Machado, Pedro Antônio Oliveira, Gercino Antônio Terra, Emilio Oltenburg, Walter Wagener, Pedro Mello, Urbano Schvann, Emilio Oscar Lindenmeyer, Octávio da Silva, Otto Schmitt, Carlos Emilio Scherer, Armando Alves, Antônio Moreira Luz, Eugênio Simon, João Appollo Filho, João Guedes, Marçal de Oliveira, Edmundo Müller, Pedro Canabarro, Acácio Leonardo, Álvaro Pereira Martins, Manoel Machado, Manoel Nunes, Pedro Eismann, Arlindo Eismann, Henrique A. Bender, João Capistrano Soares de Lima, Pedro da Silva, João Appollo, Alberto José Lopes, Leopoldo Nunes da Silva, João Nunes da Silva, Luiz Ramos, Olmiro Antônio de Oliveira, Waltemar Winter, Waldemar Schramm, Alfredo Hippen, Arselinda Dutra, Lydia Schmidt, Irena Scherer, Guilherme Momberger, João Ribeiro, Arthur Alves, Arnildo Alves, Rubem Gonçalves, Waldemar Victório Schmidt, Adelino Baptista, Otto Bender, Emilio Hugo Christmann, Antônio Sylvino Machado, Manoel Baptista de Souza, Emilio Haag, João Joaquim da Silva, Alfredo Kichert, Ramiro Nunes, Adelino Luccas, Maurício Georg, Ondino Pereira, Alvino Alves, João Francisco P. da Silva, Germano Becker, João Schmiths, Bento Antônio da Silva, Otacílio Carvalho, Manoel Fernandes Cidade, Armando Dias dos Santos, Lino Friedrich, Clemente Alialdos, Justiniano Pereira dos Santos, Júlio Mohr, Antenor Miguel Caetano, Edmundo Lichter, Pedro Pires, Hugo Emilio Schmidt, Adão Antônio de Lima, Aloysio Antônio de Lima, Félix Bellini, João Marques, Jerônimo Machado dos Santos, Caleno A. de Oliveira e Augusto Edmundo Lichtler.

- 14) O 5 de Abril, 10.02.33, p.2.
- 15) Idem, 17.02.33, p.2.
- 16) Idem, 09.03.34, p.1; O Sapateiro, nº 1, julho de 1979, p.7.
- 17) O 5 de Abril, 07.06.35, p.1.
- 18) Idem, 16.08.35, p.2.
- 19) Boris FAUSTO, op. cit., p.108.

- 20) Existe alguma divergência com relação a data de fundação do Sindicato dos Bancários. A entidade informa ter sido em 23 de janeiro de 1937 e nos arquivos da DRT consta 6 de fevereiro de 1938. (pasta nº 94 - DAS/SOSU).
- 21) Portaria nº 790, de 22 de janeiro de 1942.
- 22) Novo Hamburgo surgiu como entreposto de produtos coloniais destinados a Porto Alegre, de onde vinham os produtos manufaturados. Desenvolveu-se, com a conclusão da ferrovia, em 1876. Leopoldo PETRY, op. cit., p.10-11 e 20-22.



## CAPÍTULO IV

### A IMPRENSA E OS TRABALHADORES DE NOVO HAMBURGO

Um jornal, como empresa, visa o lucro como qualquer outro empreendimento capitalista. Vive dos anunciantes e da venda de suas tiragens. Se esta realidade marca a grande imprensa das cidades maiores, imagine-se numa cidade do interior onde as pressões são mais diretas. Assim sendo, a imprensa do interior forçosamente reflete a realidade de suas comunidades. Defende tudo aquilo que representa esta realidade e condena tudo que pode representar uma ameaça ao "status quo". Esta é a regra básica que orienta as redações. Afinal, o jornal depende muito mais da publicidade patronal do que dos eventuais leitores operários.

De qualquer forma, a imprensa foi fonte de vital importância para concretizar essa dissertação. A grande quantidade de dados levantados impôs um capítulo próprio para descrever e analisar o que estava escrito, direta ou indiretamente, sobre, ou para, os trabalhadores de Novo Hamburgo.<sup>1</sup>

Os assuntos abordados são muitos: salários, grevês, doutrinas sociais e políticas, casas populares, carestia, sindicalização, legislação trabalhista e previdenciária, etc. As inserções dos mesmos são encontradas nos editoriais, no noticiário, na reportagem, nas colunas livres dos colaboradores e nas seções específicas, como "Coluna Sindical", "Notas Sindicais", "Questões Trabalhistas", "Justiça e Trabalho", "Capital e Trabalho", entre outras. No entanto, a maioria destas seções especializadas foram

efêmeras. Outras de aparecimento esporádico e poucas de publicação constante e regular. Destacam-se as informações publicadas pelo Deputado Federal pelo PTB do Rio Grande do Sul, Adylio Martins Vianna, que, inclusive, estimulava seus leitores a escreverem perguntando sobre questões trabalhistas e previdenciárias, aos quais prometia responder.

A maioria das matérias publicadas sobre os trabalhadores e questões trabalhistas subordinava-se a um enfoque ideológico dado pela imprensa. Neste sentido, duas variáveis são nítidas: o anti-comunismo e a harmonia entre capital e trabalho. São analisadas não apenas no período de 1945 a 1964, mas desde a década de trinta, cujos anos marcaram, no plano interno, a repetição da polarização ideológica mundial do comunismo versus fascismo.

### 1.0 O anti-comunismo

Com relação ao anti-comunismo, na maior parte das vezes, o ataque é frontal, direto. Isto ocorre quando se refere a doutrina comunista em si, ou quando trata de comunistas notórios. O ataque é indireto, mais sutil, quando se trata de abordar entidades ou pessoas locais, cujo envolvimento com o comunismo carece de maior comprovação.

No primeiro caso, os exemplos são inúmeros: "A inviabilidade do comunismo", "A ilusão comunista" e "A fallencia do comunismo".<sup>2</sup> Por outro lado, duas organizações locais alertavam os operários: em dezembro de 1935, numa reunião do Círculo Operário de Novo Hamburgo, foram tratados diversos assuntos, como a divulgação do jornal circulista O Trabalho e a palestra da oradora Alice Petry, combatendo o comunismo. E, em janeiro de 1936, numa sessão da Ação Integralista Brasileira (AIB), o comunismo foi a-

tacado e os operários integralistas aconselhados a se filiarem aos sindicatos legais de trabalhadores para contrabalançar a infiltração dos comunistas, já então chamados de "assalariados de Moscou".<sup>3</sup>

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos Aliados (que incluíam a União Soviética), estes ataques diretos desapareceram. Voltaram com a redemocratização, especialmente no período de funcionamento legal do PCB. Assim, 0 5 de Abril acolheu em suas páginas as publicações dos integralistas, reagrupados no Partido de Representação Popular (PRP), sucessor da AIB, como por exemplo: "Organização contra organização", onde Assis Machado antepôs uma ação vigorosa e organizada do PRP contra o PCB. Ou então, uma série de três artigos sob o título "Um momento, operário! Vamos refletir um pouco!", publicados em outubro e novembro de 1946, com o objetivo de afastar simpatias operárias pelo PCB.<sup>4</sup> Quando uma decisão judicial, em 1947, cancelou o registro do PCB, tornando-o novamente ilegal e clandestino, a Gazeta de Novo Hamburgo advertiu: "...atentai bem! O Partido Comunista do Brasil está fora da lei. Mas o comunismo não morreu! Devemos esperar agora o ataque do pior inimigo que pode existir: o ataque traiçoeiro do inimigo oculto".<sup>5</sup> 0 5 de Abril, reproduzindo notas do Diário de Notícias, de Porto Alegre, e de A Noite, do Rio de Janeiro, sobre a cassação do registro do PCB, elogiou a medida.<sup>6</sup>

Em 1950, referindo-se às eleições sindicais de novembro, o editorialista da Gazeta de Novo Hamburgo, sob o título "Alerta, Brasil!", advertiu contra o "ôlho vermelho de Moscou" que "busca primeiro os operários sindicalizados".<sup>7</sup> Em 1956, o jornalista Anselmo del Ciello, funcionário do Departamento Federal de Segurança Pública, no Rio de Janeiro, visitou Novo Hamburgo para divulgar sua campanha anti-comunista, afirmando ter escolhido esta cidade por suas características industriais, onde os "vermelhos"

por certo "farão campanha para lançar operários contra patroões". Anselmo foi embora mas os cartazes de sua campanha ficaram com o delegado local, Adolfo Fernandes Monteiro, à disposição dos interessados.<sup>8</sup> Ainda neste ano de 1956 a polícia prendeu, na Vila Segala, subúrbio da cidade, Valter Lopes de Oliveira, operário simpatizante do PCB e recém chegado do Rio de Janeiro. Na verdade, foi preso por engano, pois o procurado era Agostinho Dias de Oliveira que, segundo informe policial do Rio de Janeiro, era comunista militante e lugar-tenente de Luís Carlos Prestes. Apesar disto, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em Porto Alegre, obteve de Valter a confissão de ter promovido greves na cidade de Novo Hamburgo.<sup>9</sup>

Em 1962, em pleno governo Goulart, surgiu novamente a questão da legalização do PCB, cuja sigla passou a significar Partido Comunista Brasileiro, não mais "do Brasil", para acentuar seu caráter nacional. A imprensa local foi unânime em condenar a possibilidade. Justino Vasconcelos pelas páginas de 0 5 de Abril e Luís Antônio de Gouveia no NH ("o certo é manter fechado") argumentaram com veemência contra a legalização do PCB.<sup>10</sup>

Além deste combate frontal, também constatou-se, ao longo de todos os anos pesquisados, inúmeras referências ao comunismo de forma indireta, especialmente ao tratar de pessoas e, ou, entidades. Os dois primeiros exemplos dizem respeito ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados. Em 1935, o presidente desta entidade sindical, João Abílio Becker, mandou publicar a seguinte nota: "É verdade que elementos extranhos ao Sindicato têm procurado imiscuir-se em nossa vida interna com o intuito de arrastar esta agremiação para a política. Taes tentativas, porém, ficaram e ficarão sem resultado, porque esta directoria preocupa-se com problemas mais elevados. Esperamos que com esta declaração, ficará este Sindicato a salvo de qualquer exploração para fins políticos". Outra nota, sutil e deselegante, foi pu-

blicada em 1943, lembrando o décimo aniversário do referido sindicato e lançando dúvidas ideológicas sobre seus fundadores: "fundado em 22.02.33, por motivos políticos ou por ignorância da finalidade legal do sindicato, viveu à margem da utilidade operária. (...) A sua diretoria compunha-se dos seguintes cidadãos (...) homens que pouco poderam produzir".<sup>11</sup>

Em 1952 o cronista Neory escreveu sobre o movimento grevista contra a carestia, ocorrido em agosto daquele ano, dando o seu recado: "o nosso parque industrial é formado por uma gleba ordeira e cristã! (...) Não temos necessidade de acolher espíritos maldosos ou vestidos com roupagens que não coadunam com os são princípios dos povos livres..."<sup>12</sup>

Finalmente, em 1962, editorial do jornal NH enalteceu as comemorações do 1º de maio em Novo Hamburgo, advertindo sobre os movimentos extremistas que começavam a agitar o país e que poderiam envolver a cidade.<sup>13</sup> Era o perigo manifesto do comunismo, ameaçando a harmonia entre patroões e empregados a nível local. Assim, a imprensa, especialmente os pequenos jornais de Novo Hamburgo, com sua postura anti-comunista, pode ser caracterizada como um instrumento de manipulação ideológica.

## 2.0 A harmonia entre capital e trabalho

A imprensa, caracterizada pelo anti-comunismo, procurou, em contra-partida, demonstrar a harmonia entre capital e trabalho, entre patroões e empregados, existente na cidade. E, se nem sempre foi possível demonstrar esta harmonia, por força dos fatos, se esforçou por apresentá-la como um ideal a ser perseguido e preservado, além, é claro, de exconjuram todas as causas de sua

possível destruição. Os exemplos são muitos.

Em 1940, 0 5 de Abril transcreveu notícia publicada por um jornal de Porto Alegre, segundo a qual a Fábrica de Meias Lupo, de Araraquara, Estado de São Paulo, deu férias coletivas aos operários, levando-os para uma temporada de quinze dias na praia, em Santos, alojados com toda a comodidade em um hotel. Sendo o segundo ano da experiência, com resultados positivos, a publicação objetivou relatar um exemplo a ser seguido. Neste mesmo ano de 1940, o 1º de maio foi comemorado com uma programação organizada pelo Círculo Operário. Churrasco, diversos, bandas, serviram de pano de fundo para a confraternização entre patroões e empregados.<sup>14</sup>

Um dos expedientes preferidos para promover a harmonia e a confraternização, consistiu nos oferecimentos aos operários, pelos patroões, por ocasiões festivas, como se comprova pelos inúmeros "agradecimentos" publicados nos jornais, dos quais transcreve-se dois exemplos.

Por ocasião do 1º de maio:

#### AGRADECIMENTO

Sensibilizados e gratos pela gentileza da firma IRMÃOS FLECK, oferecendo-nos, por ocasião do transcurso do Dia do Trabalho a 1º de Maio corrente, um suculento churrasco regado a chopp, cumprimos o indeclinável dever de externar, publicamente, os nossos melhores agradecimentos aos seus prezados componentes, que sempre têm demonstrado reconhecer os nossos esforços de maneira altamente significativa.

Aos nossos dignos empregadores reafirmamos, aqui, o nosso firme propósito de propugnar pelo desenvolvimento da referida firma.

OS TRABALHADORES DA FIRMA IRMÃOS FLECK<sup>15</sup>

Ou este outro exemplo, pelo transcurso do Natal:

## AGRADECIMENTO

Sentimo-nos no grato dever de vir a público manifestar o nosso profundo reconhecimento à firma DAUDT, FALKENBACH & CIA., da qual somos empregados, pelo expressivo e consolador presente com que nos cumularam por ocasião do Natal.

Fazendo votos pelo constante progresso da firma, rogamos ao Todo Poderoso pela saúde e felicidade pessoal de todos os seus sócios.

Novo Hamburgo, 30 de Dezembro de 1946.

Os Empregados.<sup>16</sup>

Estas manifestações foram freqüentes nos anos quarenta e primeira metade dos anos cinquenta. Na segunda metade dos anos cinquenta as inserções foram diminuindo até quase seu desaparecimento, nos anos sessenta. Não foi possível precisar a causa de tal fato. É possível, porém, que os problemas econômicos, como a inflação, a restrição do crédito bancário e os novos encargos sociais que foram implantados no início da década de 60 (13º salário, salário-educação), contribuíram para refrear as manifestações espontâneas de confraternização, por parte dos empresários. E, quando ocorriam, ficava também por sua conta publicar a notícia nos jornais. A firma Aços Plangg, por exemplo, comprou toda a última página do jornal NH, edição de 5 de maio de 1962, para saudar a passagem do 1º de maio, enaltecendo a harmonia entre patroões e empregados, traduzida no churrasco comemorativo oferecido pela empresa.<sup>17</sup>

Por ocasião do transcurso do Dia do Trabalho, em 1961, o jornal NH publicou várias reportagens, focalizando operários com muitos anos de trabalho na mesma firma. O jornal enalteceu este fato, ressaltando todos serem "felizes e realizados" trabalhando tanto tempo na mesma empresa.<sup>18</sup> No ano seguinte o jornal NH noticiou a suprema consagração: Henrique Hartz, com 56 anos dedicados ao curtume de Scheffel & Cia., teve sua fotografia inaugurada ao lado da do patrão!<sup>19</sup>

No entanto, a mais expressiva colocação da imprensa sobre o assunto foi a reportagem de Heinz Huyer, para o Correio do Povo, cujo título "Novo Hamburgo - a mais perfeita célula industrial do país", e sub-título "Equilíbrio social inédito no Estado", demonstram por si só o conteúdo de suas observações. Diz o autor que "entre patrões e empregados reina perfeita concórdia e uma solidariedade genuinamente humana e cristãmente fraterna; todos de origem modesta, participando dos mesmos problemas, do mesmo trabalho e possuidores dos mesmos costumes".<sup>20</sup>

Por outro lado, algumas condições e outro tanto de problemas sempre surgem no caminho da harmonia entre patrões e empregados. H. J. Bacellar escreveu na Gazeta de Novo Hamburgo sobre as dificuldades práticas de dividir o lucro das empresas, porque uns operários trabalham mais do que os outros, muitos com responsabilidades diversas, e concluiu que "não basta, portanto, socializar a produção, é preciso saber como se há de repartir essa produção".<sup>21</sup> Na mesma linha, ainda outros exemplos: o salário por merecimento está condicionado aos "bons" e "maus" trabalhadores.<sup>22</sup> O cronista Serrano, ao comentar as reivindicações sindicais, elogiou o empresariado local que até mesmo constrói "habitações modestas" para seus empregados, advertindo ao mesmo tempo as associações de classe para que "tenham o bom senso de desejar somente o merecido".<sup>23</sup> Mas, a explicação mais simples e conclusiva sobre a questão foi dada pelo programa "Crônica Sindical", transmitido pela Rádio Progresso e reproduzido pela Gazeta de Novo Hamburgo, atribuindo a desarmonia entre trabalho e capital a "ganância que apoderou-se miseravelmente dos corações dos homens" e que para corrigir a situação "basta que tanto o empregado como o empregador, respeitem, reciprocamente, os direitos de cada um", de acordo com as leis trabalhistas.<sup>24</sup> Assim sendo, a imprensa contribuiu, também, para modelar o pensamento de uns e de outros, patrões e empregados, no sentido de harmonizar os interesses mútuos.



### 3.0 Aspectos exemplificativos

Algumas ocorrências merecem destaque por se constituírem em exemplos do posicionamento ideológico da imprensa. Demonstram inequivocamente a questão do anti-comunismo e a da harmonia entre capital e trabalho.

#### 3.1 O caso da fábrica Pötter, Scheid & Cia. Ltda.

Três jornais reproduziram uma reportagem, descrevendo o que seria, na opinião do Pe. Godofredo Schmieder, a reedição do sistema corporativo medieval. Entre 1950 e 1953 dez operários constituíram uma firma para fabricação de esquadrias e portas compensadas, a Pötter, Scheid & Cia. Ltda. A organização era simples. Os sócios trabalhavam como operários e a divisão das tarefas obedecia a especialidade de cada um no ramo de marcenaria e carpintaria, sendo o décimo sócio encarregado da contabilidade.

A expansão dos negócios exigiu a contratação de mais operários, surgindo o problema das relações de trabalho. Tratá-los como parceiros não deu certo "porque a muitos operários falta simplesmente a capacidade profissional e iniciativa para se tornarem sócios e co-proprietários com toda a responsabilidade"; pagá-los como operários mas tratá-los como iguais também não deu certo porque "abusaram, as vezes, da confiança que receberam, mostrando-se ingratos em vez de agradecidos". Desenvolveu-se, então, um sistema de respeito à dignidade humana ("fundamento de toda a ordem social equilibrada") onde, sem "confidências desnecessárias", os operários-patroões passaram a conviver com os operários-empregados, até mesmo na "ronda do chimarrão, ao meio-dia". O problema dos salários foi eliminado com os reajustes es-

pontâneos quatro vezes por ano. Oficiais e aprendizes, a exemplo das corporações medievais, passaram a ter oportunidade de subir, uma vez demonstrada sua capacidade e comprovada eficiência profissional, seguindo o exemplo de seus patroões. Assim, aprendizes ascenderam a condição de oficiais e muitos oficiais habilitaram-se a dirigir seus próprios negócios, sós ou em sociedade. Por ocasião da reportagem, em 1956, ao menos um caso comprovado de operário da Pötter, Scheid & Cia. Ltda., que tinha se afastado para fundar sua própria fábrica.

O Pe. Godofredo Schmieder, escrevendo no Jornal do Dia sobre as peculiaridades desta empresa, apontou-a como um bom exemplo prático da doutrina social da Igreja.<sup>25</sup>

### 3.2 A crônica de Rodrigo Silva

Durante o ano de 1955 Rodrigo Silva trabalhava em Novo Hamburgo, exercendo a profissão de gráfico. Como a empresa empregadora, a Gráfica Behrend Ltda., editava o jornal O 5 de Abril, Rodrigo Silva também exercia funções de redator e cronista, mas o que chamou atenção sobre sua pessoa foi uma crônica que publicou no jornal A Hora, de Porto Alegre, descrevendo, como fruto de suas observações em Novo Hamburgo, o homem rico, que já nasceu "montado", dono ou sócio de indústria, o "manda-chuva da atualidade" que, muitas vezes, desconhece as necessidades e as vicissitudes da vida dos pobres, "aqueles que andam a pé", representados pelo operário que o "ajuda facilmente enriquecer". E, fulminante: "o exemplo paradoxal entre numerosos patroões e a maioria dos trabalhadores na indústria do calçado, que não tem um par de sapatos para calçar, embora seja sua função diária confeccionar muitos pares de calçados a fim de que Novo Hamburgo seja chamada a "cidade industrial" e os industrialistas do ramo

recebam o título de magnatas ou "tubarões do couro".<sup>26</sup>

Um grupo de industrialistas da cidade mandou transcrever a crônica, como matéria paga, no jornal O 5 de Abril, com o objetivo de transmitir os "conceitos emitidos pelo articulista". A divulgação da crônica na cidade despertou muitas animosidades. Ercílio Rosa, cronista do mesmo jornal, respondeu "Aqui é assim...", caracterizando a sociedade de Novo Hamburgo como fruto da harmonia entre patroões e empregados, onde filhos de patroões casam com operárias, onde patroões de hoje dirigem com eficiência suas fábricas depois de anos batendo sola como empregados, dizendo ainda que "o maior orgulho do verdadeiro novo-hamburguês é justamente deixar de andar a pé e montar por conta própria..."<sup>27</sup> Manifestações de protesto na Câmara de Vereadores, no Sindicato da Indústria de Calçados (patronal) e pressões sobre seu empregador, determinaram a Rodrigo Silva uma virtual retratação, admitindo, então, "a possibilidade e a validade de haver patroões - vestidos de macacoões - lutando ombro a ombro com seus empregados para a grandeza de Novo Hamburgo".<sup>28</sup>

### 3.3 A casa de Osvaldo Mosmann

Em 1957 a Folha da Tarde, de Porto Alegre, publicou uma reportagem sobre o operário Osvaldo Mosmann. Operário mecânico, exerceu antes diversas profissões, mas, paradoxalmente, nunca foi pedreiro e construiu, sozinho, sua casa própria, de alvenaria, em dois anos de trabalho nas horas vagas, feriados e domingos, "tudo pelo esquadro e pelo prumo". Foi alfabetizado em escola noturna e das andanças por São Paulo, Rio de Janeiro e Argentina, tornou-se um socialista militante, liderando greves e companheiros. A reportagem elogiou a "operosidade e engenho" do operário, enquadrando-o dentro do espírito local de assimilar e

contribuir para o meio social, mas, como Osvaldo manifestou receios pela publicação ("... amanhã vão dizer que o operário não tem casa por não seguir meu exemplo"), o redator extraiu conclusões discutíveis: "sua preocupação em esconder o fato, indica a luta íntima, como se tivesse abandonado a trincheira do socialismo, ao erguer a residência. Mas (...) não pode ignorar que obedeceu leis naturais, sofreu a influência do meio social..."<sup>29</sup>

### 3.4 A invalidez de Leopoldo Lara

Em 1958, o operário Leopoldo Lara ficou cego ao manusear substâncias químicas por dever de ofício. Um típico acidente de trabalho que para ser remediado precisou contar com a caridade pública. Disse O 5 de Abril que teve "aceitação das maiores, o gesto altruístico de alguns beneméritos locais" para angariar fundos para submeter Leopoldo Lara a uma intervenção cirúrgica que lhe restabelecesse a visão. A campanha incluiu uma "sessão cinematográfica (...) no Cine Teatro Carlos Gomes, gentilmente cedido pela sua direção".<sup>30</sup> As edições posteriores a este evento, do mesmo jornal, não esclareceram mais nada. Nenhuma outra fonte disponível permitiu concluir o que aconteceu com Leopoldo Lara.

### 3.5 Crianças descalças

Em 1963 Novo Hamburgo realizou a Primeira Festa Nacional do Calçado (FENAC), um grande empreendimento destinado a projetar a indústria local, especialmente o setor coureiro-calçadista, predominante. Por ocasião do evento, Folha da Tarde, de Porto Alegre, publicou uma fotografia onde aparecem inúmeros colegiais

descalços, visitando aquela grande exposição de sapatos. O contraste ficou evidenciado e o industrialista Pedro Paulo Moraes liderou uma campanha para calçar todos os colegiais pobres do município. Na ocasião calculou-se que seriam necessários 5.000 pares de sapatos, demonstrando, segundo o mesmo jornal, "que o problema do menor descalço na terra do sapato era bem mais grave do que o apontado na fotografia".<sup>31</sup>

#### 4.0 Conclusões do capítulo

Em síntese, o anti-comunismo marcante na imprensa, aparentemente, serviu para doutrinar e prevenir o operariado local sobre os eventuais perigos de uma adesão às idéias contrárias ao capitalismo. Nesta luta, a imprensa valeu-se, inclusive, de deturpações óbvias, ainda que não intencionais, como foi a tentativa do repórter em apresentar como contraditório o empenho do operário Osvaldo Mosmann, um socialista declarado, em construir a casa própria.

De qualquer forma, ao menos no que concerne ao desempenho eleitoral dos comunistas e aos sindicatos, a sementeira resultou em farta colheita. Primeiro, em 1945, a única propaganda comunista que apareceu na imprensa local foi um convite pago para o comício de Luís Carlos Prestes, a ser realizado em Porto Alegre no dia 30 de setembro. Por outro lado, as eleições de 1945, em Novo Hamburgo, foram decepcionantes para os comunistas. O candidato do PCB à Presidência da República, Yedo Fiúza, fez exatos duzentos votos num total de 6.570 votos válidos. O próprio Luís Carlos Prestes, candidato ao Senado, fez 146 votos e a legenda do PCB, nos votos para a Câmara dos Deputados, obteve apenas 143 votos.<sup>32</sup> Segundo, durante o governo de Goulart (1961-64), na efervescência política que caracterizou aquele período, os sindi-

catos locais, em sua ampla maioria, estavam engajados na luta anti-comunista através do Movimento Sindical Democrático (MSD), órgão de cúpula que, a nível nacional, se antepunha ao CGT de orientação comunista.

Com referência à harmonia entre capital e trabalho, ela pode ser exemplificada em inúmeros casos. Não pode, contudo, ser generalizada. As greves, passeatas de protesto contra a carestia e baixos salários, os inúmeros dissídios instaurados pelos sindicatos junto à Justiça do Trabalho por falta de acordo com os patroões, os colegiais descalços na "capital do calçado", entre outras manifestações, comprovam que esta harmonia carecia de algo mais, além do churrasco "regado a chopp" no 1º de maio, ou do "consolador" presente de Natal.

É bem verdade que muitos patroões foram operários. A professora Liene Maria Martins Schütz confirma o fato, ao escrever sobre personalidades ligadas à história de Novo Hamburgo, onde homens como Pedro Adams Filho, Guilherme Ludwig, Alvício Luiz Klaser, Adolfo Jaeger e José João Martins, entre outros, vieram de situações humildes e, por obra de seu trabalho e capacidade, se transformaram em capitaes da indústria.<sup>33</sup> É bem verdade, também, que muitos patroões costumavam trabalhar ombro a ombro com os operários de suas fábricas. Contudo, esta realidade não pode ser generalizada. Pela razão muito simples e óbvia que as oportunidades não são iguais para todos. Se assim fôsse, os 8.763 operários locais (pelo censo de 1960) seriam patroões de ninguém e do nada.

Esta questão é, evidentemente, muito complexa. E, sem nenhuma necessidade de voltar ao alegado corporativismo medieval, o primeiro passo é o respeito à dignidade humana, que, se fôsse uma característica geral na cidade, não exigiria retratação de um Rodrigo Silva, com sua malfadada crônica, ou espetáculos de

caridade para remediar um acidente de trabalho, como no caso de Leopoldo Lara, ou melhor ainda, campanhas apressadas para arranjar 5.000 pares de sapatos para crianças pobres, tudo porque uma fotografia de jornal revelou a nudez do rei. Contudo, esta é uma visão crítica. A imprensa, ao colocar estas questões, parece ter tido como objetivo mostrar aos trabalhadores que a adesão às doutrinas revolucionárias, como o comunismo, e as diversas formas contestatórias, como as greves, não são consequentes e nem produtivas. Assim como a legislação trabalhista, todas as vantagens e melhorias são oferecidas, pelo Estado ou pelos patrões. Aos trabalhadores competiria esperar por elas, pacientemente.

#### CAPÍTULO IV - NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) Na Biblioteca Pública Municipal "Machado de Assis", de Novo Hamburgo, foram pesquisadas as seguintes coleções de jornais locais: O 5 de Abril, de 1927 a 1962, exceto o período de abril de 1937 a março de 1940 que está faltando no acervo; Gazeta de Novo Hamburgo, de 1947 a 1952; NH, de 1960 a 1964 e O Hamburguês, de 1963 a 1964. Também foram consultadas, nesta mesma biblioteca, as coleções de recortes sobre Novo Hamburgo dos seguintes jornais de Porto Alegre: Correio do Povo, de 1952 a 1964; Jornal do Dia, de 1952 a 1964; Diário de Notícias, de 1952 a 1964; Folha da Tarde, de 1955 a 1964; A Hora, de 1955 a 1961; Última Hora, de 1961 a 1964. Algumas edições integrais do Correio do Povo foram consultadas na Biblioteca Pública do Estado, em Porto Alegre.
- 2) O 5 de Abril, 13.05.32, p.2; 02.09.32, p.1; 12.08.32, p.1.
- 3) Idem, 13.12.35, p.2; 21.02.36, p.2.
- 4) Idem, 14.06.46, p.3; 25.10.46, p.3; 01.11.46, p.4; 15.11.46, p.4.
- 5) Gazeta de Novo Hamburgo, 14.05.47, p.1.
- 6) O 5 de Abril, 30.05.47, p.1.
- 7) Gazeta de Novo Hamburgo, 31.08.50, p.1.
- 8) O 5 de Abril, 30.11.56, p.1.
- 9) A Hora, 29.03.56.
- 10) O 5 de Abril, 09.02.62, p.3; NH, 21.09.62, p.4.
- 11) O 5 de Abril, 30.08.35, p.4; 02.04.43, p.4.
- 12) Gazeta de Novo Hamburgo, 14.08.52, p.1.
- 13) NH, 05.05.62, p.4.
- 14) O 5 de Abril, 12.04.40, p.1; 03.05.40, p.1.
- 15) Idem, 17.05.46, p.4.
- 16) Idem, 03.01.47, p.4.



- 17) NH, 05.05.62, p.12.
- 18) Henrique Hartz, 55 anos no curtume de Scheffel & Cia., Osvaldo Loeblein, 31 anos na Calçados Ciro, Álvaro Pereira Martins, 36 anos na Haas & Cia., Carlos Schmitt Filho, 49 anos na fábrica Adams. NH, 29.04.61, p.7, 19 e 21.
- 19) NH, 05.05.62, p.29.
- 20) Correio do Povo, 10.04.55, p.27.
- 21) Gazeta de Novo Hamburgo, 19.02.47, p.1.
- 22) O 5 de Abril, 09.05.48, p.10.
- 23) Idem, 29.07.49, p.1.
- 24) Gazeta de Novo Hamburgo, 17.03.51, p.3.
- 25) As transcrições são do O 5 de Abril, 05.10.56, p.9. O assunto foi encontrado também em A Hora, 03.10.56 e pelo Jornal do Dia, 07.09.56.
- 26) A crônica "Os que nasceram montados e aqueles que andam a pé" foi publicada inicialmente em A Hora, de 24.11.55, e reproduzida pelo O 5 de Abril, de 02.12.55, p.7.
- 27) O 5 de Abril, 09.12.55, p.2.
- 28) Idem, 06.01.56, p.5.
- 29) Folha da Tarde, 04.06.57.
- 30) O 5 de Abril, 21.11.58, p.2.
- 31) Folha da Tarde, 01.07.63.
- 32) O 5 de Abril, 28.09.45, p.4; 07.12.45, p.1.
- 33) Liene Maria Martins SCHÜTZ, Novo Hamburgo, sua História, sua Gente, p.64-70.

## CAPÍTULO V

### A ORGANIZAÇÃO SINDICAL E A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

A ação das bases, a pressão dos próprios trabalhadores, após anos de lutas reivindicatórias, com sindicatos organizados e independentes, com greves, foi suplantada pela ação intervencionista e paternalista do Estado que doou a legislação social. Esta legislação assegurou muitos direitos, inegavelmente, mas também acabou por tolher o movimento trabalhista organizado numa verdadeira camisa de força imposta pelo Ministério do Trabalho.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) representou a reunião de todas as leis trabalhistas que existiam isoladamente somadas às outras que foram e são criadas. A CLT foi criada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, mas com vigência a partir de 10 de novembro do mesmo ano, sexto aniversário da implantação do Estado Novo. Possui mais de 900 artigos que regulamentam as questões relativas ao trabalho, como se pode concluir de seu artigo 1º: "Esta consolidação estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho nela previstas".<sup>1</sup>

Naturalmente que ao longo destes quase quarenta anos, desde a sua decretação, foi sofrendo alterações. Algumas boas, outras más, de acordo com os ventos do momento. Entre 1945 e 1964 a incorporação do direito ao 13º salário<sup>2</sup> foi bom exemplo das pressões dos trabalhadores, enquanto que o período posterior a 1964

é representado pelo mau exemplo da introdução do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)<sup>3</sup> como substituto, na prática, da estabilidade do trabalhador com mais de dez anos de casa.

No entanto, o interesse atual prende-se ao estudo da CLT no que concerne às organizações sindicais, como instrumento para aferir o seu funcionamento, no caso específico dos sindicatos locais pesquisados, dentro ou fora da estrutura legal por ela estabelecida.

## 1.0 A organização sindical

O Título V da CLT trata especificamente da organização sindical. São noventa artigos que regulam a criação e o funcionamento dos sindicatos e que, aliados a outros artigos constantes de outros Títulos e Capítulos, comprovam o controle exercido pelo Estado através do Ministério do Trabalho.

A influência corporativa é nítida no artigo 511 ao prever a criação de sindicatos patronais para contrapor-se aos dos empregados: "É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos, ou profissionais liberais, exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas".

Os parágrafos 1º e 2º do mesmo artigo definem categoria econômica e categoria profissional para identificar os empregadores e empregados de um mesmo ramo de atividade, respectivamente.

Um grande sinal de interferência do Estado aparece no arti-

go 512 que diz: "somente as associações profissionais constituídas para os fins e na forma do artigo anterior e registradas de acordo com o artigo 558 poderão ser reconhecidas como sindicatos e investidas nas prerrogativas definidas nesta lei".

Do artigo 513, que estabelece as prerrogativas dos sindicatos destacam-se as seguintes alíneas: "a) representar perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida; (...) d) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a categoria".

Contudo, se um artigo estabelece direitos, outro, a seguir, discrimina os deveres. Do artigo 514, destacam-se as seguintes alíneas: "a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social; (...) c) promover a conciliação nos dissídios do trabalho".

Por outro lado, os artigos que tratam do reconhecimento e investidura sindicais bem demonstram a influência do Ministério do Trabalho que, é bom lembrar, à época da decretação da CLT, em 1943, era Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O fato demonstra o interesse de atrelar a questão social a reboque dos interesses econômicos.

Quando atendidas as múltiplas exigências e requisitos, as associações profissionais são reconhecidas como sindicatos pelo Ministério do Trabalho com a expedição da Carta Sindical (artigo 520) na qual está especificada a representação reconhecida e a base territorial, ou seja, a área de jurisdição do sindicato.

Alguns exemplos destas exigências são, além de interessan-

tes, conclusivos:

a) Fica afastado o perigo dos estrangeiros, numa nítida alusão aos imigrantes europeus que deram vida aos sindicatos no período anterior a 1930 com suas idéias revolucionárias, tornando-os fortemente combativos e reivindicatórios, porque o exercício do cargo de presidente é privativo de brasileiro nato e os demais cargos da diretoria e de representação privativos de brasileiros (artigo 515).<sup>4</sup>

b) Apenas um sindicato representativo da mesma categoria será reconhecido numa mesma base territorial, condição que elimina a livre opção de associação, determinando o fim do pluralismo sindical (artigo 516).

c) O enquadramento sindical estabelece que a categoria de quase todos os trabalhadores é determinada pelo tipo de atividade econômica da empresa. Se uma empresa explorar mais de uma atividade econômica seus empregados serão enquadrados em mais de um sindicato. Na prática, as consequências não são muito boas, como por exemplo: 1) o trabalhador ao mudar de emprego, muitas vezes muda de categoria, mudando conseqüentemente de sindicato; 2) ao mudar de cidade, mesmo que próxima da anterior e que permaneça na mesma categoria, mudará forçosamente de sindicato por culpa da base territorial; 3) esvaziamento, ou no mínimo a rotatividade do quadro social do sindicato justamente no que ele teria de mais valioso, o número de associados (artigos 570 a 577).

d) Os próprios estatutos das entidades sindicais são quase que outorgados porque a CLT já prevê os itens que deverão conter e que, por sua vez, são também regulados pela lei. Por exemplo, a alínea "d" do artigo 518 diz que os estatutos devem explicitar o processo eleitoral do sindicato, mas isto é matéria regulada pela CLT em diversos artigos de observância obrigatória.

Por outro lado, a expedição da Carta Sindical não é suficiente para o completo reconhecimento do sindicato. O artigo 521 estipula ainda as condições para o seu funcionamento, como demonstram, por exemplo, as seguintes alíneas: "a) proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao sindicato; (...) d) proibição de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas no artigo 511, inclusive as de caráter político-partidárias; e) proibição de cessão gratuita ou remunerada da sede a entidades de índole político-partidárias." É interessante que estas alíneas foram acrescentadas pelo Decreto-lei nº 9.502, de 23 de julho de 1946, o período da redemocratização após a ditadura do Estado Novo, o que demonstra a preocupação do governo em evitar o uso dos sindicatos por parte dos partidos políticos, especialmente pelo Partido Comunista, legalizado nesta ocasião e com forte penetração no meio operário. Este uso seria, na prática, uma exclusividade do próprio governo, através do PTB, partido que na maior parte do tempo compreendido entre 1945 e 1964 controlou o Ministério do Trabalho.

## 2.0 As associações de grau superior

Além dos sindicatos, definidos como associações de 1º grau e reconhecidos nos termos da CLT (artigo 561), existem também as associações de grau superior, as federações e confederações, como tal definidas e previstas nos artigos 533, 534 e 535 da CLT, sendo as primeiras de âmbito estadual e as segundas de âmbito nacional, com sede na Capital Federal. Destas últimas a mais importante é a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

Como acontece com os sindicatos, as federações e confederações estão com sua criação e funcionamento regulamentados pela CLT, que, pela divisão em grandes ramos de atividade (comércio, indústria, etc.) inibe o surgimento legal de centrais sindicais. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), de larga atuação no período anterior a 1964, era, portanto, uma entidade ilegal, sendo apenas tolerada.

### 3.0 A administração e as eleições sindicais

O sindicato é administrado por uma Diretoria composta de sete, no máximo, e três membros, no mínimo, além de um Conselho Fiscal de três membros, todos eleitos pela Assembléia Geral dos associados em voto secreto (artigos 522 e 524).

Convém ressaltar alguns aspectos: 1) interessante que a Assembléia Geral escolhe a Diretoria e esta, depois de eleita reúne-se para distribuir, entre seus membros, os diversos cargos, como presidente, secretário e tesoureiro; 2) o parágrafo 3º do artigo 522 diz que "constituirá atribuição exclusiva da Diretoria do sindicato e dos delegados sindicais a representação e a defesa dos interesses da entidade perante os órgãos públicos e as empresas, salvo mandatários com poderes outorgados por procuração da Diretoria", o que também parece trair a preocupação do governo em evitar que políticos ou líderes sindicais ligados a partidos políticos empalmassem esta atribuição, uma vez que este parágrafo foi acrescentado pelo já mencionado Decreto-lei nº 9.502, de 23 de julho de 1946. O mesmo Decreto-lei determina ainda que a mesa apuradora das eleições sindicais seja presidida por membro do Ministério Público do Trabalho ou pessoa de notória idoneidade designada pela Justiça do Trabalho (artigo 524, § 3º).

O artigo 525 atesta, também, a influência do Ministério do Trabalho na vida sindical ao dispor que "é vedado a pessoas físicas ou jurídicas estranhas ao sindicato, qualquer interferência na sua administração ou nos seus serviços", excluídos desta interdição os "delegados do Ministério do Trabalho especialmente designados".

Da estrutura verticalista não escapam nem mesmo os sócios da entidade sindical porque o artigo 527 da CLT dispõe que cada sindicato deve possuir um livro de registro, devidamente autenticado por funcionário do Ministério do Trabalho, constando nome, idade, estado civil, nacionalidade, residência e função dos sócios, o estabelecimento de trabalho e o número e série de suas carteiras de trabalho.

Os artigos 529 a 532 tratam dos eleitores, dos elegíveis e das inelegibilidades, das chapas concorrentes e dos prazos de posse e recursos. Muitas transformações nesta parte da CLT foram posteriores a 1964,<sup>5</sup> mas, além delas e das prescrições determinadas pela CLT, o parágrafo 4º do seu artigo 531 deixa aberta a porta para medidas de ocasião: "o Ministério do Trabalho expedirá instruções regulando o processo das eleições" sindicais.

#### 4.0 Contribuição sindical

Contribuição sindical é o nome dado às contribuições devidas por todos aqueles que pertençam a mesma categoria profissional (artigo 578), constituindo-se de um dia de salário pago anualmente, no mês de março, e destinado a manutenção do sindicato, embora deva ser pago existindo ou não o sindicato respectivo (artigo 579).



Aqui se encontra uma das contradições da CLT porque a contribuição sindical é compulsória mas a associação sindical é voluntária. A sindicalização é definida como um direito, não como uma obrigatoriedade (artigo 540). Considera-se que o erro, naturalmente, não está na voluntariedade da segunda, mas na compulsoriedade da primeira. De qualquer forma, ao sindicalizar-se, o trabalhador paga mensalidades ao seu sindicato, além da contribuição sindical.

Contudo, a questão mais importante relacionada com a contribuição sindical é o controle do Estado porque a arrecadação é feita pelo Banco do Brasil e repassada aos sindicatos. A distribuição dá-se da seguinte forma: 20% para os programas sociais do governo (conta emprego-salário), 60% para o sindicato, 15% para a federação e 5% para a confederação. Por causa da contribuição sindical o governo se atribui o direito de fiscalizar a aplicação do dinheiro, abrindo caminho para a intervenção no sindicato por motivos financeiros, o que não é muito difícil de ocorrer dada a rigidez dos controles estabelecidos, como por exemplo: os artigos 550 e 551 estabelecem que compete ao Ministério do Trabalho aprovar o orçamento anual do sindicato e a quem também deve ser encaminhado o relatório financeiro do ano anterior, especificando o tipo de escrita contábil exigida.

Por outro lado, a contribuição sindical tem aplicação especificada no artigo 592 da CLT: "a) agências de colocação; b) assistência à maternidade; c) assistência médica, dentária e hospitalar; d) assistência judiciária; e) manutenção de estabelecimentos de ensino, inclusive de formação profissional e qualificação de mão-de-obra; f) cooperativas de crédito e consumo; g) colônias de férias; h) bibliotecas; i) finalidades esportivas e sociais; j) auxílio funeral; k) despesas decorrentes dos encargos criados pelo presente capítulo".

A leitura destas aplicações torna compreensível o fato da legislação ter transformado os sindicatos em órgãos assistenciais paralelos à previdência social, a quem deveria caber com exclusividade esta tarefa. Naturalmente, ao dedicar-se basicamente ao assistencialismo, o sindicato relega a segundo plano a finalidade de defender os interesses da categoria, como a luta por melhores salários e melhores condições de trabalho.

Torna-se difícil, portanto, fugir às prescrições legais, porque, além dos relatórios e da fiscalização dos livros relativos à gestão financeira, o próprio Banco do Brasil, depositário da conta corrente especial da contribuição sindical, deve fornecer os extratos de conta, quando solicitado por órgão competente do Ministério do Trabalho (artigo 588), evidenciando-se uma vez mais o controle exercido pelo governo para manter sob tutela o movimento trabalhista organizado.

## 5.0 A Justiça do Trabalho

Para dirimir as questões oriundas das relações entre empregadores e empregados foi criada a Justiça do Trabalho (Título VIII da CLT), prevista também na própria Constituição Federal.

São órgãos da Justiça do Trabalho: o Tribunal Superior do Trabalho (TST), os Tribunais Regionais do Trabalho (TRT) e as Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ).

O Tribunal Superior do Trabalho é a instância suprema da Justiça do Trabalho, com sede na Capital Federal e jurisdição nacional. Composto por 17 juizes, com o título de "ministros", sendo 11 togados e vitalícios e 6 classistas, metade representantes dos empregadores e metade dos empregados, com mandato de

3 anos, todos nomeados pelo Presidente da República.

Os Tribunais Regionais do Trabalho são em número de oito, correspondendo às oito regiões em que está dividido o país. O Rio Grande do Sul e Santa Catarina integram a 4ª região, tendo o Tribunal sede em Porto Alegre, composto de 12 juizes, sendo 8 togados e vitalícios e 4 classistas, paritariamente representantes dos empregadores e dos empregados, com mandato temporário, todos nomeados pelo Presidente da República.

As Juntas de Conciliação e Julgamento correspondem a primeira instância da Justiça do Trabalho porque são locais, existentes em todas as cidades de importância econômica, onde as relações de trabalho exigem sua interferência para conciliar os interesses conflitantes de patroões e empregados. Cada Junta tem a seguinte composição: 1 Juiz do Trabalho que é também seu Presidente, nomeado após concurso público de provas e títulos, e dois vogais representando paritariamente empregadores e empregados, escolhidos pelo Presidente do TRT a partir da lista triplíce elaborada pelos sindicatos, com mandato de três anos, substituídos eventualmente pelos suplentes.

Nas localidades não abrangidas pela jurisdição de qualquer Junta, suas funções são atribuídas ao Juiz de Direito da Comarca (artigo 668 da CLT).

Em síntese, a função da Justiça do Trabalho é minimizar a luta de classes, restringindo-a a um conflito jurídico entre as partes litigantes, se possível, ainda, mantido ao nível das Juntas.

## 6.0 O Ministério e a Justiça do Trabalho em Novo Hamburgo

O Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho destinam-se a fiscalizar e fazer cumprir as leis trabalhistas. A nível local, tratando-se Novo Hamburgo de uma cidade industrial, estes órgãos foram devidamente representados.

O Posto de Identificação do Ministério do Trabalho existe na cidade desde 1936. Contudo, a pesquisa feita na coleção do jornal O 5 de Abril revelou a instalação de um posto para expedição de carteiras profissionais dois anos antes, em 1934. Era dirigido pelo fiscal auxiliar do Ministério do Trabalho, Edmundo Azeredo. Mais tarde, esta repartição foi reorganizada, tendo suas funções ampliadas, passando a ser Posto de Fiscalização e Identificação do Ministério do Trabalho. Foi oficialmente instalado a 11 de maio de 1944, funcionando inicialmente em sala cedida pela Prefeitura Municipal. O sr. Francisco Camerini dirigiu o Posto, desde sua instalação, em 1944, até a data de sua aposentadoria, em 1976. De qualquer forma, além de todas as demais funções, esta repartição expediu aproximadamente 50.000 carteiras profissionais até abril de 1963, segundo Leopoldo Petry.<sup>6</sup>

Com relação à Justiça do Trabalho, no que concerne à sua primeira instância, o município esteve subordinado, até 1959, a Junta de Conciliação e Julgamento de São Leopoldo. Contudo, já em 1944, os sindicatos locais reivindicavam uma Junta para Novo Hamburgo. As estatísticas reforçaram o pedido. Em 1957, por exemplo, das 1.068 reclamações apresentadas em São Leopoldo, 605 provinham de Novo Hamburgo, ou seja, 56,6% do total, considerando-se ainda que a jurisdição da Junta abrangia um total de sete municípios. Finalmente, a 10 de julho de 1959 foi oficialmente instalada a Junta de Conciliação e Julgamento de Novo Hamburgo, tendo como primeiro Juiz-Presidente a dra. Alcina Tubino Ardaiz e como vogais Galdino Vargas Câmara, pelos empregados, e Erno Fuck, pelos empregadores. Além de Novo Hamburgo, a Junta tinha ainda jurisdição nos municípios de Campo Bom, Sapiranga, Estân-

cia Velha, Ivoti, Dois Irmãos e Nova Petrópolis.<sup>7</sup>

## 7.0 Conclusões do capítulo

O objetivo da legislação trabalhista, reunida e organizada na CLT, era o de alcançar a paz social através da harmonia entre empregadores e empregados. No entanto, sua execução aparentemente demonstrou que fôra concebida, também, para atender determinados objetivos imediatos, como por exemplo:

a) Abafar os movimentos de reivindicação que criavam o risco de convulsão social, especialmente no momento de sua decretação (1943) quando a emergência da Segunda Guerra Mundial impôs a necessidade de substituir as importações.

b) Consolidar o controle do Estado sobre os sindicatos.

c) Esvaziar a pregação das ideologias radicais, como o socialismo e o comunismo,<sup>8</sup> a fim de evitar a ruptura da ordem social vigente.

Contudo, muitas conquistas foram, inegavelmente, alcançadas e asseguradas com sua decretação. É o caso da jornada de oito horas, a proteção do trabalho da mulher e do menor, acidentes e higiene do trabalho, férias, aposentadoria, entre outras.

O preço pago por estas conquistas foi elevado. Algumas críticas, portanto, são também irretorquíveis, merecendo consideração à parte.

Primeiro, a CLT incentivou, na prática, o contrato individual de trabalho que coloca o trabalhador em confronto direto

com o patrão que, pelo poder que possui, acaba impondo as condições de trabalho e a pessoa, necessitando trabalhar, muitas vezes se submete. O contrato coletivo também foi previsto, porém pouco aplicado. Este é feito em nome de todos os associados do sindicato, prevalecendo seus termos sobre o contrato individual. Sua generalização evitaria que cada um, individualmente, fôsse pressionado pelo empregador, trazendo o benefício do grupo (a união faz a força) poder enfrentar os patroões com equilíbrio de forças, com o objetivo de obter termos mais vantajosos no contrato de trabalho (salários, condições de trabalho).

Segundo, muitas disposições da CLT que beneficiam o trabalhador nunca passaram do papel. É o caso típico do artigo 621 que prevê a criação, nas empresas, de "comissões mistas", com representantes dos empregados, para consulta e colaboração na solução dos problemas diários, além de procurar estabelecer algum sistema de participação nos lucros.

Terceiro, lutando por melhores salários e melhores condições de trabalho, os trabalhadores são acuados pela desconsideração com sua maior e melhor arma, a greve. A CLT não previu, originalmente, este direito. Foi concebida na vigência do Estado Novo, cuja Carta (1937), em seu artigo 139, estabelecia a ilegalidade da greve e do "lock-out" como anti-sociais e nocivos ao trabalho e ao capital. No entanto, a Constituição de 1946, em seu artigo 158, restabeleceu o direito de greve, faltando, porém, ser regulamentado.<sup>9</sup>

Quarto, a legislação trabalhista, consubstanciada na CLT, gerou: a) paternalismo, porque o "pai-Estado" doa aos "filhos-trabalhadores" tudo o que eles precisam, do assistencialismo ao salário-mínimo. Este, definido no artigo 76 da CLT como a "contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, sem distinção de sexo, por dia normal de ser-

viço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transportes". É notório que o salário-mínimo sempre ficou aquém de poder atender estas necessidades primárias, embora os governantes promovam sempre sua revisão, mesmo antes dos três anos que, pela CLT, seria sua vigência regular (artigo 116); b) burocratização, porque, como já foi visto, pela estrutura verticalista o Estado cria canais de controle sobre os sindicatos, muitos deles mantidos apenas pela contribuição sindical, sem preocupação de aumentar o quadro social e com diretorias eternizadas no poder, além dos cargos classistas na Justiça do Trabalho, preenchidos por nomeação do Estado; c) manipulação populista, porque, considerando os dois aspectos anteriores, é muito fácil partir para uma troca de favores, uma retribuição por tudo quanto é oferecido. Assim, os sindicatos e os trabalhadores por eles controlados, poderiam ser mobilizados em apoio ao governo para retribuir uma vantagem adicional que este lhes tenha assegurado.

Quinto, a própria Justiça do Trabalho esvaziou o papel dos sindicatos, como defensores dos interesses dos trabalhadores. Ela harmoniza, no plano jurídico, o capital e o trabalho, procurando tornar desnecessárias as formas de luta mais eficazes, diretas e de efeito imediato, como as greves.

Pode-se concluir, então, que a CLT criou o paradoxo de consagrar o sindicato como única entidade legal para a defesa dos interesses da categoria que representa, ao mesmo tempo que prefixou as soluções, deixando-o sem meios de lutar pelos mesmos.

Consideradas a ordem legal, a síntese histórica do movimento operário e sindical e as bases ideológicas, torna-se possível descrever e analisar a classe operária e o sindicalismo em Novo Hamburgo no período de 1945 a 1964.

## CAPÍTULO V - NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) Todas as citações dos artigos da CLT foram extraídas de Adriano CAMPANHOLE, A CLT e Legislação Complementar, 40.ed., São Paulo, Atlas, 1975.
- 2) A gratificação de Natal (13º salário) foi criada pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.
- 3) O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foi criado pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.
- 4) As empresas também tiveram disposição legal correspondente: o Decreto nº 20.291, de 12 de agosto de 1931, dispunha sobre a nacionalização do trabalho, conhecida como a "lei dos 2/3", obrigando-as a enviar relação dos empregados e nacionalidade.
- 5) O Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967, determinou a obrigatoriedade de voto para os associados, estabeleceu a inelegibilidade dos sócios que não estiverem no gozo de seus direitos políticos ou que defendam ideologias estranhas.
- 6) Sobre o Ministério do Trabalho em Novo Hamburgo dados extraídos de Leopoldo PETRY, Novo Hamburgo, p.95; O 5 de Abril, de 23.03.34, p.2 e O Sapateiro, órgão de divulgação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Novo Hamburgo, nº 1, julho de 1979, p.6.
- 7) Sobre a Justiça do Trabalho em Novo Hamburgo dados extraídos de Leopoldo PETRY, Novo Hamburgo, 3.ed., São Leopoldo, Rotermond, 1959, p.64 e 4.ed., São Leopoldo, Rotermond, 1963, p. 91-92; O 5 de Abril, 08.09.44, p.1 e 17.07.59, p.1.
- 8) Na década de quarenta a pregação do anarquismo já estava superada. A palavra de ordem, então, era o comunismo.
- 9) Sintomaticamente, foi uma das primeiras medidas do governo, após o golpe de 1964, fazendo uma draconiana lei de greve, a Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964.



CAPÍTULO VI  
OS SINDICATOS DE NOVO HAMBURGO

Para estudar o movimento sindical, em Novo Hamburgo, no período 1945-64, foram considerados os sindicatos de empregados existentes, e em pleno funcionamento, na atualidade. A razão é simples: os sindicatos, com seus arquivos, funcionários e diretorias, são a primeira fonte a consultar numa pesquisa sobre os mesmos. Os sindicatos pesquisados foram os constantes da tabela abaixo.

TABELA IV  
SINDICATOS DE EMPREGADOS DE NOVO HAMBURGO

| nº | nome completo do sindicato   | data de fundação |
|----|--|------------------|
| 01 | Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Novo Hamburgo                  | 20.01.1933       |
| 02 | Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Novo Hamburgo                                      | 21.02.1933       |
| 03 | Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Novo Hamburgo                                    | 23.01.1937       |
| 04 | Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Novo Hamburgo | 27.10.1946       |
| 05 | Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro de Novo Hamburgo                          | 16.10.1953       |
| 06 | Sindicato dos Empregados no Comércio de Novo Hamburgo  | 21.08.1959       |

Contudo, registre-se também a existência de outras entidades sindicais em Novo Hamburgo, no período referido: o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fiação e Tecelagem e a Associação Profissional dos Gráficos. Não contribuíram para o presente estudo por estarem extintos por ocasião da pesquisa.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fiação e Tecelagem foi fundado em 15 de julho de 1951, sendo seus primeiros presidentes Adão Gomes da Fonseca, quando era apenas uma Associação Profissional, Patrício Martins de Carvalho e João Moacir Flores. Em março de 1964 o sindicato estava em crise devido ao pequeno número de associados. O encerramento das atividades e a subsequente transferência para o Rio de Janeiro da Tecelagem Lona Ltda., em 31 de dezembro de 1963, agravou a situação, como demonstram os seguintes dados:

|                    |   |     |
|--------------------|---|-----|
| sócios em 31.12.62 | = | 178 |
| admitidos em 1963  | = | 6   |
| afastados em 1963  | = | 2   |
| sócios em 31.12.63 | = | 182 |

A partir de 1964 o sindicato entrou em decadência, até que, em 1968, o Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, dando despacho ao processo MTPS-113.387/68, fundamentado nos artigos 553, alínea "e" e 555, alínea "a", da CLT, cassou a Carta Sindical do mesmo. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fiação e Tecelagem, então, deixou de existir.<sup>1</sup>

O movimento operário dos gráficos teve pior sorte pois não conseguiu constituir-se em sindicato, ficando apenas como Associação Profissional, hoje também extinta. Seu histórico é simples: em fevereiro e março de 1956 foram realizadas diversas reuniões para organizar a associação, envolvendo gráficos e anexos (papelão e cartonagem), tanto de Novo Hamburgo como de São Leo-

poldo, cidades vizinhas. Rodrigo Silva, gráfico e redator do 0 5 de Abril, foi cogitado para presidir a associação. Contudo, não foi possível constituir a entidade que acabou sendo formada apenas em São Leopoldo, sem conseguir estender a base territorial e abranger, desta forma, também os trabalhadores de Novo Hamburgo. Estes, porém, continuaram sua luta e, em outubro de 1958, foi oficialmente instalada a Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Novo Hamburgo, tendo como presidente Walter de Souza Amaral. Uma nota de jornal, em 1961, anuncia que a entidade esperava seu reconhecimento como sindicato apesar das dificuldades de arregimentação de sócios. Não foi possível obter dados sobre sua extinção.<sup>2</sup>

Voltando aos sindicatos efetivamente estudados, observa-se na Tabela IV que, do número total de seis, quatro são sindicatos de trabalhadores industriais. Procurando verificar seu grau de representatividade, veja-se a Tabela V.

TABELA V

## TRABALHADORES INDUSTRIAIS SINDICALIZADOS EM NOVO HAMBURGO

| anos | operários * | sindicalizados ** | percentagem |
|------|-------------|-------------------|-------------|
| 1950 | 5.744       | 3.398             | 59,1%       |
| 1960 | 8.763       | 5.857             | 66,8%       |

Fontes: \* IBGE, Censo Industrial, 1950-1960

\*\* Sindicatos de Trabalhadores Industriais de Novo Hamburgo

O índice de sindicalização dos trabalhadores industriais é, relativamente, bastante elevado, crescendo 7,7% entre o censo de 1950 e o de 1960. Neste período, o número de sindicalizados aumentou em 2.459 novos associados. Embora nesta fase também tenham surgido novos sindicatos, como o dos fiadores e tecelões e o dos curtidores, a contribuição decisiva para este índice é re-

presentada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados que possuía 3.020 sócios em 1950 e 4.020 em 1960, correspondendo respectivamente a 88,8% e 68,6% do total de trabalhadores industriais sindicalizados na cidade.

Ampliando o quadro para abranger todos os seis sindicatos pesquisados obtém-se o demonstrativo do número de sindicalizados em Novo Hamburgo no período compreendido entre 1945 e 1964. Então, da leitura da Tabela VI verifica-se que, neste período, o número total de sindicalizados em Novo Hamburgo cresceu um máximo de 169%, não tendo ocorrido decréscimo em relação ao ano-base (1945), apesar de, por duas ocasiões, ter havido decréscimo com relação ao ano anterior. Em 1947 houve 2% a menos de associados que em 1946 e, em 1964, 3% a menos que em 1963. Por uma única ocasião, em 1954, o índice manteve-se igual ao do ano anterior.

Analisando o crescimento particularizado dos seis sindicatos estudados, observa-se que quatro deles (metalúrgicos, construção e mobiliário, bancários e comerciários) apresentaram um crescimento constante, sem decréscimo. Seus percentuais de crescimento, no período enfocado, foram simplesmente vertiginosos. O Sindicato dos Metalúrgicos cresceu 2.108%, o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil 961% e o Sindicato dos Bancários, 355%. O Sindicato dos Empregados no Comércio, o último a participar do quadro estatístico, pois foi fundado somente em 1959, apresentou o maior crescimento do primeiro para o segundo ano de funcionamento, 55%. Os dois sindicatos restantes, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro (curtumes), além de apresentarem o menor crescimento percentual, 69% e 92%, respectivamente, se caracterizaram pela oscilação no número de associados, tendo cada um deles registrado um ano de retrocesso em relação ao ano-base. O sindicato dos sapateiros teve menos 3% de sócios em 1947 e o sindicato dos curtidores menos 4% em 1957.

TABELA VI  
ASSOCIADOS DOS SINDICATOS DE EMPREGADOS DE NOVO HAMBURGO

| ANOS | STI CALÇADOS |        | STI CONSTR. |        | STI METALUR. |        | STI A. COURO |        | SEE BANCAR. |        | SE COMÉRCIO |        | TOTAL | ÍNDICE |
|------|--------------|--------|-------------|--------|--------------|--------|--------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|-------|--------|
|      | nº           | índice | nº          | índice | nº           | índice | nº           | índice | nº          | índice | nº          | índice |       |        |
| 1945 | 2.595        | 100    | 153         | 100    | -            | -      | -            | -      | 44          | 100    | -           | -      | 2.792 | 100    |
| 1946 | 2.637        | 102    | 162         | 106    | 63           | 100    | -            | -      | 48          | 109    | -           | -      | 2.910 | 104    |
| 1947 | 2.540        | -3     | 170         | 111    | 88           | 140    | -            | -      | 50          | 114    | -           | -      | 2.848 | 102    |
| 1948 | 2.630        | 101    | 176         | 115    | 118          | 187    | -            | -      | 52          | 118    | -           | -      | 2.976 | 107    |
| 1949 | 2.970        | 114    | 179         | 117    | 144          | 229    | -            | -      | 58          | 132    | -           | -      | 3.351 | 120    |
| 1950 | 3.020        | 116    | 189         | 124    | 189          | 300    | -            | -      | 60          | 136    | -           | -      | 3.458 | 124    |
| 1951 | 2.950        | 114    | 215         | 141    | 258          | 410    | -            | -      | 60*         | 136    | -           | -      | 3.483 | 125    |
| 1952 | 3.151        | 121    | 267         | 175    | 332          | 527    | -            | -      | 65          | 148    | -           | -      | 3.815 | 137    |
| 1953 | 3.275        | 126    | 420         | 274    | 512          | 813    | 52           | 100    | 65*         | 148    | -           | -      | 4.324 | 155    |
| 1954 | 3.154        | 122    | 505         | 330    | 535          | 849    | 60           | 115    | 70          | 159    | -           | -      | 4.324 | 155    |
| 1955 | 3.475        | 134    | 573         | 374    | 576          | 914    | 72           | 138    | 70*         | 159    | -           | -      | 4.766 | 171    |
| 1956 | 3.533        | 136    | 617         | 403    | 606          | 962    | 82           | 158    | 100         | 227    | -           | -      | 4.938 | 177    |
| 1957 | 3.538        | 136    | 685         | 448    | 632          | 1.003  | 50           | -4     | 100*        | 227    | -           | -      | 5.005 | 179    |
| 1958 | 3.975        | 153    | 701         | 458    | 678          | 1.076  | 80           | 154    | 160         | 364    | -           | -      | 5.594 | 200    |
| 1959 | 3.840        | 148    | 780         | 510    | 760          | 1.206  | 75           | 144    | 160*        | 364    | 122         | 100    | 5.737 | 205    |
| 1960 | 4.020        | 155    | 820         | 536    | 935          | 1.484  | 82           | 158    | 180         | 409    | 189         | 155    | 6.226 | 223    |
| 1961 | 4.151        | 160    | 1.201       | 785    | 973          | 1.544  | 89           | 171    | 180*        | 409    | 214         | 175    | 6.808 | 244    |
| 1962 | 4.225        | 163    | 1.240       | 810    | 1.077        | 1.710  | 100          | 192    | 200         | 455    | 239         | 196    | 7.081 | 254    |
| 1963 | 4.374        | 169    | 1.420       | 928    | 1.177        | 1.868  | 90           | 173    | 200*        | 455    | 263         | 216    | 7.524 | 269    |
| 1964 | 3.833        | 148    | 1.623       | 1.061  | 1.391        | 2.208  | 88           | 169    | 200         | 455    | 295         | 242    | 7.430 | 266    |

Fonte: os sindicatos de Novo Hamburgo (V.Anexos)

Observação: os números marcados com asterisco representam repetição do dado anterior porque o sindicato forneceu dados bienais.

Para possibilitar uma comparação da situação local com dados disponíveis referentes ao Brasil, foi elaborada uma tabela de dez anos, compreendidos entre 1952 e 1961.

TABELA VII  
ASSOCIADOS DOS SINDICATOS DE EMPREGADOS NO BRASIL  
E EM NOVO HAMBURGO

| ANOS | Brasil*   |        | Novo Hamburgo** |        |      |
|------|-----------|--------|-----------------|--------|------|
|      | número    | índice | número          | índice | %    |
| 1952 | 747.309   | 100    | 3.815           | 100    | 0,46 |
| 1953 | 823.693   | 110    | 4.324           | 113    | 0,52 |
| 1954 | 908.061   | 122    | 4.324           | 113    | 0,47 |
| 1955 | 886.121   | 119    | 4.766           | 125    | 0,53 |
| 1956 | 1.012.223 | 135    | 4.938           | 129    | 0,48 |
| 1957 | 1.087.737 | 146    | 5.005           | 131    | 0,46 |
| 1958 | 1.060.594 | 142    | 5.594           | 147    | 0,52 |
| 1959 | 1.148.710 | 154    | 5.737           | 150    | 0,49 |
| 1960 | 1.125.910 | 151    | 6.226           | 163    | 0,55 |
| 1961 | 1.203.570 | 161    | 6.808           | 178    | 0,56 |

Fontes: \* IBGE, in José Albertino Rodrigues, Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, p.134.

\*\* Sindicatos de empregados de Novo Hamburgo.

Nestes dez anos o número de sindicalizados no Brasil cresceu 61% contra 78% em Novo Hamburgo. Além disso, no caso brasileiro houve três anos em que o índice baixou em relação ao ano anterior, ou seja, 3% em 1955, 4% em 1958 e 3% em 1960. Em Novo Hamburgo, neste mesmo período, o crescimento do número de associados dos sindicatos foi constante, sem nenhum decréscimo, havendo apenas um ano, em 1954, que repetiu o índice do ano anterior. Por outro lado, na coluna do percentual, verifica-se que Novo Hamburgo manteve, ao longo deste período, uma participação

constante em relação ao total de sindicalizados no Brasil, oscilando entre o mínimo de 0,46% e o máximo de 0,56%. Neste tempo, portanto, a média anual no Brasil seria de 1.000.392 sindicalizados (100%) contra 5.135 em Novo Hamburgo (0,51%).

É preciso, contudo, esclarecer alguns pontos sobre os números apresentados, para que seja possível uma correta avaliação das Tabelas V, VI e VII. Primeiro, os sindicatos não observaram um critério único ao responder ao quesito "nº de associados" do questionário utilizado na pesquisa.<sup>3</sup> Houve até mesmo o recurso do "aproximado", do "mais ou menos", sendo a constância dos números inteiros (100, 200...) uma indicação de tal expediente. E, segundo, é discutível a validade do quadro social. Algumas vezes a informação prestada pelo sindicato refere-se ao número de matrícula, sem eliminar aqueles que, por qualquer razão, estão fora do quadro social efetivo. Associados em débito para com a tesouraria (mensalidades) não estão em pleno gozo de seus direitos sindicais (não podem votar ou ser votados, por exemplo). Por outro lado, a diminuição do número de associados pode ser parcialmente explicada pela revisão e atualização do quadro social. Finalmente, foi impossível realizar uma criteriosa verificação da exatidão dos números na forma como foi realizada a pesquisa.

No entanto, este não é um problema exclusivo dos sindicatos de Novo Hamburgo. Albertino Rodrigues, tratando da mesma questão, disse que "a flutuação do movimento associativo no decorrer de um ano é muito grande e, portanto, a estatística que mede o fenômeno no encerramento do exercício civil é apenas parcialmente válida". Confirmou ainda que é "arriscado fazer uma estimativa da parcela dos associados inscritos que realmente têm participação sindical e pode ser tomada como correspondente ao quadro social efetivo". E, concluiu que "talvez se possa admiti-la como variando de um terço a metade dos registros oficiais".<sup>4</sup>

De qualquer modo, a análise destas tabelas permite concluir que a sindicalização, em Novo Hamburgo, no período estudado, esteve acima da média brasileira. Mesmo admitindo-se erro nos dados fornecidos pelos sindicatos locais, em número de seis, muito maior a possibilidade e a proporção do erro, no caso brasileiro, com milhares de sindicatos.

Esta preponderância local do número de associados sobre a média brasileira não deve ser explicada apenas pelo crescimento industrial de Novo Hamburgo e pelo aumento da população operária dele decorrente, mas também pelas campanhas de sindicalização. Estas, foram desenvolvidas pelos próprios sindicatos, como também pelo Ministério do Trabalho, agindo numa postura típica do populismo (ampliação da massa de manobra controlada através dos sindicatos). Dos seis sindicatos pesquisados apenas três responderam a parte do questionário proposto pelo pesquisador referente ao assunto. Ainda assim, é possível estabelecer a importância das campanhas para o aumento do número de associados.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário informou ter realizado duas grandes campanhas de sindicalização, com distribuição de prêmios. Uma, em 1953, elevou o número de associados de 267 para 420, um aumento de 57,3% em relação a 1952. Uma segunda campanha, iniciada em 1961, apresentou um aumento de 46,4%, passando o número de associados, entre 1960 e 1961, de 820 para 1.201.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados informou desenvolver campanhas permanentes de sindicalização junto aos próprios locais de trabalho através dos delegados sindicais. Contudo, a pesquisa feita nos órgãos de imprensa possibilitou acrescentar outros dados. Em 1947, o presidente Silvio Longo lançou uma campanha de sindicalização tendo como atrativos assistência médica, farmacêutica e hospitalar, oferecidos pelo sindi-



cato. Em 1952, o sindicato encerrou sua participação numa campanha global de sindicalização promovida pelo Ministério do Trabalho, com duração de dois anos, acusando um acréscimo de 850 novos associados.<sup>5</sup>

Entre 1946 e 1948, o Sindicato dos Metalúrgicos, nos seus três primeiros anos de existência, desenvolveu campanhas de arrematamento de sócios, nas próprias fábricas, obtendo um aumento de 87,3% no seu quadro social, passando de 63 para 118 associados. Contudo, uma campanha desenvolvida pelo sindicato conjuntamente com outros da cidade, cujo meio de divulgação foram panfletos distribuídos por avião, em 1957, não trouxe bom resultado. O número de associados elevou-se de 606 para 632, um percentual de apenas 5,2%.

Outra questão diz respeito ao funcionamento dos sindicatos. A análise da política sindical caracterizará este funcionamento em relação aos objetivos das classes trabalhadoras de Novo Hamburgo.

## CAPÍTULO VI - NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) Dados sobre o STI da Fiação e Tecelagem extraídos do Arquivo da Delegacia Regional do Trabalho (DRT-DAS-SOSU).
- 2) Dados sobre a Associação Profissional dos Gráficos: O 5 de Abril, 03.02.56, 10.02.56 e 23.03.56; Diário de Notícias, 18.03.56; A Hora, 17.10.58; NH, 03.06.61, p.14.
- 3) V. Anexos, modelo do questionário preenchido pelos sindicatos de empregados de Novo Hamburgo.
- 4) José Albertino RODRIGUES, Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, p.140.
- 5) Gazeta de Novo Hamburgo, 25.06.47, p.1; 24.04.52, p.3.

## CAPÍTULO VII

### A POLÍTICA SINDICAL EM NOVO HAMBURGO

Uma vez analisados os sindicatos de Novo Hamburgo, em relação a sua existência e ao desenvolvimento de seus quadros sociais, é necessário avaliar também como estas entidades eram politicamente dirigidas. Para esta análise algumas variáveis são básicas. A situação legal, a burocratização, a ação unitária e a questão ideológica caracterizaram a política sindical desenvolvida pelos dirigentes sindicais de Novo Hamburgo.

#### 1.0 Situação legal

Os sindicatos de empregados de Novo Hamburgo, no período de 1945 a 1964, e mesmo antes dele, se caracterizaram pelo funcionamento de acordo com as normas legais, ou seja, de acordo com a CLT. O arquivo da Divisão de Assuntos Sindicais (DAS) da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), em Porto Alegre, possibilitou uma farta comprovação desta afirmativa. Nas pastas correspondentes a cada um dos sindicatos de Novo Hamburgo encontra-se a correspondência trocada entre estas entidades e o órgão regional do Ministério do Trabalho, entre outros documentos, comprovando a situação legal dos mesmos.

Como já foi visto anteriormente (V. Capítulo V), o reconhecimento e o funcionamento dos sindicatos dependem da sua perma-

nência dentro dos limites estabelecidos pela CLT e pelas normas do Ministério do Trabalho. Isto explica a preocupação dos dirigentes sindicais locais na condução da política sindical. Mesmo porque, o Ministério do Trabalho, através da DRT e de seu Posto local, manteve vigilante fiscalização, fazendo cumprir os dispositivos legais. Alguns exemplos são elucidativos.

Nos arquivos da DRT, verifica-se que os sindicatos procuravam cumprir as determinações oficiais quanto ao processo eleitoral sindical (comunicação prévia das chapas, reconhecimento das eleições, etc.), editais impressos ou publicados nos jornais sobre o pagamento da contribuição sindical e assembléias gerais, autorização para contrair empréstimos, certidão para movimentar a conta bancária relativa a contribuição sindical, visto nos livros contábeis, registro dos estatutos, etc.

Certa ocasião, em 1955, o STI da Construção e do Mobiliário não notificou a DRT sobre uma assembléia geral dos associados e foi solicitado a dar explicações. O presidente do sindicato, Alfredo Bruno Harff, oficiou dizendo não ter nenhuma cópia disponível dos boletins que espalhou pela cidade, convidando os associados para a assembléia e que não dispunha de dinheiro para publicar editais nos jornais. Para comprovar suas explicações, achou conveniente anexar ao ofício uma "declaração", assinada por vários trabalhadores, onde estes afirmavam ter "visto e lido" os boletins do sindicato, convidando seus associados para comparecer a assembléia geral para deliberar sobre o relatório do exercício de 1954.<sup>1</sup>

Em 1964, Guido Endres foi reeleito presidente do Sindicato dos Comerciários. Logo após o movimento de 31 de março, o general interventor da DRT autorizou a diretoria reeleita a movimentar as contas bancárias da entidade. O Banco do Brasil, contudo, comunicou ao interventor que Guido Endres tinha sido detido pela

polícia política. A DRT, rapidamente, enviou novo ofício, cancelando a autorização dada anteriormente.<sup>2</sup>

Contudo, muito mais zelosos do que a fiscalização ministerial, eram os dirigentes sindicais. Realizavam uma política de "panos quentes", procurando controlar nos sindicatos, e através deles, todo e qualquer movimento reivindicatório dos trabalhadores locais. Em fins de 1952, por exemplo, grupos extra-sindicais tentaram mobilizar os trabalhadores para novos protestos contra a carestia,<sup>3</sup> motivando a reação imediata dos sindicatos que, em resposta, espalharam pela cidade o manifesto abaixo.

## MANIFESTO

### Trabalhadores de Novo Hamburgo: Povo em Geral

#### MUITO CUIDADO

Os Sindicatos dos Trabalhadores, pelos seus presidentes abaixo firmados, dirigem-se aos trabalhadores de Novo Hamburgo, no sentido de alertá-los contra um movimento de origem suspeita a ser deflagrado a qualquer dia e hora nesta cidade. Os elementos confusionalistas e agitadores da classe estão agindo sorrateiramente entre os trabalhadores menos esclarecidos, com o objetivo de levá-los à praça pública num protesto infundado e com reivindicações demagógicas, tentando com isso a confusão na classe trabalhadora e desmoralização dos sindicatos.

Sabem esses elementos, perfeitamente, que qualquer movimento de protesto, desorganizado e que não parta das entidades de classe, devidamente reconhecidas por lei, é ilegal, estando sujeitos, portanto, os que nele tomarem parte, a represálias por parte da polícia e punição de acordo com a lei de greve; entretanto, o objetivo desses elementos não é precisamente reivindicar direitos e necessidades dos trabalhadores, mas sim, lançar a confusão e desordem na classe trabalhadora, desmoralizando as entidades de classe e as autoridades constituídas.

Toda e qualquer reivindicação do trabalhador, deverá chegar às autoridades competentes, por intermédio das entidades de classe, e estas reivindicações deverão ser feitas pacífica e legalmente às entidades representativas das diversas categorias, em sessões de assembleias gerais, pois toda a reivindicação feita pelos trabalhadores, por intermédio de seus sindicatos foram devidamente atendidas e serão atendidas dentro da lei. Todo o direito reivindicado, desorganizado e pela força, não encontrará apoio das autoridades e por conseguinte não haverá solução favorável.

Todo o direito reivindicado ilegalmente tramitará pelo terreno da ilegalidade, à margem da lei, e o resultado é desastroso. Todo o direito reivindicado legalmente, dentro da lei, terá como resultado o amparo da lei.

Cuidado, portanto, trabalhadores; não deem ouvidos a esses elementos; não os acompanhem em qualquer movimento de protesto, sem primeiro ouvir a palavra dos dirigentes sindicais, porque todo o movimento desta natureza, dirigido por agitadores irresponsáveis e confusionalistas, é ilegal estando sujeito a ser dispersado pela polícia e punidos pela lei.

Não acreditem nas demagogias desses elementos. As tuas reivindicações serão encaminhadas pelo teu sindicato, a única organização que está em condições de defender os teus direitos.

O que esses agitadores pretendem fazer ilegalmente, o teu sindicato já está providenciando fazer, mas dentro da lei.

Cuidado Trabalhadores! Não deem ouvidos a esses elementos que só querem e desejam lançar a confusão e desordem; não tomem parte em qualquer movimento que não seja dirigido e orientado pelo teu sindicato.

**Rudor Blumm**

Sindicato Trabalhadores Ind. Calçados

**Roland Rösler**

Sindicato Trabalhadores Constr. Civil

**Rosalvo Dalla Barba**

Sindicato Trabalhadores Ind. Metalúrgica

**Adão Gomes da Fonseca**

Associação Prof. Trabalhadores Fiação e Tecelagem

**Arthur H. Harff**

Associação Prof. Trabalhadores Ind. Artefatos de Couros

Apesar de repetitivo, este manifesto demonstra claramente a política sindical desenvolvida em Novo Hamburgo: os sindicatos como órgãos de contenção e manipulação das reivindicações trabalhistas.

A política conciliatória, típica do que a lei (CLT) espera dos dirigentes sindicais, pode também ser comprovada quando sindicatos patronais e de empregados, em 1962, subscreveram um apelo ao Primeiro Ministro Brochado da Rocha contra a carestia e o desemprego. Ou então, neste mesmo ano, quando dirigentes empresariais do Rio Grande do Sul tomaram a iniciativa de sugerir aos empregadores o reajuste dos salários, sem esperar pelos dissídios coletivos, procurando beneficiar os empregados oprimidos pelo custo de vida. Na ocasião, líderes sindicais de Novo Hamburgo ocupando postos de destaque no sindicalismo estadual declararam a respeito: "é melhor que greve", disse Rudor Blumm, da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário do Rio Grande do Sul; "dificuldades reconhecidas", disse Galdino Vargas Câmara, da Federação dos Metalúrgicos.<sup>4</sup>

Esta mentalidade paternalista, que sintetiza a situação legal dos sindicatos, possivelmente no Brasil como em Novo Hamburgo, foi também demonstrada na "Carta reivindicatória dos Trabalhadores do Vale do rio dos Sinos e rio Caí". Este documento, elaborado pelos sindicatos, deveria ser entregue ao Presidente da República, João Goulart, por ocasião da abertura da 1ª Festa Nacional do Calçado (FENAC), em Novo Hamburgo, no dia 25 de maio de 1963. Como o Presidente não compareceu ao evento, foi enviada para Brasília. Além de solicitar o atendimento de diversas reivindicações trabalhistas, como abono-família, férias de trinta dias, regulamentação do direito de greve, armazéns centrais, assistência médica e hospitalar, habitação popular, entre outras, a carta é um exemplo típico do jogo populista. Em troca do pedido, oferece ao Presidente da República apoio para as Reformas de

Base, a reforma agrária em particular, para a indústria nacional contra os trustes internacionais, para o fortalecimento do estatismo nos setores básicos, como o petróleo, energia e siderurgia. Justamente, as questões prioritárias e polêmicas que polarizavam as opiniões pública e política durante o governo de Goulart que buscava, quase desesperadamente, apoio e solidariedade para sua execução.<sup>5</sup>

## 2.0 Burocratização do sindicato e de seus dirigentes

Reconhece José Albertino Rodrigues que o "moderno sindicato brasileiro tem sido levado cada vez mais a cuidar dos problemas de sua administração e funcionamento burocráticos".<sup>6</sup> Como já foi demonstrado anteriormente (V. Capítulo VI), a sindicalização em Novo Hamburgo é expressiva. Os seis sindicatos de empregados estudados obrigaram-se a formar uma estrutura administrativa para poder atender, eficientemente, seus respectivos quadros sociais. Esta estruturação ocorreu, primeiro e principalmente, nos três sindicatos com mais de mil associados, o STI de Calçados, o STI Metalúrgica e o STI da Construção e do Mobiliário.

A Tabela VIII demonstra o tempo de exercício da presidência nos sindicatos de Novo Hamburgo, no período de 1945 a 1964. Considerando-se a duração do mandato, que era de dois anos, verifica-se que muitos dirigentes sindicais da cidade conseguiram manter-se no poder por bastante tempo.

Não foi possível precisar as causas destas prolongadas presidências. Talvez a explicação esteja na burocratização do sindicato. Albertino Rodrigues descreveu amplamente o problema do dirigente sindical absorvido pela "engrenagem" onde "se misturam leis, papéis, pessoas e coisas".<sup>7</sup> Assim sendo, a burocratização

do sindicato transformaria também o dirigente sindical num burocrata. Este, na maioria das vezes, viu-se obrigado a desligar-se do sistema produtivo para dedicar-se inteiramente ao sindicato, onde sua presença e liderança é requerida com constância. Além disso, no caso específico de Novo Hamburgo, as eleições sindicais quase sempre foram pacíficas, pelo predomínio das chapas únicas. Neste caso, a reeleição somente não acontecia pela decisão interna de troca de comando, ficando, geralmente, o ex-presidente com outro cargo na diretoria.

A leitura da Tabela VIII, portanto, permite identificar lideranças sindicais como as de Rudor Blumm (sapateiros), Alfredo Bruno Harff (construção e mobiliário), Galdino Vargas Câmara e Sebastião Marconi Ody (metalúrgicos), Pedro João Antônio (curtidores) e Guido Endres (comerciários), com muitos anos de presidência nos seus respectivos sindicatos. Por outro lado, alguns líderes de Novo Hamburgo ascenderam ainda mais na carreira sindicalista, projetando-se a nível estadual e nacional. Ao deixar a presidência do STI de Calçados, Rudor Blumm foi eleito presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário do Rio Grande do Sul.<sup>8</sup> Galdino Vargas Câmara, por sua vez, deixou a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos para assumir a direção da federação respectiva.

O único sindicato de Novo Hamburgo que não apresentou, no período estudado, diretorias longevas, foi o dos Bancários. Talvez uma explicação se encontre no tipo de atividade profissional desenvolvida. Assim, para os bancários, seria mais fácil conciliar o trabalho com a atividade sindical. Por outro lado, a carreira profissional impunha transferências ocasionais, impedindo reeleições. Leopoldo Raymundo, por exemplo, não exerceu a metade de seu mandato por ter sido transferido para outra cidade, D. Pedrito, em 1963.



TABELA VIII  
 PRESIDENTES DOS SINDICATOS DE EMPREGADOS DE NOVO HAMBURGO  
 (1945 - 1964)

| ANOS | STI CALÇADOS    | STI CONSTRUÇÃO   | STI METALÚRGICA  | STI A. DE COURO  | SEE BANCÁRIOS     | SE COMÉRCIO  |
|------|-----------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|--------------|
| 1945 | Junta Gover.    | Vicente Kieling  | -                | -                | José A. Luisi     | -            |
| 1946 | Silvio Longo    | "                | Galdino Câmara   | -                | "                 | -            |
| 1947 | "               | "                | "                | -                | "                 | -            |
| 1948 | "               | "                | "                | -                | Walter Filmann    | -            |
| 1949 | "               | "                | "                | -                | "                 | -            |
| 1950 | "               | "                | "                | -                | "                 | -            |
| 1951 | Rodolfo Terra   | Alfredo B. Harff | "                | -                | "                 | -            |
| 1952 | "               | "                | R. Dalla Barba   | -                | Renê Pacheco      | -            |
| 1953 | Rudor Blumm     | Roland Roesler   | Arno Reinehr     | Artur H. Harff   | "                 | -            |
| 1954 | "               | Avelino Diesel   | Galdino Câmara   | "                | Egon Forel        | -            |
| 1955 | "               | Alfredo B. Harff | "                | Pedro J. Antônio | "                 | -            |
| 1956 | "               | "                | Sebastião M. Ody | "                | Ruy Fonseca       | -            |
| 1957 | "               | "                | "                | Acelino Duprat   | "                 | -            |
| 1958 | "               | "                | "                | "                | Ilco C. Lisboa    | -            |
| 1959 | Alcídes N. Rosa | "                | "                | Pedro J. Antônio | "                 | Guido Endres |
| 1960 | "               | "                | "                | "                | Américo Copetti   | "            |
| 1961 | "               | "                | "                | "                | "                 | "            |
| 1962 | "               | "                | "                | "                | Leopoldo Raymundo | "            |
| 1963 | Norci P. Rosa   | "                | "                | "                | Eugênio Fischer   | "            |
| 1964 | "               | "                | "                | "                | "                 | "            |

Observação: tabela elaborada com dados fornecidos pelos sindicatos de Novo Hamburgo e informações coletadas na imprensa e nos arquivos da DRT.

### 3.0 O Pacto de Cooperação Intersindical<sup>9</sup>

Por uma única ocasião, entre 1945 e 1964, os sindicatos de empregados de Novo Hamburgo alcançaram unidade de ação. O consenso foi obtido com a criação do Pacto de Cooperação Intersindical, em dezembro de 1958, anunciado através de um manifesto.

## AOS TRABALHADORES DE NOVO HAMBURGO

Os Sindicatos de empregados de tôdas as categorias profissionais de Novo Hamburgo, objetivando a coordenação de um movimento geral das classes assalariadas, em defesa dos seus interesses comuns, resolveram constituir o PACTO DE COOPERAÇÃO INTERSINDICAL, que congregará todos os trabalhadores em torno de um órgão de cúpula, em busca do atendimento de suas justas reivindicações.

O PACTO DE COOPERAÇÃO INTERSINDICAL propõe-se a lutar pela obtenção de melhores condições de vida para os trabalhadores, através da justa compensação do trabalho prestado, concentrando sua atividade na propagação e educação do ideal sindicalista e promovendo a organização da massa assalariada.

Protestaremos contra a escandalosa elevação do custo de vida, exigiremos o imediato reajustamento do salário mínimo, gritaremos pela reorganização dos serviços de previdência e contra o desrespeito às leis de proteção ao trabalho, pleiteando a enérgica fiscalização dos órgãos competentes do Ministério do Trabalho.

Conclamamos todos os trabalhadores a cerrarem fileiras em torno dos seus Sindicatos, prestigiando a união dos assalariados, representados agora pelo PACTO DE COOPERAÇÃO INTERSINDICAL.

A luta é árdua e constante. Cada trabalhador deve participar ativamente do movimento que ora iniciamos, pelo êxito de nossas reivindicações.

Novo Hamburgo, 5 de dezembro de 1958.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE NOVO HAMBURGO

Iico do Canto Lisboa  
Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DE CONSTRUÇÃO E DO MOBILIARIO DE NOVO HAMBURGO

Alfredo Bruno Harff  
Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE NOVO HAMBURGO

Patricio M. Carvalho  
Presidente

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE NOVO HAMBURGO

Guido Endres  
Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DE CALÇADOS DE NOVO HAMBURGO

Alcides Nunes Rosa  
Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS E DE MATERIAL ELETRICO DE NOVO HAMBURGO

Sebastião Marconi Ody  
Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ARTEFATOS DE COURO DE NOVO HAMBURGO

Acelino Duprat  
Presidente

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS GRAFICAS DE NOVO HAMBURGO

Walter de Souza Amaral  
Presidente

ISOLADAMENTE O INDIVÍDUO É NULO; UNIDO EM SEU SINDICATO É FORÇA E AÇÃO. TUDO PELO IDEAL SINDICALISTA.

Apesar de não ter durado dois anos, o Pacto demonstrou ser um instrumento objetivo e eficiente de luta pelas reivindicações dos trabalhadores. Representou, portanto, não apenas o ponto alto da unidade entre as entidades sindicais, como também uma organização paralela, fora do esquema verticalista, e ministerialista, previsto na legislação trabalhista brasileira. Um órgão de cúpula para coordenar o sindicalismo local. Apenas para coordenar, respeitando a liberdade e autonomia de cada sindicato.

Comentando o evento a coluna "Capital e Trabalho", da Folha da Tarde, afirmou que o Pacto representava a "vivacidade do sindicalismo na cidade de Novo Hamburgo". Destacou ainda o desejo dos sindicalistas novo-hamburgueses de ver seu exemplo seguido por outras cidades. O objetivo final seria criar, a nível regional, diversas uniões intermunicipais de sindicatos e, no topo, um órgão de cúpula estadual.

Abstraindo-se a teoria e o ideal de expansão dos sindicalistas signatários do Pacto, este órgão, tão logo foi constituído, começou a agir praticamente.

Em 16 de dezembro de 1958, realizou uma grande concentração de trabalhadores para exigir a elevação imediata do salário-mínimo para Cr\$ 5.500,00. A 24 de dezembro o novo mínimo foi assinado, sendo fixado em Cr\$ 5.000,00. A 9 de janeiro de 1959, uma nova concentração promovida pelo Pacto exigiu o pagamento do novo salário a partir de 1º de janeiro, nos termos do Decreto Federal que o instituiu. Nesta ocasião também foi exigida a reorganização da Comissão Municipal de Abastecimento e Preços, órgão vulgarizado pela sigla COMAP. A pressão teve êxito. Uma greve e novas manifestações foram sustadas com o pagamento do novo mínimo e, em março de 1959, incluíam-se, entre os membros recém nomeados para integrar a COMAP, Ilco do Canto Lisboa, do Sindicato dos Bancários, e Alfredo Bruno Harff, do Sindicato dos Trabalha-

dores na Construção Civil. Em maio do mesmo ano, o Pacto organizou uma passeata de protesto contra a carestia e o desemprego, além de solidarizar-se com os próprios patroões ao pronunciar-se contra a exportação de couros e pedindo a liberação de créditos bancários para socorrer a indústria local.

A 1º de maio de 1960, nas homenagens aos trabalhadores pelo transcurso do Dia do Trabalho, o Pacto lembrou a origem da data, reverenciando os "mártires de Chicago" e definindo sua orientação sobre várias questões. Pediu a criação dos armazéns populares, a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social e, reconhecendo a greve como a melhor arma dos trabalhadores, pediu uma nova lei de greve que superasse o "famigerado" Decreto nº 9.070, vigente desde 1946.

A 6 de julho de 1960, uma greve estadual encontrou pronta e geral adesão em Novo Hamburgo. O Pacto aproveitou a ocasião para obter da Prefeitura Municipal a promessa da criação dos armazéns populares. Contudo, se esta greve representou o ponto máximo da atuação do Pacto, significou, também, como uma de suas seqüelas, a ruptura deste organismo de coordenação e unidade da ação sindicalista em Novo Hamburgo.

Por ocasião da greve, os manifestantes concederam prazo de trinta dias para que o prefeito Santini resolvesse a questão dos armazéns populares. A divisão entre os líderes sindicais surgiu com a discussão sobre o que fazer caso a questão não fosse solucionada no prazo dado. Um grupo pequeno, liderado pelo presidente do STI de Calçados, Alcides Nunes Rosa, pedia uma nova greve, marcada para 8 de setembro. O grupo maior, sob a orientação de Sebastião Ody, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, ficou declaradamente contra a greve, concedendo um crédito de confiança ao prefeito que teria assim mais tempo, livre de imposições, para resolver o problema da criação dos armazéns populares. As

divergências foram agravadas com uma convocação de greve feita pelo grupo minoritário, através do programa Hora Sindical, levado ao ar pela Rádio Progresso. O grupo contrário reagiu, impedindo a realização da greve, mas rompendo também as possibilidades de conciliação e reabilitação do Pacto que traduzia a unidade de ação entre os sindicatos.

A partir da ruptura do Pacto de Cooperação Intersindical as posições na política sindical, em Novo Hamburgo, ficaram polarizadas. Até mesmo hostis, uma frente a outra.

#### 4.0 O anti-comunismo na política sindical

Ao longo dos vinte anos pesquisados (1945-64) não foi possível identificar grupos inequivocamente comunistas dominando os sindicatos de empregados em Novo Hamburgo. Contudo, a ideologia anti-comunista foi sempre constante neste período. A única exceção fica por conta do breve intervalo representado pelo Pacto de Cooperação Intersindical, um ano e meio onde a palavra de ordem era a posição unitária, sem excessivas preocupações ideológicas. Durante a vigência do Pacto as acusações de comunismo partiam de fora do meio sindical, contra sindicalistas, e não acusações entre os mesmos. Um exemplo foi quando, em 1959, numa crise interna no diretório municipal do PTB, o deputado Seno Ludwig acusou os comunistas que "pretendiam se infiltrar e assenhorear do Partido, como o vinham fazendo em algumas organizações locais", referindo-se, é claro, aos sindicatos. Ilco do Canto Lisboa, presidente do Sindicato dos Bancários, cujo nome fôra apontado na nota do PTB, lançou, pela imprensa, um repto para que se provasse sua ligação com o comunismo.<sup>10</sup>

Na verdade, a responsabilidade pela propagação da ideologia

anti-comunista deve ser atribuída a diversas fontes.

Uma delas, a imprensa, já foi amplamente analisada no Capítulo IV. A publicação de artigos e declarações anti-comunistas ocuparam muitas páginas dos periódicos, como foi demonstrado no referido capítulo. Durante as greves, para citar mais um exemplo, surgiam na imprensa as inevitáveis acusações de manipulação comunista, procurando descharacterizar estes movimentos como legitimamente reivindicatórios.

Outra destas fontes foi a Igreja. Primeiro, através do Círculo Operário, depois através do Movimento de Orientação Social (MOS) coordenado pelo Pe. Urbano Rausch. Ao assistencialismo do Círculo Operário somou-se o proselitismo do MOS através da realização de cursos de liderança para trabalhadores, da difusão da legislação trabalhista e previdenciária, além de estudos sobre as encíclicas papais de cunho social, como a "Rerum Novarum" e a "Mater et Magistra". Exemplo concreto foi o curso de liderança realizado na paróquia do bairro Santo Afonso, em agosto de 1963, numa iniciativa da Escola de Líderes Operários (ELO), entidade ligada ao Círculo Operário de Porto Alegre.<sup>11</sup>

Contudo, a influência da Igreja consolidou-se com a adesão aos seus princípios sociais por parte de dirigentes sindicais de grande prestígio. Vicente Kieling, por exemplo, um dos pioneiros do sindicalismo na cidade, líder católico que presidiu o diretório municipal do Partido Democrata Cristão (PDC), mostrou-se anti-comunista, profunda e convictamente. Em 1947, quando presidia o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, participou, no Rio de Janeiro, da instalação oficial da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), voltando escandalizado com a influência dos comunistas na antiga Capital Federal. Na entrevista ao jornal Gazeta de Novo Hamburgo criticou com veemência as uniões sindicais, de orientação ou sob con-

trole comunista, porque "nada mais faziam do que levar o desassocôgo ao seio dos trabalhadores, procurando lançá-los contra os seus patroões". Sobre comunistas associados dos sindicatos, limitou-se a reproduzir a lacônica receita de Morvan de Figueiredo, Ministro do Trabalho: "ponha-os na rua!". Kieling defendeu a recém criada CNTI que "procura resolver os problemas dos trabalhadores em harmonia e com a assistência dos industriais".<sup>12</sup>

A propósito da CNTI, esta entidade foi criada naquela circunstância para fazer frente aos comunistas e aliados que, servindo-se do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, realizado em setembro de 1946, no Rio de Janeiro, tinham criado a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), órgão de cúpula paralelo à estrutura sindical legal, definido por Jover Telles como "uma organização verdadeiramente livre de injunções alheias à classe operária".<sup>13</sup>

De qualquer forma, como em 1947 o PCB teve o registro cassado por decisão judicial, o Governo Federal logo começou a desarticular as entidades sindicais controladas pelos comunistas. Em Novo Hamburgo, cidade operária, houve reflexos desta ação. A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos foi convocada a prestar declarações ao Delegado de Polícia e ao Fiscal do Ministério do Trabalho sobre a suposta vinculação do mesmo com a CTB, entidade de cuja ilegalidade o sindicato havia sido informado através de telegrama da Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul.

Outro líder católico, político (PDC) e sindical com destacada atuação no período pesquisado, foi Eugênio Ricardo Fischer. Exerceu grande influência no Sindicato dos Bancários, especialmente após 1962. Para a sucessão de Américo Copetti na direção do sindicato apresentaram-se duas chapas, encabeçadas por Júlio Bossle e Leopoldo Raymundo, respectivamente. Fischer fazia parte da segunda, cunhando a expressão "chapa cristã". Bossle reagiu

através da imprensa porque, segundo ele, seus oponentes ao reforçar e insistir na classificação "cristã", jogavam sobre a sua candidatura a suspeição de "comunista".<sup>14</sup> Venceu a chapa de Leopoldo Raymundo. Mais tarde, em 1963, com a transferência do presidente para outra cidade, Fischer, que ocupava o cargo de tesoureiro, assumiu o cargo de presidente. Nesta função, precisou enfrentar a grande greve nacional dos bancários, em setembro-outubro de 1963. Os bancários de Novo Hamburgo entraram em greve após uma semana do início do movimento. Fischer justificou-se afirmando que no início "as posições não estavam bem definidas e a intervenção de agitações políticas estavam desvirtuando a verdadeira finalidade da greve". Encerrou suas declarações ao jornal O Hamburguês, a respeito da greve, respondendo aos que lhe criticavam: "seria melhor que examinassem a sua consciência para ver se não é por omissão, por seu desinteresse ou por seu comodismo que há tanta coisa errada por este Brasil afora, especialmente nas entidades sindicais".<sup>15</sup>

Finalmente, o anti-comunismo foi também defendido pelo Movimento Sindical Democrático (MSD). Desenvolveu-se na cidade após a ruptura do Pacto de Cooperação Intersindical e conseguiu dominar a maioria dos sindicatos locais nos dois últimos anos do período estudado (1962-1964). Pela sua importância; será analisado separadamente.

#### 5.0 Movimento Sindical Democrático (MSD)

Conforme documentos publicados por Edgard Carone, o MSD foi resultante da cisão ocorrida no III Congresso Sindical Nacional, em agosto de 1960.<sup>16</sup> Os comunistas, somados a um grupo nacionalista, tentaram criar uma central sindical única além de sugerir a filiação das entidades sindicais brasileiras à Federação Sin-



dical Mundial (FSM), de orientação comunista, provocando a cisão e o abandono do congresso por parte dos "ministerialistas", representados pelos dirigentes da maioria das confederações e de várias federações estaduais, e dos "renovadores" que propunham uma posição apolítica para os sindicatos.

Segundo Hans FÜchtner, o MSD "propagava um Brasil cristão-democrático e trabalhava junto com os círculos católicos". Basicamente, sua ideologia era o anti-comunismo, embora pregasse reformas no sentido de desvincular o sindicalismo da tutela do Ministério do Trabalho. No plano internacional defendia a filiação das entidades sindicais brasileiras à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL) e à Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), por serem entidades contrárias à FSM. FÜchtner esclarece ainda que o MSD representava "unioões de sindicatos de iguais posições políticas", não formando, portanto, uma central sindical do tipo do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Contava com amplo financiamento do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que combatia o esquerdismo do governo de João Goulart.<sup>17</sup>

O MSD obteve muitas adesões no Rio Grande do Sul. Cinco federações estaduais aderiram: Federação dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário (Rudor Blumm), Federação dos Metalúrgicos (Galdino Vargas Câmara), Federação dos Trabalhadores na Construção Civil (Dalimar Severo), Federação dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Couro (Francisco Vilella) e Federação dos Empregados no Comércio (Romeu Pacheco de Abreu). Além de inúmeros sindicatos de todo o Estado. Em Novo Hamburgo, sem esquecer que Galdino Câmara e Rudor Blumm tinham sido presidentes de sindicatos locais, liderados por Sebastião Ody, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, aderiram também ao MSD o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, o Sindicato dos Trabalha-

dores na Indústria da Fiação e Tecelagem e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Couro. Este número representava a metade das entidades sindicais locais.

Durante o ano de 1961 as forças estavam equilibradas. Nas comemorações do Dia do Trabalho, lideradas por Alcides Nunes Rosa (sapateiros), Guido Endres (comerciários) e Américo Copetti (bancários), estiveram ausentes os demais líderes sindicais da cidade, justamente os adeptos do MSD. Sebastião Ody respondeu a acusação de boicote dizendo que ele e os demais líderes sindicais não tinham comparecido ao comício por não terem sido informados. A explicação, evidentemente, não convenceu, contribuindo para aumentar a cisão iniciada com a ruptura do Pacto de Cooperação Intersindical.<sup>18</sup>

A partir de 1962, o MSD, em Novo Hamburgo, adquire força, rompe o equilíbrio anterior e assume a predominância no movimento sindical local. Explica-se esta mudança pela substituição de Alcides Nunes Rosa na presidência do STI de Calçados, o maior da cidade, quando este sindicato também aderiu ao MSD. Todavia, com relação ao Sindicato dos Bancários, não foram encontradas evidências de adesão ao movimento. Porém, com a posse de Fischer na sua presidência, em 1963, com sua orientação católica, a identificação ideológica, em termos gerais, ficou evidenciada. O único sindicato contrário ao MSD, na cidade, continuava sendo o Sindicato dos Comerciários, presidido por Guido Endres.

A ação do MSD, em Novo Hamburgo, pode ser representada por três fatos principais: a contenção das greves políticas, a realização de um encontro intermunicipal de líderes sindicais democráticos e a contenda eleitoral pelo controle do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados.

O MSD impediu, no plano local, a efetivação de greves polí-

ticas decretadas pelo CGT. Os dois melhores exemplos foram a 5 de julho e a 14, 15 e 16 de setembro de 1962, quando greves gerais, de cunho político, paralizaram o centro do país e alcançaram muitas outras cidades. Em Novo Hamburgo nada aconteceu, justificando o título da matéria publicada pelo jornal NH: "Sindicatos democráticos deram demonstração de força total". Sebastião Ody e Rudor Blumm fizeram declarações dizendo "não admitir greves políticas em Novo Hamburgo", afirmando que "são os líderes sindicais democráticos os que mais conseguem em favor dos trabalhadores".<sup>19</sup>

As federações estaduais e os sindicatos locais ligados ao MSD organizaram o 1º Encontro Intermunicipal de Líderes Sindicais Democráticos, realizado em Novo Hamburgo, em 23 de setembro de 1962, tendo como local as dependências do Sindicato dos Metalúrgicos. Participaram do conclave sindicalistas de Novo Hamburgo, São Leopoldo, Porto Alegre, Esteio, Pelotas, Taquara, Sapiranga, Campo Bom, Caxias do Sul e São Sebastião do Caí. Na qualidade de visitantes, sindicalistas do Chile e Argentina. Prestigiando o evento, algumas autoridades: os prefeitos de Sapiranga e Novo Hamburgo, o sr. Francisco Camerini, Fiscal do Ministério do Trabalho, o sr. Florisbello Coitiño, presidente da Fundação Maurício Cardoso, mantenedora do Hospital Operário, além de padres do Círculo Operário. Ao final dos trabalhos foram aprovadas as seguintes resoluções: solicitar o afastamento de Álvaro Ayala da Delegacia Regional da CNTI; protestar contra Dante Pelacani, vice-presidente da CNTI, por intrometer-se em problemas sindicais do Rio Grande do Sul; solicitar ao IAPI a venda, aos operários, dos terrenos de sua propriedade na cidade e o financiamento da casa própria.<sup>20</sup>

Finalmente, para consolidar sua influência no sindicalismo local, o MSD empenhou-se na disputa eleitoral para preenchimento dos cargos da diretoria no STI de Calçados. As eleições realiza-

ram-se dia 28 de setembro de 1962, concorrendo duas chapas: a de Alcides Nunes Rosa, da situação, disputando seu terceiro mandato pois estava na presidência desde 1958, e a de Norci Pedro da Rosa, da oposição, apoiado pelo MSD. Norci foi eleito por 759 votos contra 687 dados a Alcides. Uma vitória significativa, embora o resultado não fôsse consequência apenas da campanha do MSD. Norci Pedro da Rosa já havia sido escolhido "melhor sindicalista" da cidade e contava também com o apoio do patronato que lhe havia confiado a direção da Associação de Benefícios e Pecúlios dos Empregados de Kruse & Cia. Ltda. Com este resultado, segundo uma nota de jornal, estava assegurada "a volta a dias mais tranquilos".<sup>21</sup>

Pela análise feita, a nível local, as consequências da legislação legada (CLT) são confirmadas pelo apego aos dispositivos legais e pela burocratização do sindicato e de seus dirigentes. O anti-comunismo, através de diversas manifestações, cristalizado no predomínio alcançado pelo MSD, representou a tônica ideológica. O Pacto de Cooperação Intersindical, ainda que tenha durado pouco tempo, significou o ponto máximo da política sindical em Novo Hamburgo, pela ação unitária dos sindicatos em busca de objetivos comuns.

No entanto, apesar dos sindicatos locais procurarem representar os interesses dos trabalhadores caracteristicamente pela forma conciliatória ou judicial, houve ocasiões em que assumiram de modo firme e inequívoco, o recurso extremo das greves. Mesmo que não o tenham feito por convicção, assumiram como modo de não perder o controle do movimento trabalhista novo-hamburguês.

## CAPÍTULO VII - NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) Arquivo da DRT (DAS-SOSU), Pasta nº 96.
- 2) Idem, Pasta nº 224.
- 3) O ano de 1952 tinha sido marcado pela eclosão de duas greves de protesto contra a carestia. V. Capítulo VIII.
- 4) Diário de Notícias, 22.09.62; Última Hora, 27.09.62.
- 5) O Hamburguês, 25.05.63.
- 6) José Albertino RODRIGUES, Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, p.145.
- 7) Idem, p.146-147.
- 8) Após 1964, Rudor Blumm continuou sua carreira ascendente. Em 1969 foi eleito presidente da CNTI e, em 1971, nomeado ministro classista do Tribunal Superior do Trabalho.
- 9) Sobre o Pacto de Cooperação Intersindical foram extraídos dados dos jornais: NH, 30.04.60, p.4-5, 20.08.60, p.4; O 5 de Abril, 12.12.58, p.7; Folha da Tarde, 24.01.59, 11.05.59, 16.08.60, 19.08.60; A Hora, 16.12.58, 12.05.59, 11.08.60; Jornal do Dia, 12.05.59; Correio do Povo, 03.12.58, 16.12.58, 07.01.59, 07.03.59, 12.03.59, 27.03.59, 13.05.59.
- 10) O 5 de Abril, 27.02.59, p.2, 06.03.59, p.3.
- 11) NH, 09.03.63, p.8, 27.04.63, p.11, 18.05.63, p.6; O Hamburguês, 31.08.63, p.15.
- 12) Gazeta de Novo Hamburgo, 16.07.47, p.1-2.
- 13) Uma descrição do desenrolar do congresso e a criação da CTB, encontra-se em Jover TELLES, O Movimento Sindical no Brasil, p.243-259.
- 14) O 5 de Abril, 28.07.62, p.13.
- 15) O Hamburguês, 12.10.63, p.1.
- 16) Edgard CARONE, Movimento Operário no Brasil (1945-1964), p. 224-229.

- 17) Hans FÜCHTNER, Os Sindicatos Brasileiros - Organização e Função Política, p.201-202.
- 18) Última Hora, 04.05.61.
- 19) NH, 13.07.62, p.4, 18.09.62, p.18.
- 20) O 5 de Abril, 29.09.62, p.2; NH, 21.09.62, p.18, 25.09.62, p.16.
- 21) O 5 de Abril, 21.09.62, p.7, 06.10.62, p.13; NH, 25.09.62, p.16, 28.09.62, p.26, 02.10.62, p.14.

## CAPÍTULO VIII

### AS GREVES EM NOVO HAMBURGO

As greves são, reconhecidamente, a maior arma dos trabalhadores. O melhor instrumento de pressão que dispõem para alcançar seus objetivos. Organizadas pelos sindicatos configuram o dinamismo e a luta destas entidades de classe pelos interesses de seus associados e das respectivas categorias profissionais.

Os dados disponíveis sobre as greves ocorridas em Novo Hamburgo no período compreendido entre 1945 e 1964 foram levantados em duas fontes: os sindicatos locais e a imprensa. Sobre o tema, os sindicatos responderam ao questionário proposto pelo pesquisador de forma lacônica ou incompleta, quando não foram omissos. Já a imprensa, especialmente a de Porto Alegre, foi suficiente para preencher as lacunas das informações prestadas pelos sindicatos e fornecer dados para a elaboração de uma tabela contendo as greves do período referido.

Sendo assim, foi possível identificar, e comprovar, a ocorrência de dez greves em Novo Hamburgo entre 1945 e 1964 (V. Tabela IX). Pelo menos outros três movimentos grevistas foram detectados. Greves de bancários, em 1945, e de sapateiros, em 1951 (Adams S.A.), ambas por aumentos salariais, e outra, abrangendo diversas categorias, contra a carestia, em 1956. Não foi possível comprová-las de forma inequívoca, deixando de constar desse estudo.

TABELA IX

GREVES EM NOVO HAMBURGO (1945 - 1964)

| nº | data            | motivo                        | categoria(s)<br>envolvida(s) | duração | resultado | observações   |
|----|-----------------|-------------------------------|------------------------------|---------|-----------|---|
| 01 | JUL-AGO<br>1946 | desvio da farinha<br>de trigo | diversas<br>(parcial)        | 2 dias  | positivo  | apoio ostensivo do STI de<br>Calçados e do STI da Cons-<br>trução Civil |
| 02 | JAN<br>1952     | carestia                      | diversas<br>(parcial)        | 1 dia   | negativo  | sem participação sindical   |
| 03 | JUL-AGO<br>1952 | carestia                      | diversas<br>(parcial)        | vários* | positivo  | sem participação sindical   |
| 04 | JUL<br>1954     | carestia                      | diversas<br>(parcial)        | 1 dia   | negativo  | greve estadual, apoio sin-<br>dical                                     |
| 05 | MAR<br>1955     | aumento salarial              | curtidores<br>(1 empresa)    | 1 dia   | positivo  | resolvido no âmbito da em-<br>presa                                     |
| 06 | MAR<br>1955     | aumento salarial              | curtidores<br>(2 empresas)   | 1 dia   | positivo  | à revelia do sindicato  |
| 07 | AGO<br>1955     | aumento salarial              | sapateiros                   | 15 dias | positivo  | organizada pelo sindicato   |
| 08 | JUL<br>1960     | carestia                      | diversas<br>(geral)          | 1 dia   | positivo  | greve estadual, apoio sin-<br>dical                                     |
| 09 | NOV<br>1962     | aumento salarial              | bancários                    | 5 dias  | positivo  | greve estadual, apoio sin-<br>dical                                     |
| 10 | OUT<br>1963     | aumento salarial              | bancários                    | 5 dias  | positivo  | greve nacional, apoio sin-<br>dical                                     |

\* paralizações intermitentes entre 22 de julho e 8 de agosto de 1952.



Por uma questão analítica as greves ocorridas foram classificadas em três grupos: quanto à participação dos sindicatos, quanto aos seus motivos e quanto à extensão de sua ocorrência.

No primeiro grupo, quanto à participação dos sindicatos, as greves foram divididas em oficiais e não-oficiais. Entendidas oficiais aquelas decorrentes do processo legal previsto no Decreto nº 9.070/46, como decisão da categoria ou categorias envolvidas, em Assembléia Geral convocada para este fim. Ou ainda aquelas "oficializadas" pelo apoio tácito, declarado e operacional, dos sindicatos. Definidas como não-oficiais aquelas que tiveram geração espontânea, sem interferências sindicais ou realizadas à revelia dos sindicatos.

No segundo grupo, quanto ao motivo, as greves dividiram-se entre aquelas que buscavam melhoria de salários e aquelas que protestavam contra crises de abastecimento e carestia.

No último grupo, quanto à extensão, foram consideradas as greves exclusivamente de âmbito local e aquelas ocorridas na cidade em conexão com movimentos estaduais ou nacionais.

A leitura da Tabela X permite várias observações. O maior número de greves ocorreu na década de 50, seis, contra três nos primeiros quatro anos da de 60 e apenas uma no final da década de 40. A década de 50 foi a única atingida por inteiro no estudo, embora os primeiros anos da de 60, devido a efervescência do movimento operário no contexto político anterior ao golpe militar de 1964, fôssem favoráveis à uma proliferação de greves, diversas de motivação política, no plano nacional, que não ocorreram a nível local. Isoladamente, o ano com maior número de movimentos grevistas foi 1955, quando ocorreram três. Quanto ao número total de greves, dez, considerando-se os vinte anos estudados, representa uma média baixa, de uma greve a cada dois anos.

TABELA X  
CLASSIFICAÇÃO DAS GREVES EM NOVO HAMBURGO

| anos<br>com<br>gre-<br>ves | participação<br>sindical |                   | motivo        |               | extensão |               | total<br>de<br>greves<br>por ano |
|----------------------------|--------------------------|-------------------|---------------|---------------|----------|---------------|----------------------------------|
|                            | ofici-<br>ais            | não o-<br>ficiais | salá-<br>rios | cares-<br>tia | locais   | est./<br>nac. |                                  |
| 1946                       | 1                        | -                 | -             | 1             | 1        | -             | 1946=1                           |
| 1952                       | -                        | 2                 | -             | 2             | 2        | -             | 1952=2                           |
| 1954                       | 1                        | -                 | -             | 1             | -        | 1             | 1954=1                           |
| 1955                       | 1                        | 2                 | 3             | -             | 3        | -             | 1955=3                           |
| 1960                       | 1                        | -                 | -             | 1             | -        | 1             | 1960=1                           |
| 1962                       | 1                        | -                 | 1             | -             | -        | 1             | 1962=1                           |
| 1963                       | 1                        | -                 | 1             | -             | -        | 1             | 1963=1                           |
| TOTAL                      | 6                        | 4                 | 5             | 5             | 6        | 4             | =10                              |

Considerando as greves quanto à participação dos sindicatos nota-se que seis foram oficiais contra quatro não-oficiais. Este fato parece demonstrar a preocupação dos sindicatos em controlar o movimento operário nas suas reivindicações, promovendo greves de acordo com o Decreto nº 9.070/46 (aprovação da parede através de Assembléia Geral e votações nos locais de trabalho) ou então, oficializando movimentos espontâneos, quando conveniente e possível, para evitar a capitalização do evento por parte de lideranças extra-sindicais. Por outro lado, as greves não-oficiais, de natureza espontânea, demonstram que em certos casos a pressão dos problemas enfrentados pelos trabalhadores não permite esperar pelos trâmites de uma ação sindical, estritamente legal.

Com relação ao motivo das greves ocorridas em Novo Hamburgo observa-se que a metade esteve ligada a problemas de abastecimento e carestia e a outra metade relacionada aos aumentos salariais. Neste particular, interessante notar que houve uma divisão nítida. Até 1954, exatamente a metade do período estudado, a carestia e os problemas de abastecimento motivaram as greves, o que demonstra a preocupação dos trabalhadores em preservar o po-

der aquisitivo dos seus salários. A partir de 1955, predominaram as greves por aumentos salariais, o que permite supor que, perdida a luta contra a carestia, o negócio passou a ser a reposição do poder aquisitivo através das revisões salariais, sem considerar as evidências inflacionárias de tal jogo.

Finalmente, quanto à extensão, a Tabela X mostra que foram seis as greves estritamente locais contra quatro conectadas com movimentos de âmbito estadual ou nacional. As locais predominaram até 1955 e aquelas ligadas aos movimentos estaduais e nacionais predominaram nos anos sessenta, evidenciando o maior grau de articulação entre as entidades sindicais.

#### 1.0 1946: desvio da farinha de trigo<sup>1</sup>

Em 1946 vivia-se ainda as dificuldades de abastecimento decorrentes da Segunda Guerra Mundial. A farinha de trigo, no que concerne à alimentação, era em grande parte importada da Argentina e dos Estados Unidos. A importação era dificultada por restrições cambiais e pelo compromisso de abastecimento da Europa, devastada e faminta. Portanto, o problema atingia todo o Brasil, mas, em Novo Hamburgo, como em tantas comunidades de ascendência colonial, a maioria das famílias tinha por costume fazer pão em casa. Aconteceu, então, uma séria crise de abastecimento de farinha de trigo para venda no varejo, embora não faltasse pão nas padarias.

A situação na cidade foi agravada com as denúncias de que a escassez de farinha de trigo se devia ao contrabando que estaria sendo feito para São Paulo. A farinha viajava acondicionada em caixas de sapato para ser vendida na capital paulista no mercado negro, evidentemente com altos lucros. O somatório da crise de

abastecimento com as denúncias de desvio fez os trabalhadores paralizarem o trabalho por dois dias, 31 de julho e 1º de agosto de 1946, com o apoio declarado e ostensivo de dois sindicatos locais, o STI de Calçados e o STI da Construção Civil.

No primeiro dia, 31 de julho, foi realizada uma inesperada passeata de protesto, culminando com concentração popular frente ao prédio da Prefeitura. No local, os diversos oradores, conforme sua posição, contribuíam ora para exaltar, ora para acalmar, a massa operária que empunhava cartazes e gritava refrões, como "queremos farinha de trigo". Uma comissão de operários fez uma vistoria no armazém do sr. Erwin Schmitt, situado nas proximidades, constatando a existência de cinco sacos de farinha de trigo em estoque, contrariando a informação do comerciante de que não havia este produto em seu estabelecimento. O caso não degenerou em violência porque a explicação dada foi aceita: aquela farinha destinava-se a um dos colégios com internato situado na cidade, segundo ordens da própria Prefeitura. Neste primeiro dia, a multidão, calculada em 2.000 pelo Correio do Povo, somente dispersou-se após o anúncio de uma comissão que iria se encontrar com o interventor Cilon Rosa, em Porto Alegre, levada pelo prefeito Alberto Severo e composta pelos operários Silvio Longo, presidente do STI de Calçados, Rosalvo Dalla Barba, metalúrgico, Arnaldo Lindmeyer e Otavio Seibert, sapateiros.

No segundo dia, nova concentração frente à Prefeitura Municipal. A comissão voltou de Porto Alegre comunicando aos presentes o resultado de seu encontro com o interventor. Solicitaram a Cilon Rosa o empenho do Governo do Estado no barateamento e no fornecimento de farinha de trigo ao comércio para que fôsse possível fazer pão em casa. Cilon Rosa determinou o envio imediato, por caminhoes, de 500 sacos de farinha para Novo Hamburgo, apesar de ter mostrado aos membros da comissão que o pão consumido em Porto Alegre, no próprio palácio, era inferior ao que os ope-

rários tinham levado para lhe mostrar.

A decisão do governo de enviar de imediato este suprimento de farinha de trigo para Novo Hamburgo explica porque o STI de Calçados respondeu "positivo" na coluna "resultado" na parte referente às greves no questionário solicitado pelo pesquisador. No entanto, como esta farinha foi entregue às padarias, devido à recusa do comércio em negociá-la no varejo, explica que o STI da Construção e do Mobiliário tenha respondido "negativo" na mesma coluna. De qualquer forma, o resultado foi realmente positivo, pois dia 5 de agosto chegou a Novo Hamburgo um vagão ferroviário com 28 toneladas de trigo, procedente do município de Getúlio Vargas, e a 23 do mesmo mês, um ofício de J.V. Ribeiro, superintendente da Comissão Estadual de Preços (CEP), tranquilizou a cidade com o anúncio de importação de trigo americano, normalizando o abastecimento, apesar de recomendar parcimônia no consumo, para não faltar.

Com relação ao desvio da farinha, anos mais tarde, em 1952, Parahim Lustosa, através da Gazeta de Novo Hamburgo, e Leopoldo Petry, pelas páginas de 05 de Abril, ainda trocavam acusações pelos acontecimentos de 1946. Não foi possível, para o pesquisador, comprovar o contrabando e seus responsáveis, embora como um dos resultados da greve, o prefeito nomeado Alberto Severo tenha sido substituído por Euclides Fernandes da Costa, dia 3 de agosto de 1946. Foram substituídos, também, o secretário municipal e encarregado do abastecimento, Parahim Lustosa, e o próprio Delegado de Polícia, Cirano Teles Pinho. Do lado dos grevistas também houve baixas. Ao menos de um operário, Alzir Schmiedel, foi possível comprovar sua convocação para depor no DOPS, em Porto Alegre, sobre os momentos mais exaltados das manifestações operárias por ocasião da greve da farinha.

Por ironia, se os trabalhadores tinham ou não razão, ao de-

nunciar o contrabando com seu movimento, apenas uma semana depois da greve, a polícia de Novo Hamburgo deteve, dia 9 de agosto, o caminhão de placas 10-06-27, dirigido por Hilario Campagnoni, que conduzia um inequívoco contrabando de farinha de trigo, equivalente a onze sacos, acondicionada em caixas e numa lata de banha. No DOPS declarou ter comprado por Cr\$ 290,00 o saco, pretendendo vender em São Paulo por Cr\$ 600,00.

## 2.0 1952: greves contra a carestia<sup>2</sup>

Por duas ocasiões, em 1952, o operariado local mobilizou-se contra a carestia, servindo como pretextos aumentos nos preços e dificuldades de abastecimento, especialmente com relação a carne e o pão. Em 29 de janeiro houve a primeira paralização. Na verdade, não passou de um dia de protesto contra a carestia, podendo seu resultado ser definido como negativo pela falta de medidas concretas em favor da solução do problema. Contudo, de 22 de julho a 8 de agosto de 1952, uma série de paralizações intermitentes movimentaram o operariado, alcançando grande repercussão.

Dia 22 de julho, motivados pela escassez e pelo aumento do preço da carne, de Cr\$ 6,00 para Cr\$ 10,00, em quilo, operários da firma Aços Plangg pararam e fizeram uma passeata, conseguindo a adesão dos trabalhadores de diversas fábricas. A maré humana avolumou-se e tomou a direção do centro da cidade, sendo barrada pelo Delegado de Polícia que persuadiu os grevistas a dispersarem-se. Uma comissão foi formada para entrevistar-se com o governador Ernesto Dornelles, em Porto Alegre. Deste dia de protesto ficou acertado que o matadouro Ouro Branco, de Novo Hamburgo, abasteceria a cidade de carne. Por outro lado, a Prefeitura Municipal anunciou, para breve, a instalação da Comissão Municipal de Abastecimento e Preços (COMAP).

Conquanto o problema não fôsse resolvido, reuniões e contatos na Prefeitura, sindicatos, Governo do Estado e manifestações isoladas foram ocorrendo até que, a 6, 7 e 8 de agosto, realizaram-se manifestações públicas, incluindo a paralização do trabalho na maioria das fábricas locais. No dia 6, segundo noticiou o Diário de Notícias, embora com certa contradição, um movimento "pacífico, acéfalo e espontâneo" reuniu uma multidão de grevistas que, dirigindo-se à usina elétrica local, por volta das onze horas da manhã, pretendeu interromper o fornecimento de energia à cidade, sendo impedida pelo aparato policial que incluía soldados do Exército. No dia 8 as manifestações incluíram um comício na Praça 14 de Julho, atual Praça do Imigrante, onde políticos se solidarizaram com o movimento. Na ocasião, discursaram o prefeito Plínio Moura e o vereador Alfredo Marotzky, presidente da Câmara Municipal.

Este movimento grevista foi positivo. No dia 12 de agosto foi instalada a COMAP, cuja primeira providência foi listar os produtos sujeitos ao seu controle: farinha de trigo, sal, milho, feijão, banha, arroz, pão, leite e carne. A primeira portaria do órgão tabelou a carne e o matadouro Ouro Branco divulgou um esquema de distribuição semanal pelos bairros e vilas da cidade, levando as carroças sempre  $\frac{3}{4}$  de carne de 2ª contra  $\frac{1}{4}$  da de 1ª. Poucos dias mais tarde, a Prefeitura Municipal, através da COMAP, passou a distribuir aos armazéns quatro produtos com preços tabelados: feijão preto a Cr\$ 5,00, açúcar a Cr\$ 5,00, arroz a Cr\$ 4,30 e batata a Cr\$ 3,00, o quilo.

Igualmente como resultado destes acontecimentos, um grupo de industrialistas do setor do couro (curtumes), entre eles Carlos Armando Koch e Bonifácio Silveira, iniciaram contatos, ainda no mês de agosto de 1952, para fundar uma cooperativa de consumo para abastecer, a preços acessíveis, os trabalhadores do ramo.

Quanto aos sindicatos, sua posição no episódio foi de apoio a distância, configurando-se os movimentos grevistas de 1952 como não-oficiais. A propósito, dois exemplos são significativos. Raimundo Claro da Silva, secretário do STI da Fiação e Tecelagem declarou ao jornal Gazeta de Novo Hamburgo que o movimento contra a carestia era justo e merecia o apoio do sindicato, mas que ele, pessoalmente, como o próprio sindicato, não tinham, de forma alguma, incitado os operários a fazer greve. O STI Metalúrgico, respondendo a um ofício da firma Aços Plangg sobre associados do sindicato que participaram da greve de 22 de julho, declarou não ter liderado o movimento e não ter autorizado nenhum associado a paralisar o trabalho. No entanto, por ocasião dos acontecimentos de 29 de janeiro de 1952, o presidente da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, José Baldelino de Lemos, e o presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário do Rio Grande do Sul, Manoel Palma Martins, reagindo aos fatos ocorridos em Novo Hamburgo, anunciaram a disposição de patrocinar a instauração de dissídios coletivos, visando a melhoria de salários caso os preços dos artigos de primeira necessidade não fôssem estabilizados.

### 3.0 1954: pelo congelamento geral de preços<sup>3</sup>

A 6 de julho de 1954, Novo Hamburgo acompanhou um movimento de greve geral no Rio Grande do Sul. Ação liderada pelos sindicatos e federações, fazendo uma greve de um dia como pressão pelo congelamento geral de preços. O Correio do Povo noticiou que não houve nenhum incidente, transcorrendo pacificamente o movimento reivindicatório em todo o Estado. O 5 de Abril confirmou que na cidade a adesão foi total, tanto na indústria como no comércio, embora cometesse a gafe de afirmar que tal movimento estava "evidenciando a harmonia (...) entre Capital e Trabalho".



De qualquer forma, para Novo Hamburgo foi um movimento importante, sendo o primeiro gesto concreto de conexão entre os sindicatos locais e os órgãos regionais de representação trabalhista. O resultado do movimento em si, foi negativo. Nenhum ato concreto foi anunciado para atender a reivindicação da greve e, a nível local, os trabalhadores ainda assistiram, uma semana depois, o prefeito Plínio Moura extinguir, por "inoperância", a COMAP, devendo o controle dos preços passar ao órgão congênere estadual, a Comissão Estadual de Abastecimento e Preços (CEAP).

#### 4.0 1955: as greves ilegais dos curtidores<sup>4</sup>

Dia 22 de março de 1955, os operários do curtume de Weber & Cia. paralizaram o trabalho para pressionar os patroões a conceder-lhes aumento salarial. O movimento foi isolado, resolvido no âmbito da própria empresa de forma satisfatória para os 40 grevistas, em parte devido a rápida mediação de Francisco Camerini, fiscal local do Ministério do Trabalho.

No dia 31 de março, um grupo mais numeroso de curtidores, empregados de duas firmas, Jaeger & Cia. e Alfredo Schneider & Cia., resolveram seguir o exemplo vitorioso dos colegas que tinham paralizado a 22 do mesmo mês. O jornal A Hora estimou que os grevistas eram aproximadamente 100 e, apesar do movimento ter duração de apenas um dia, alcançou grande repercussão. Líderes sindicais regionais e o próprio Delegado Regional do Trabalho, Luiz Assunção, estiveram em Novo Hamburgo para resolver com patroões e empregados o conflito trabalhista. Grande empenho na solução do problema foi demonstrado por Pedro João Antônio, presidente do STI de Artefatos de Couro de Novo Hamburgo, apesar de ter declarado à imprensa sua irritação com o movimento deflagrado à revelia do sindicato. O interesse do sindicato era óbvio.

Desde dezembro de 1954 tramitava na Justiça do Trabalho o dissídio coletivo impetrado pelo mesmo para revisão salarial da categoria. Greves, ainda que parciais, configuravam uma situação de ilegalidade e impaciência frente ao dissídio em tramitação, além de solapar a autoridade sindical. Ainda mais que muitos operários do setor estavam descontentes com os termos do dissídio. Inicialmente, o sindicato havia pedido 50% de aumento, proposta rejeitada pelos patrões. A Junta de Conciliação e Julgamento de São Leopoldo, para tentar um acordo, sugeriu uma tabela de 20 a 40% de aumento. A proposta foi aceita pelo sindicato mas rejeitada pelos empregadores. Para os trabalhadores, contentar-se com uma diminuição variável de 10 a 30% em relação aos 50% iniciais já era difícil e, depois de três meses de espera por uma decisão judicial, deliberaram pela greve.

De qualquer forma, as duas greves foram positivas. Primeiro, porque não apenas os grevistas, mas toda a categoria, no município, foi beneficiada com o acordo salarial então ajustado. Segundo, porque os trabalhadores se consideraram satisfeitos com o aumento concedido, de duzentos cruzeiros para quem ganhasse até Cr\$ 1.800,00 e quinhentos cruzeiros de aumento para quem ganhasse Cr\$ 1.801,00 ou mais. Terceiro, porque os patrões concordaram pagar os operários como se não houvesse sido interrompido o trabalho, bem como nada ficaria registrado sobre o movimento, sendo a greve considerada inexistente. Finalmente, o dissídio coletivo foi sustado e os termos da conciliação homologados pela Junta de Conciliação e Julgamento.

#### 5.0 1955: a grande greve legal dos sapateiros<sup>5</sup>

A maior greve ocorrida em Novo Hamburgo, no período de 1945 a 1964, em termos de duração, foi a dos trabalhadores na indús-

tria de calçados. Sua duração foi de quinze dias, de 3 a 18 de agosto de 1955. Sendo organizada pelo sindicato respectivo, nos termos da legislação em vigor, foi escrupulosamente legal.

O sindicato havia pedido 100% de aumento, admitindo para efeito de acordo, um percentual de 50%. A primeira resposta dos empregadores foi oferecer 10%. Além disso, o sindicato patronal alegou que um percentual maior traria conseqüências "trágicas" para a indústria local de calçados que perderia competitividade para outros centros produtores. Os encontros entre as partes tiveram como resultado o aumento da oferta patronal para 15%. A Delegacia Regional do Trabalho, procurando mediar a questão, sugeriu aumentos de 20 a 30%, rejeitado pelas partes.

O impasse motivou o STI de Calçados a deflagrar o processo de greve legal, fazendo consulta direta aos operários, nos próprios locais de trabalho, através de votação secreta para decidir sobre a paralização. A 2 de agosto, nas oito principais fábricas, Adams S.A., Ludwig S.A., Calçados Jacobs S.A., Brenner, Klaser & Cia., Superly & Cia., Sapatos Garoty Ltda., Fredolino Hack e Filho, Heidrich, Noschang & Cia. Ltda., a decisão foi de 90% favorável ao movimento grevista, motivando a paralização a partir do dia seguinte, 3 de agosto. Neste dia, foram realizadas eleições em trinta e duas fábricas, sendo 70% favorável à greve. Contudo, em quatro fábricas, Hack & Müller, Machado, Santos & Cia., Thoen & Cia. e A. S. Schilling, os operários, em maioria, decidiram não aderir ao movimento paredista. O processo de consulta, através de votação, prosseguiu nos dias seguintes até atingir a totalidade das fábricas de calçados. O Diário de Notícias estimou em 7.000 o número de grevistas e o presidente do STI de Calçados, Rudor Blumm, afirmou que o percentual médio de adesão manteve-se em 85%.

Dia 17 de agosto, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em

Porto Alegre, julgou a questão. Segundo Jorge Surreaux, juiz-relator do processo de dissídio coletivo, os trabalhadores "pediram muito" e os patroões "ofereceram pouco", fixando então a decisão que foi aprovada pelo plenário do Tribunal. No geral, foi concedido 40% de aumento e 35% para os tarefeiros, mas de forma que ninguém recebesse menos de Cr\$ 2.000,00 mensais. Decidiu também que a indústria estava desobrigada de pagar os dias de greve. Esta última decisão motivou o presidente do Sindicato da Indústria de Calçados, patronal, Sirio Brenner, a declarar que a greve tinha sido ilegal e a decisão do TRT fixou jurisprudência, desencorajando movimentos grevistas no futuro. O sindicato operário reagiu, protestando, obrigando o dr. Jorge Surreaux, que além de relator do processo era também vice-presidente do TRT, a pronunciar-se pela imprensa para esclarecer que a greve tinha sido efetivamente legal. Contudo, considerava justo o não pagamento dos salários referentes aos dias de paralização porque não tinha havido prestação de serviços.

Em termos gerais, o resultado para os trabalhadores foi positivo. Se não alcançaram o aumento pedido, ganharam muito mais que os patroões estavam dispostos a dar. Além do mais, positivo para o sindicato que deu uma demonstração de organização e ordem ao liderar uma greve pacífica, sem incidentes, apesar do aparato policial deslocado de Porto Alegre para Novo Hamburgo, com um contingente especial da Brigada Militar patrulhando ruas e guardando os portões das fábricas. A nota negativa ficou por conta das demissões punitivas que ocorreram mais tarde. Segundo denúncia de Rudor Blumm, presidente do STI de Calçados, 121 associados do sindicato foram demitidos de seus empregos por terem participado da greve.

Esta greve foi estadual, decorrendo de decisão do Comando Sindical do Rio Grande do Sul, reunido em Santa Maria, em junho de 1960. Com duração de apenas um dia, 6 de julho, foi rotulada de "greve de advertência" por seus organizadores. A nível estadual, a greve tinha os seguintes objetivos: protestar contra o custo de vida, contra o atraso no pagamento das pensões e benefícios dos institutos de previdência, contra os aumentos da luz e água, contra o aumento dos impostos e dos transportes. Além de reivindicar a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social. A nível local, porém, a maior motivação era pressionar o poder público municipal para criar os armazéns populares.

A greve foi organizada pelos sindicatos de empregados locais, representando o ponto mais alto de relacionamento e coordenação entre os mesmos, desde a criação do Pacto de Cooperação Intersindical de Novo Hamburgo, em dezembro de 1958. Talvez por esta razão tenha sido a única greve geral, na cidade, no período estudado, reunindo trabalhadores de todas as categorias.<sup>7</sup>

No dia 6 de julho de 1960 a cidade amanheceu parada. Grupos de grevistas percorreram as ruas para verificar a extensão do movimento. Na Aços Plangg havia operários trabalhando e o piquete grevista pretendeu forçar a entrada na fábrica para obrigar a paralização. Houve acordo entre o comando da greve e a direção da empresa, com a mediação do prefeito Santini, fazendo a Plangg parar. Outro incidente verificou-se no centro da cidade, na Av. Pedro Adams Filho, nas obras da construção do Cine Avenida, onde os grevistas forçaram operários a paralizar o trabalho. Pela tarde, indústria e comércio estavam parados. A paralização era total na cidade. Os grevistas fizeram uma passeata, pretendendo atingir a Prefeitura Municipal, sendo impedidos por contingentes da Brigada Militar. Após negociações entre grevistas e autoridades, foi autorizada a manifestação popular frente à Prefeitura. Na ocasião, muitos oradores tomaram a palavra e o prefeito San-

tini, como também o deputado estadual Seno Ludwig, ambos do PTB, foram vaiados pela multidão de trabalhadores.

O resultado da greve, quanto ao objetivo local mais desejado, a criação dos armazéns populares, foi positivo, embora não imediato. O prefeito municipal, através do projeto de lei nº 28/60, aprovado pela Câmara de Vereadores, criou o Serviço Autônomo Municipal de Abastecimento Público (SAMAP)<sup>8</sup> que, através de uma rede de armazéns distribuídos pelos bairros, deveria abastecer a população de gêneros de primeira necessidade a preços acessíveis. Problemas orçamentários e legais protelaram a efetiva instalação dos armazéns do SAMAP para setembro de 1961, mais de ano após a greve.

A propósito, a demora na instalação dos armazéns motivou a radicalização das posições no meio sindical. Uma nova greve foi marcada para 8 de setembro, caso até aquela data o prefeito não concretizasse o prometido no movimento de 6 de julho. Não houve greve, nem armazéns. A greve foi frustrada pela cisão das lideranças sindicais locais, umas apoiando a greve, outras, em maioria, dando tempo ao prefeito. Sendo assim, o aspecto negativo da greve de 1960 foi seu alto preço político. A partir dela, o Pacto de Cooperação Intersindical de Novo Hamburgo estava irremediavelmente rompido.

Quanto aos operários, além das perspectivas de gêneros mais baratos com os armazéns do SAMAP, através de acordo com os patrões, perderam um dia de salário, correspondente ao dia da greve, mas não perderam o pagamento do domingo, o descanso semanal remunerado.

7.0 1962: a vez dos bancários<sup>9</sup>

Em novembro de 1962, houve uma greve estadual de bancários. A categoria decidiu pela greve devido ao impasse nas negociações com os patroões sobre a revisão salarial. Pretendiam os bancários: 70% de aumento, abono de 30% sobre os salários que resultassem do acordo a partir de maio de 1963, comissão mínima de Cr\$ 5.000,00 mensais, por cargo de chefia, quinquênio de Cr\$ 2.500,00 ou Cr\$ 500,00 mensais, por ano de serviço e extinção do trabalho aos sábados.

A nível estadual a greve durou uma semana. Em Novo Hamburgo, o presidente do Sindicato dos Bancários, Leopoldo Raymundo, convocou uma Assembléia Geral Extraordinária da classe para decidir sobre a posição local. A maioria dos bancários apoiou o movimento. Assim, a greve, em Novo Hamburgo, começou a 9 de novembro, com 80% de adesão.

Dia 13 de novembro, banqueiros e bancários chegaram a um acordo. O movimento grevista estava vitorioso, alcançando a maior parte de suas reivindicações. Um pouco abaixo do solicitado, mas bem acima do que os patroões pretendiam conceder. Além do mais, as vantagens conquistadas teriam efeito retroativo a 1º de novembro de 1962 e nenhum grevista seria penalizado.

#### 8.0 1963: novamente os bancários<sup>10</sup>

Em setembro e outubro de 1963 houve uma grande greve nacional dos bancários. No Rio Grande do Sul o movimento durou quinze dias. Na cidade, o presidente do Sindicato dos Bancários, Eugênio Ricardo Fischer, considerando conotações políticas na greve, segurou enquanto possível a deflagração do movimento. Quando, em outras cidades, os bancários já estavam parados há uma semana, Fischer declarou pela imprensa local que o objetivo da categoria

era receber um abono e salário profissional, sem fazer greve. No entanto, uma Assembléia Geral Extraordinária da classe aprovou a adesão dos bancários de Novo Hamburgo, a 7 de outubro. Fischer, então, reconheceu no movimento uma "questão de justiça cristã".

O final da greve, dia 11 de outubro, contou com a mediação do Secretário do Trabalho e Habitação do Estado, Arnaldo da Costa Prieto. Seus termos gerais prescreviam um abono de 25% a partir de 1º de março de 1964, gratificação semestral de um ordenado estendida a todos os bancários do Rio Grande do Sul, pagamento dos dias de greve e nenhuma demissão e penalização em decorrência da mesma. As bases do aumento salarial ficaram a cargo do TRT que julgaria o dissídio coletivo e cuja decisão seria acatada, sem recursos, por ambas as partes.

## 9.0 Conclusões do capítulo

Pela descrição e análise das greves ocorridas em Novo Hamburgo, no período de 1945 a 1964, é possível concluir o seguinte:

Primeiro, apesar de ser a segunda concentração operária do Estado, atrás somente de Porto Alegre, a cidade se caracterizou, no período estudado, pela não proliferação de movimentos grevistas. Dez greves em vinte anos não é muito. O suficiente apenas para desmistificar a decantada harmonia local entre trabalho e capital.

Segundo, as greves realizadas foram organizadas e de natureza pacífica. Os poucos incidentes foram exceção. Ainda assim, situados muito aquém dos tumultos e violências de muitas greves ocorridas nos grandes centros do país.



Finalmente, foram greves legítimas, embora nem sempre tenham sido legais, porquanto visavam exclusivamente os interesses dos trabalhadores. Quer seja quanto ao custo de vida, quer quanto aos salários. Greves políticas, típicas da manipulação populista, não ocorreram por absoluta falta de apoio dos trabalhadores locais.

Por outro lado, as greves relacionam-se diretamente com as condições de vida dos trabalhadores. Como também com o problema dos salários e do custo de vida. Estas relações são analisadas no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO VIII - NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) Correio do Povo, 01.08.46, p.10, 02.08.46, p.10, 04.08.46, p.24, 06.08.46, p.4; O 5 de Abril, 16.08.46, p.1, 23.08.46, p.1, 08.02.52, p.3, 22.08.52, p.3; Gazeta de Novo Hamburgo, 14.08.52, p.1, 04.09.52, p.1.
- 2) Sindicato dos Metalúrgicos, Livro de Atas da Diretoria, ata nº 127, de 26.07.52; O 5 de Abril, 01.02.52, p.1, 15.02.52, p.4, 25.07.52, p.1, 15.08.52, p.1-5, 22.08.52, p.1; Gazeta de Novo Hamburgo, 31.01.52, p.1, 24.07.52, p.1, 14.08.52, p.1; Correio do Povo, 26.07.52; Diário de Notícias, 08.08.52; Jornal do Dia, 05.02.52, 29.07.52, 02.09.52.
- 3) O 5 de Abril, 09.07.54, p.1, 16.07.54, p.1; Correio do Povo, 07.07.54, p.12.
- 4) Diário de Notícias, 23.03.55, 29.03.55, 02.04.55; A Hora, 01.04.55.
- 5) Diário de Notícias, 04.08.55, 16.08.55, 17.08.55, 20.08.55, 26.08.55, 27.08.55; Correio do Povo, 04.08.55, 05.08.55, 09.08.55, 18.08.55; Jornal do Dia, 04.08.55; O 5 de Abril, 12.08.55, p.2.
- 6) NH, 02.07.60, p.3, 09.07.60, p.1-2-8, 16.07.60, p.1; O 5 de Abril, 08.07.60, p.1; Jornal do Dia, 06.07.60, 14.07.60; Correio do Povo, 07.07.60.
- 7) V. Anexos: "circular" dos dirigentes sindicais comunicando a decisão de entrar em greve.
- 8) Os armazéns do SAMAP logo lograram aceitação popular. Talvez por isso, mais tarde, foram transformados em super-mercados, como empresa de economia mista, sob controle acionário da Prefeitura, concorrendo com a iniciativa privada. Em 1979, as ações da Prefeitura foram vendidas a Antônio Ventre, liquidando-se com uma conquista genuinamente popular.
- 9) Correio do Povo, 07.11.62, p.16, 14.11.62, p.16; Última Hora, 09.11.62; NH, 10.11.62, p.15.
- 10) NH, 04.10.63, p.21, 11.10.63, p.1; O Hamburguês, 12.10.63, p.1; Correio do Povo, 01.10.63, 12.10.63; Última Hora, 08.10.63; Folha da Tarde, 08.10.63.

CAPÍTULO IX  
OS TRABALHADORES DE NOVO HAMBURGO, SALÁRIOS E  
CUSTO DE VIDA

Poucas são as fontes escritas disponíveis para reproduzir o modo de vida dos trabalhadores de Novo Hamburgo no período estudado, 1945 a 1964. Até mesmo a imprensa local, valiosa fonte para outras partes dessa dissertação, pouco esclarece sobre o assunto. O único trabalho conhecido, referente especificamente aos trabalhadores da cidade, é o Estudo sobre a Comunidade Trabalhadora de Novo Hamburgo, de Humberto Mascarenhas, apresentado como trabalho de conclusão de curso à Escola de Serviço Social vinculada ao Serviço Social da Indústria (SESI), de Porto Alegre. Durante o ano de 1955, utilizando-se da técnica de amostragem para caracterizar o todo, Mascarenhas fez um trabalho de pesquisa envolvendo inúmeros aspectos da vida dos trabalhadores. Percorrendo a pé vilas e bairros, enfrentando inúmeros problemas, como a falta de placas indicativas nas ruas e números nas casas, o barro ou a poeira das ruas sem pavimento, além da reserva e hostilidade de muitos entrevistados que o tomavam, às vezes, como cobrador.<sup>1</sup>

Procurando caracterizar os trabalhadores de Novo Hamburgo e suas condições de vida, foram considerados os seguintes aspectos essenciais: procedência, moradia, alimentação e saúde, salários e custo de vida. A análise destas variáveis permite relacionar o movimento operário e o movimento sindical com os interesses dos

trabalhadores da cidade de Novo Hamburgo.

### 1.0 Procedência

A pesquisa de Humberto Mascarenhas comprovou o centro de atração representado pela indústria calçadista local. Tomando como base uma amostra de 1.629 pessoas, o pesquisador observou que 59,8% procediam de outros municípios do Rio Grande do Sul e de fora do Estado. Portanto, bem menos da metade, 40,2% representam aqueles que nasceram em Novo Hamburgo.

TABELA XI  
DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO A NATURALIDADE DAS PESSOAS  
INQUIRIDAS

| naturalidade        | número | percentual |
|---------------------|--------|------------|
| Novo Hamburgo       | 655    | 40,2%      |
| Taquara             | 307    | 18,9%      |
| S. Sebastião do Cai | 111    | 6,8%       |
| Santo Antônio       | 74     | 4,5%       |
| Montenegro          | 65     | 4,0%       |
| outras              | 417    | 25,6%      |
| total               | 1.629  | 100%       |

fonte: Humberto MASCARENHAS, Estudo..., p.37

Constatado o centro de atração, Humberto Mascarenhas procurou saber há quanto tempo os migrantes moravam em Novo Hamburgo. Tomando por base as 974 pessoas (59,8% do total) que vieram de outros lugares foi possível organizar a seguinte tabela:

TABELA XII  
DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO O TEMPO DE RESIDÊNCIA EM  
NOVO HAMBURGO

| tempo            | número | percentual |
|------------------|--------|------------|
| de 0 a 5 anos    | 435    | 44,7%      |
| de 6 a 10 anos   | 279    | 28,7%      |
| de 11 a 20 anos. | 153    | 15,7%      |
| mais de 20 anos  | 107    | 10,9%      |
| total            | 974    | 100%       |

fonte: Humberto MASCARENHAS, Estudo..., p.38

As duas primeiras faixas de tempo, mostradas na Tabela XII, são por si só muito expressivas. Juntando-as tem-se 73,4% de habitantes que vieram de fora nos últimos dez anos, em relação a 1955, ano da pesquisa. Isto comprova, também a nível local, a atração exercida pela indústria em desenvolvimento, a partir do término da Segunda Guerra Mundial, pela via do recrutamento da mão-de-obra.

Quanto aos estrangeiros, a pesquisa de Mascarenhas apontou um número inexpressivo, apenas 0,3%. Contudo, apesar de não apresentar dados específicos sobre esta questão, Mascarenhas refere-se a origem dos trabalhadores locais, quando relaciona como uma de suas dificuldades, o idioma alemão falado por grande número de trabalhadores entrevistados.<sup>2</sup>

## 2.0 Moradia

Plenamente de acordo com os interesses de seu curso de Assistente Social, Humberto Mascarenhas fez um levantamento pormenorizado sobre as condições habitacionais dos trabalhadores de

Novo Hamburgo. Utilizou-se de uma amostragem de 366 moradias.

TABELA XIII  
DISCRIMINAÇÃO SOBRE O REGIME DE OCUPAÇÃO DAS MORADIAS

| regime       | número | percentual |
|--------------|--------|------------|
| própria      | 105    | 28,7%      |
| em aquisição | 75     | 20,5%      |
| alugada      | 179    | 48,9%      |
| gratuita     | 7      | 1,9%       |
| total        | 366    | 100%       |

fonte: Humberto MASCARENHAS, Estudo..., p.50.

Somando-se as duas primeiras faixas da Tabela XIII verifica-se que quase a metade, ou seja, 49,2%, dos trabalhadores, em 1955, eram proprietários ou promitentes compradores. Outros dados levantados por Mascarenhas também são importantes. A grande maioria das casas eram de madeira (89,9%), bem conservadas no geral (76,5%), com bom estado de higiene (82,2%) e quase todas dispoñdo de luz elétrica (94,5%). Quanto ao número de peças a pesquisa revelou uma média de 5,17, no geral. Quanto ao número de dormitórios a média ficou em 2,35. Como a pesquisa também apontou uma média de 4,43 pessoas por família, conclui-se, então, que as moradias operárias apresentavam boas condições gerais de habitação, com higiene e sem promiscuidade.<sup>3</sup>

Outra questão relativa às moradias foi a construção das vilas operárias. Em 1951 ficaram prontos os primeiros apartamentos da Vila Operária do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Inicialmente alugados, foram mais tarde vendidos aos operários. No entanto, além dos apartamentos, o IAPI fez um loteamento com 342 terrenos para serem vendidos aos contribuintes da autarquia. Projetos e sugestões foram sendo apresentados ao longo dos anos. Em 1963, por exemplo, os sindicatos

de trabalhadores apresentaram um plano bem simples: o IAPI entraria com os terrenos, a indústria construiria casas de madeira e os operários pagariam em prestações compatíveis com seus salários. No início de 1964, após quatorze anos da compra da gleba por parte do IAPI, os lotes ainda não tinham sido vendidos. Foi quando os sindicatos de trabalhadores locais ameaçaram apoiar a invasão da área pelos operários, como forma extrema de pressão.<sup>4</sup>

### 3.0 Alimentação e saúde

O trabalho de Mascarenhas apontou o gasto médio mensal de Cr\$ 1.565,57, em alimentação, por família operária, correspondente a 86,97% do salário-mínimo regional vigente em 1955. Contudo, a mesma pesquisa demonstrou que havia pouco interesse, entre as famílias operárias, de melhorar a alimentação e diminuir despesas. Na amostragem de 366 visitas apenas 88 (24%) possuíam hortas, nem sempre bem cuidadas, apesar de todas disporem de terreno.<sup>5</sup>

O elemento mais característico da alimentação dos trabalhadores era a marmita. As grandes fábricas, em sua maioria, situadas no centro e imediações obrigavam muitos trabalhadores, residentes nas distantes vilas operárias, a sair de casa pela manhã e regressar somente à noite. Para estes, a saída era comer fria a comida preparada de véspera. Outros, apesar de não tão próximos para almoçar em casa, recebiam comida quente trazida por filhos ou irmãos menores. Recorrendo mais uma vez ao trabalho pioneiro de Mascarenhas, verifica-se a extensão do problema. No ano da pesquisa, 1955, de trinta grandes fábricas, nenhuma fornecia alimentação aos seus operários, apenas uma dispunha de um local apropriado para os trabalhadores almoçarem e apenas três dispunham de local para o aquecimento das marmitas.<sup>6</sup> Para minorar es-

te problema, entre 1957 e 1962, os sindicatos buscaram apoio político para trazer para Novo Hamburgo um restaurante do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). O projeto previa o fornecimento de duas mil refeições diárias e meio litro de leite para cada operário. Apesar do empenho do deputado Fernando Ferrari, não obtiveram êxito.<sup>7</sup>

Outra questão importante relativa às condições de vida dos trabalhadores locais refere-se ao problema da saúde. Justamente as carências de atendimento oficial ou por parte dos empregadores farão os sindicatos desenvolverem seu lado assistencialista.

Segundo Mascarenhas, de trinta fábricas importantes pesquisadas, em 1955, apenas uma possuía ambulatório próprio, quatro tinham contrato com hospitais ou ambulatórios particulares, oito dispunham de serviço médico, nenhuma com serviço dentário e radiológico. Dos quatro sindicatos operários pesquisados por Mascarenhas, todos possuíam serviço médico, dois possuíam serviço dentário em colaboração com o SESI, todos pagavam, no todo ou em parte, despesas de hospitalização e apenas um tinha obtido abatimento de 5% em algumas farmácias da cidade para o fornecimento de medicamentos.<sup>8</sup>

Contudo, uma das maiores conquistas no setor da saúde foi a construção do Hospital Operário "Darcy Vargas", inaugurado a 1º de novembro de 1947. Mantido pela Fundação Maurício Cardoso, seu funcionamento estava voltado ao atendimento dos indigentes e operários. Durante todo o período estudado o hospital padeceu a falta de recursos. Subvenções públicas eram esporádicas e irregulares no montante concedido. Em 1962, 40% de seu atendimento era gratuito e para fazer frente às despesas contou, inclusive, com o auxílio dos sindicatos locais. Neste mesmo ano foi lançada a "Campanha dos 500 cruzeiros", valor da contribuição pedida a cada operário.<sup>9</sup>



## 4.0 Salários

Igualmente reduzidos são os dados disponíveis sobre os salários recebidos pelo operariado de Novo Hamburgo no período estudado. O ponto básico está no salário-mínimo regional cuja evolução é apresentada na tabela abaixo.

TABELA XIV  
EVOLUÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO REGIONAL

| anos | salário        | vigência | índice   |
|------|----------------|----------|----------|
| 1943 | Cr\$ 320,00    | 01.12.43 | 100      |
| 1951 | Cr\$ 800,00    | 01.01.52 | 250      |
| 1954 | Cr\$ 1.800,00  | 04.07.54 | 562,5    |
| 1956 | Cr\$ 3.100,00  | 01.08.56 | 968,75   |
| 1959 | Cr\$ 5.000,00  | 01.01.59 | 1.562,5  |
| 1960 | Cr\$ 8.000,00  | 18.10.60 | 2.500    |
| 1961 | Cr\$ 11.200,00 | 16.10.61 | 3.500    |
| 1962 | Cr\$ 18.300,00 | 01.01.63 | 5.718,75 |
| 1964 | Cr\$ 36.600,00 | 24.02.64 | 11.437,5 |

Fonte: IBGE, Brasil Séries Estatísticas Retrospectivas, p.226.

Levando-se em consideração que, em 1945, ano inicial desse estudo, o salário-mínimo regional era Cr\$ 320,00, observa-se, na Tabela XIV, o crescimento vertiginoso do mesmo, demonstrado pelo índice. Em 1964, o salário-mínimo regional era de Cr\$ 36.600,00, acusando um aumento de 11.337,5% sobre o ano base.

Para verificar o salário médio pago aos trabalhadores industriais locais, os únicos dados disponíveis são do IBGE, correspondentes aos censos de 1950 e 1960. A leitura da Tabela XV mostra que dividindo-se o montante dispendido pela indústria pelo número de operários e o produto pelos doze meses do ano, chega-se ao salário médio pago aos trabalhadores de Novo Hamburgo.

TABELA XV  
SALÁRIOS PAGOS PELA INDÚSTRIA EM NOVO HAMBURGO

| anos | salários pagos      | operários | salário médio |
|------|---------------------|-----------|---------------|
| 1950 | Cr\$ 50.819.000,00  | 5.744     | Cr\$ 737,27   |
| 1960 | Cr\$ 566.576.000,00 | 8.763     | Cr\$ 5.387,95 |

Fonte: IBGE, Censo Industrial, 1950 e 1960.

Humberto Mascarenhas, no estudo já mencionado, também apresenta um cálculo de salário médio, a partir de sua pesquisa por amostragem. Referindo-se ao ano de 1955 diz que a "média geral do salário percebido é de Cr\$ 1.907,50."<sup>10</sup> Reunindo-se os dados do censo industrial e os apresentados por Mascarenhas torna-se possível estabelecer uma relação entre o salário-mínimo regional e o salário médio recebido pelos trabalhadores da cidade.

TABELA XVI  
RELAÇÃO ENTRE SALÁRIO-MÍNIMO E SALÁRIO MÉDIO PAGO AOS  
TRABALHADORES DE NOVO HAMBURGO

| anos | salário-mínimo | salário médio | diferença(%) |
|------|----------------|---------------|--------------|
| 1950 | Cr\$ 320,00    | Cr\$ 737,27   | 130,39       |
| 1955 | Cr\$ 1.800,00  | Cr\$ 1.907,50 | 5,97         |
| 1960 | Cr\$ 5.000,00  | Cr\$ 5.387,95 | 7,75         |

Fontes: IBGE, Censo Industrial, 1950 e 1960.

Humberto MASCARENHAS, Estudo..., p.47.

Observação: foi considerado o salário-mínimo de 1959 que vigorou até 17.10.60.

O dado relativo a 1950 é evidentemente atípico. Primeiro, porque o salário-mínimo era o mesmo desde 1943. Segundo, porque o salário-mínimo regional decretado em 1951, para vigorar a partir de janeiro de 1952, fixou o valor de Cr\$ 800,00 mensais. Portanto, o salário médio de 1950, comparado com o mínimo de 1943, é superior em 130,39% e, comparado com o decretado em 1951, in-

ferior em 9,21%. De qualquer forma, os dados de 1955 e 1960, demonstram a tendência ascendente do salário médio, em Novo Hamburgo, em relação ao salário-mínimo regional.

## 5.0 Custo de vida

Em 1948, o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (SEPT), considerava como custo de vida "o preço das utilidades indispensáveis à subsistência do indivíduo e de sua família", fixando os seguintes percentuais: 58%, alimentação; 16%, habitação; 12%, higiene; 9%, vestuário e 5% para o transporte.<sup>11</sup> Poucos são os dados para aferir, a nível local, a despesa das famílias operárias com estes cinco itens. Além do mais, estes itens não abrangem a totalidade das necessidades humanas, pois esquecem, por exemplo, educação e lazer. Alguns dados disponíveis, porém, permitem estabelecer relações entre salários, custo de vida e movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora em Novo Hamburgo.

Tomando-se como base o trabalho de pesquisa de Mascarenhas, no ano de 1955, verifica-se que o salário-mínimo regional, como também o salário médio pago no município, não era suficiente para atender as despesas de uma família de cinco pessoas. Mascarenhas calculou uma média mensal, familiar, para alimentação, em Cr\$ 1.565,57, ou seja, 86,97% do salário-mínimo (Cr\$ 1.800,00), ou 82,07% do salário médio local (Cr\$ 1.907,50). Ainda de acordo com a pesquisa de Mascarenhas, as prestações da casa própria eram em média Cr\$ 493,27 e Cr\$ 329,36, o valor médio do aluguel. Uma média aritmética das duas possibilidades aponta a despesa de Cr\$ 411,31 mensais com habitação. Este valor correspondia a 22,85% do salário-mínimo e 21,56% do salário médio, respectivamente. Somando-se as despesas de alimentação e habitação verifica-se a impossi-

bilidade do salário-mínimo, ou mesmo do salário médio suprir estas e as demais necessidades familiares. A sobrevivência ficaria assegurada pelo trabalho de mais de um membro da família.<sup>12</sup>

Estes dados contribuem para explicar as reivindicações dos grevistas de 1955, ano marcado pela ocorrência de três greves por aumento salarial na cidade, sendo a dos sapateiros com quinze dias de duração.

Leopoldo Petry reproduz uma tabela de preços de gêneros de primeira necessidade vigorantes em 1944, 1958 e 1963. Desta lista foram selecionados dez artigos e acrescentados outros dois, carne e leite, que não constavam. Apesar de não constituir um rancho básico, permite algumas conclusões.

TABELA XVII  
PREÇOS DOS GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE EM NOVO HAMBURGO,  
AO CONSUMIDOR

| artigos               | unidade |      | 1944  | 1958   | 1963   |
|-----------------------|---------|------|-------|--------|--------|
| 01 - açúcar cristal   | quilo   | Cr\$ | 2,40  | 12,00  | 80,00  |
| 02 - arroz, 1ª        | "       | Cr\$ | 2,20  | 22,00  | 130,00 |
| 03 - banha inspec.    | "       | Cr\$ | 6,40  | 54,00  | 300,00 |
| 04 - café moído, 1ª   | "       | Cr\$ | 6,60  | 80,00  | 91,00  |
| 05 - cebola colonial  | "       | Cr\$ | 1,00  | 20,00  | 30,00  |
| 06 - farinha de milho | "       | Cr\$ | 1,10  | 10,00  | 60,00  |
| 07 - feijão           | "       | Cr\$ | 1,20  | 12,00  | 90,00  |
| 08 - manteiga past.   | "       | Cr\$ | 12,00 | 120,00 | 560,00 |
| 09 - sal moído, nac.  | "       | Cr\$ | 0,70  | 6,00   | 60,00  |
| 10 - sabão comum      | "       | Cr\$ | 3,10  | 22,00  | 65,00  |
| 11 - carne, 2ª*       | "       | Cr\$ | 2,40  | 45,00  | 190,00 |
| 12 - leite*           | litro   | Cr\$ | 0,90  | 13,00  | 32,00  |

Fonte: Leopoldo PETRY, Novo Hamburgo, p.150.

\* coletado nos jornais da época, 0 5 de Abril e NH.

Numa hipotética compra destes artigos, servindo como amostragem, a Tabela XVIII compara o total dos gastos com o salário

mínimo regional. Esta comparação permite distinguir nos movimentos reivindicatórios de Novo Hamburgo a fase contra a carestia e a fase por melhores salários, devidamente comprovadas pelas greves, analisadas no capítulo anterior.

TABELA XVIII  
COMPARAÇÃO ENTRE OS PREÇOS DOS GÊNEROS E O SALÁRIO-MÍNIMO  
REGIONAL

| anos   | valor total<br>produtos listados | salário<br>mínimo | percentual<br>s/o salário |
|--|----------------------------------|-------------------|---------------------------|
| 1944   | Cr\$ 40,00                       | 320,00            | 12,50%                    |
| 1958   | Cr\$ 416,00                      | 3.100,00          | 13,41%                    |
| 1963   | Cr\$ 1.688,00                    | 18.300,00         | 9,22%                     |
| percentual<br>de aumento<br>entre 1944<br>e 1958 | 940%                             | 868,75%           | -                         |
| percentual<br>de aumento<br>entre 1958<br>e 1963 | 305,76%                          | 490,32%           | -                         |
| percentual<br>de aumento<br>entre 1944<br>e 1963 | 4.120%                           | 5.618,75%         | -                         |

A Tabela XVIII mostra claramente a existência de duas fases distintas. A primeira, de 1944 a 1958, onde o aumento dos preços (940%) sobrepuja amplamente o aumento dos salários (868,75%). Na segunda, de 1958 a 1963, ocorre o inverso. O aumento dos preços (305,76%) é sobrepujado pelo aumento dos salários (490,32%).

Esta distinção coincide quase integralmente com a natureza dos movimentos grevistas ocorridos na cidade. Até 1955, as greves tiveram como motivo básico a carestia, a alta dos preços, o que a Tabela XVIII confirma. De 1955 a 1964, as greves, em sua maioria, reivindicavam melhores salários, o que igualmente coin-

cide com os dados apontados pela referida tabela.

Contudo, apesar da Tabela XVIII mostrar uma ascendência dos salários sobre os preços, isto não significa que os assalariados locais passassem a viver bem. A pesquisa de Mascarenhas, as notas dos jornais e a própria greve de 1960, reivindicando a criação de armazéns populares, demonstram a insuficiência dos salários para suprir as necessidades dos trabalhadores e de suas famílias. Por exemplo, dados do SEPT, em abril de 1960, apontaram aumento de 47,89% nos preços das utilidades em Novo Hamburgo nos últimos doze meses, numa pesquisa solicitada pelo Sindicato dos Comerciários. Em agosto de 1963, segundo o jornal Última Hora, o custo de vida na cidade subiu 51% nos primeiros oito meses do ano. Em dezembro de 1963 Folha da Tarde anunciou que Novo Hamburgo tinha um dos mais elevados índices de aumento do custo de vida no Estado, com 96% de aumento.<sup>13</sup>

Após analisar estes cinco aspectos é possível concluir que Novo Hamburgo, ao receber um contingente apreciável de migrantes atraídos por sua indústria, teve ampliados seus problemas de natureza social, especialmente referente à classe trabalhadora. Os sindicatos, como expressão organizada do movimento operário, começaram a atuar, sós ou concomitantemente com outros setores da comunidade, na solução destes problemas. Como defensores dos interesses da classe trabalhadora, desenvolveram ações reivindicatórias e assistencialistas. Na área da saúde, por exemplo, sua ação foi tipicamente assistencial, procurando preencher lacunas deixadas pelas empresas e órgãos públicos. Na área da moradia, alimentação, salários e custo de vida, desenvolveu uma ação claramente reivindicatória, procurando através de pressões, inclusive com o recurso das greves, a solução dos problemas.

## CAPÍTULO IX - NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) Humberto MASCARENHAS, Estudo sobre a Comunidade Trabalhadora de Novo Hamburgo, p.18-20.
- 2) Idem, p.36-39
- 3) Idem, p.50-58
- 4) NH, 13.12.63, p.23; O Hamburguês, 25.01.64, p.1, 01.02.64, p.1, 08.02.64, p.12, 29.02.64, p.4.
- 5) Humberto MASCARENHAS, op. cit., p.60-61.
- 6) Idem, p.26.
- 7) Folha da Tarde, 29.10.57.
- 8) Humberto MASCARENHAS, op. cit., p.22-23 e 78-81.
- 9) Leopoldo PETRY, Novo Hamburgo, p.127-129; NH, 11.05.62, p.21; O 5 de Abril, 15.12.62, p.7.
- 10) Humberto MASCARENHAS, op. cit., p.47.
- 11) O 5 de Abril, 22.10.48, p.6.
- 12) Humberto MASCARENHAS, op. cit., p.62-65.
- 13) NH, 23.04.60, p.1; Última Hora, 26.08.63; Folha da Tarde, 17.12.63.

## CAPÍTULO X

### 1964: O EPÍLOGO

Em janeiro de 1964, Rudor Blumm (Federação dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário), Sebastião Ody (metalúrgicos) e Pedro João Antônio (curtidores) retornaram do Rio de Janeiro onde participaram, como delegados-eleitores, da eleição para a diretoria da CNTI. Voltaram desgostosos com a reeleição de Clodsmith Riani e Dante Pelacani, respectivamente presidente e vice da entidade. Foram derrotados os candidatos apoiados pelo MSD, movimento do qual faziam parte, ativamente, no Rio Grande do Sul e em Novo Hamburgo.<sup>1</sup> Restou-lhes, então, o caminho da oposição à cúpula dirigente do órgão maior dos trabalhadores industriais. Posição que lhes salvou de muitos incômodos com a eclosão do movimento militar que depôs o presidente João Goulart.

O novo governo desmantelou as entidades sindicais (confederações, federações e sindicatos) dominadas por líderes comunistas ou favoráveis ao governo deposto. Assim, como reconhece José Albertino Rodrigues, sindicalistas ligados ao MSD "assumiram a direção de grande número de sindicatos, como interventores ou membros das juntas governativas, substituindo as diretorias que presidiam as entidades sindicais até o mencionado golpe militar".<sup>2</sup> Como em Novo Hamburgo o MSD já era a corrente amplamente majoritária desde a eleição de Norci Pedro da Rosa para a presidência do STI de Calçados, não houve, na cidade, intervenção em nenhuma entidade sindical.



Com a anulação das eleições de janeiro na CNTI, dirigentes locais voltaram ao Rio de Janeiro, em junho de 1964, para participar da nova eleição. Desta feita, Pedro João Antônio foi como delegado-eleitor e Blumm e Ody como participantes da chapa única que concorria ao pleito. Rudor Blumm, nesta ocasião, começou a projetar-se nacionalmente, sendo nomeado secretário para Assuntos Internacionais da CNTI.<sup>3</sup>

Durante os primeiros dias do movimento militar, contudo, os líderes locais do MSD foram arditamente envolvidos em agitações ocorridas na cidade. No dia 2 de abril, segundo a Folha da Tarde, "agitadores tentaram promover greves no vale do Sinos", citando Rudor Blumm como um dos "comunistas" que tinham por objetivo paralisar o fornecimento de energia elétrica com a ocupação da estação local da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). Na edição seguinte do mesmo jornal, os dirigentes sindicais desmentiram terem sido responsáveis pelas desordens e hipotecaram solidariedade ao deputado Rainieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados, empossado interinamente na Presidência da República.<sup>4</sup>

Como em todo o país, Novo Hamburgo não escapou das perseguições, prisões e interrogatórios desencadeados com a vitória das forças anti-janguistas. Militares do 19º Regimento de Infantaria, de São Leopoldo, realizaram diversas prisões, como as de Guido Endres, presidente do Sindicato dos Comerciários, Alcides Nunes Rosa, ex-presidente do STI de Calçados, o metalúrgico Osvaldo Mosmann (o operário que construiu sua casa sozinho), o suplente de deputado Seno Ludwig, o professor Luiz Albuquerque e o comerciante Ignácio Treis, entre tantos outros. Contudo, a maioria das prisões não visava sindicalistas como tal, mas, como noticiou o Correio do Povo, os "suspeitos de atividades comunistas e subversivas (os carbonários dos famigerados "grupos dos 11)". E, pondo lenha na fogueira, acrescentou: "a inflação esquerdista

nesta cidade é comprovadamente muito maior do que se supunha, pois a impressão até aqui imperante era a de que Novo Hamburgo, apesar de contar com a maior concentração operária do interior, se constituísse num compartimento estanque à proliferação das idéias moscovitas, que agiam sob a capa de um falso nacionalismo".<sup>5</sup>

A euforia denunciativa do Correio do Povo não foi acompanhada pelo inspetor local do Ministério do Trabalho, Francisco Camerini. Este zeloso e antigo funcionário acompanhou as comemorações do 1º de maio, na sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados e, através de ofício, comunicou ao general Rafael Ferrão Teixeira, interventor na DRT-RS, que "transcorrendo tudo na mais perfeita harmonia e manifesta alegria pelo novo surto de esperança e tranquilidade sob um regime de liberdade e democracia Cristão, todos os oradores manifestaram o júbilo e o espírito de colaboração ao governo de S.Excia., o general Castello Branco".<sup>6</sup>

O real significado de 1964, para o sindicalismo, foi dado por Guido Endres, presidente do Sindicato dos Comerciários. Apesar de detido e interrogado, Endres não foi destituído da diretoria do sindicato. Cumpriu seu mandato. Em 1966, por ocasião das eleições sindicais, ninguém quis se candidatar. Uma junta governativa assumiu o controle da entidade dos comerciários e as explicações de Guido Endres à DRT são conclusivas. Disse ele que a diretoria com mandato expirante não mais se candidataria devido a Portaria nº 40/65 que representou mais um golpe na autonomia sindical e que ninguém queria ser candidato por falta de garantias às liberdades individuais. Dita a verdade, Endres deixou o sindicato.<sup>7</sup>

## CAPÍTULO X - NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) Sobre os grupos que disputavam o controle da CNTI, v. Hans FÜCHTNER, Os Sindicatos Brasileiros - Organização e Função Política, p.207-208.
- 2) José Albertino RODRIGUES, Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, p.164.
- 3) O Hamburguês, 31.05.64, p.9; Jornal do Dia, 13.10.64. Sobre Rudor Blumm, v. Capítulo VII, nota 8.
- 4) Folha da Tarde, 03.04.64, 04.04.64.
- 5) NH, 17.04.64, p.1; Correio do Povo, 23.04.64.
- 6) Arquivo da DRT (DAS-SOSU), Pasta nº 95.
- 7) Idem, Pasta nº 224.

## C O N C L U S O Ë S

Após analisar vários aspectos sobre os trabalhadores de Novo Hamburgo e suas entidades sindicais, são possíveis diversas conclusões, a partir de três grandes variáveis: a questão ideológica, a função sindical e o populismo, todas de certa maneira interligadas.

Com relação a questão ideológica, as fontes pesquisadas foram abundantes para analisar dois pontos básicos: o anti-comunismo e a harmonia entre capital e trabalho. No caso do anti-comunismo tudo indica que este posicionamento ideológico tenha sido ampla e majoritariamente dominante. Uma postura caracterizada como "comunista", indicaria antes de uma tentativa de mudança da estrutura social, ao menos um questionamento do capitalismo. No entanto, o operariado local e, principalmente, seus sindicatos, no período de 1945 a 1964, buscaram apenas vantagens imediatas, maiores tanto em termos qualitativos como quantitativos. A pressão para o surgimento dos armazéns populares e o apoio à decretação do 13º salário são exemplos significativos. Foram também reformistas, na medida em que as reformas estruturais lhes trouxessem mais benefícios. Desta forma, o sindicalismo local aproximou-se dos congêneres americano e alemão, por exemplo. Nada de comunismo ou socialismo. O objetivo seria conviver com o capitalismo e aprender a tirar dele o máximo de vantagens. Contudo, a identificação com esta corrente sindicalista não foi plenamente consciente. Decorreu basicamente do respeito à legislação trabalhista brasileira.

De fato, os sindicatos locais procuraram não ultrapassar os limites impostos pela CLT e pelo Ministério do Trabalho. Isto é, como órgãos com o dever de "colaborar com os poderes públicos no

desenvolvimento da solidariedade social" (CLT, art. 514), atuaram dentro dos parâmetros legais. E, dentro da ordem legal, não havia espaço para contestar o sistema capitalista, ou, para ser mais exato, o "modelo" como um todo. Mesmo porque o paternalismo estatal providenciava a concessão dos benefícios. A propósito do assunto, escreveu José Albertino Rodrigues:

"A liderança sindical, que se firma e permanece, adquiriu o hábito de ater-se à lei e, por conseguinte, torna-se não apenas fiel cumpridora dela, mas também sua guardiã. Todas as conquistas trabalhistas atuais vieram através de leis e decretos e não foi preciso, por exemplo, a realização de greves específicas e imediatas para obter a jornada de 8 horas, o salário mínimo, a estabilidade no emprego, as indenizações por dispensas, enfim toda uma gama de institutos protetores do trabalho."<sup>1</sup>

De acordo com o que foi exposto, o anti-comunismo teve um curso natural. Como ideologia, foi amplamente explorado e divulgado. A imprensa, especialmente a local, foi um de seus veículos. Alguns momentos que aparentemente representaram uma superação deste aspecto em favor da unidade sindical, como expressão de força para alcançar objetivos claramente operários, foram de pouca duração. O Pacto de Cooperação Intersindical, o melhor exemplo a nível local da unidade sindical, não sobreviveu à tentativa de deflagração de uma greve política para pressionar os poderes públicos a apressar a criação de armazéns populares, em setembro de 1960. Outro agente do anti-comunismo foi o MSD. A partir da conquista, por via eleitoral, da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Calçado, o maior da cidade, em 1962, o MSD dominou incontestavelmente os sindicatos locais com sua posição combativamente anti-comunista. Este domínio no âmbito local representou a culminância de um processo ideológico que vinha desde a década de trinta (recorde-se as declarações de Vicente Kieling, líder sindical católico, em 1947, ao voltar do Rio de Janeiro, por ocasião da instalação oficial da CNTI), identificando a situação na cidade com uma tendência que assumia importância a nível nacional, especialmente nos dois últimos a-

nos que precederam ao movimento militar de 1964. A polarização das forças atingiu o meio sindical. Em Novo Hamburgo, a direita sindical, representada pelo MSD, suplantou a esquerda, cuja expressão mais significativa era o CGT. O MSD representou também a continuação do "trabalho" do Círculo Operário que tinha perdido influência, gradativamente, nos anos cinquenta.

Sobre esta questão, é necessário ainda fazer uma referência teórica. Lênin, como já foi referido no Capítulo I, identificou os sindicatos como intermediários entre o Partido (comunista) e as massas (o operariado), considerando-os como uma "escola de comunismo".<sup>2</sup> Ora, em Novo Hamburgo os sindicatos não questionaram o capitalismo. Logo, não serviram como "escola de comunismo", mesmo porque, na estrutura sócio-econômica vigente e com o império da CLT, não poderiam mesmo servir como tal. Muito menos como intermediários de um partido político, o PCB, que na sua curta existência legal, alcançou um mínimo de expressão eleitoral na cidade. Os próprios sindicalistas locais, quando integrados na política partidária, foram acolhidos pelas mais diversas legendas, como PTB, PSD, PRP, PDC, etc., não sendo possível afirmar que este ou aquele partido os controlasse, efetiva e diretamente.

De qualquer forma, o anti-comunismo constituiu-se numa espécie de sustentáculo ideológico para evitar que uma infiltração ideológica oposta ameaçasse romper a harmonia entre trabalho e capital. Mas, existiu esta harmonia na cidade? Ou foi ela apenas defendida e desejada pelo patronato, como um instrumento a mais de segurança para sua empresa capitalista? Duas respostas são possíveis, contrastantes, mas verdadeiras.

Primeiro, os interesses de trabalhadores e patrões não são os mesmos, essencialmente. Esta realidade leva ao confronto entre as classes. Não necessariamente à luta de classes na concepção marxista que supõe a vitória final e completa do proletaria-

do sobre os capitalistas. Mas o confronto decorrente da divergência de interesses e propósitos. Assim sendo, em muitas ocasiões manifestou-se a desarmonia entre patroões e empregados na cidade de Novo Hamburgo. As greves ocorridas no período de 1945 a 1964 foram exemplos marcantes deste fato. Todos os dez movimentos grevistas analisados no presente trabalho comprovaram situações de ruptura nas relações trabalhistas, desmentindo a propagada paz social, tida como perene na cidade.

Nestes momentos de aguçamento das divergências de interesses, entre as classes, os sindicatos locais tiveram a oportunidade de arrastar os limites da CLT ao apoiar greves que nem sempre foram legais. Como foram legítimas, por sintetizarem reivindicações justas e prementes (salários, custo de vida, abastecimento), também oportunizaram aos sindicatos momentos de plena identificação com a defesa dos interesses do operariado. Contudo, a intervenção sindical nunca foi profunda, justamente para não ir longe demais, além das limitações legais. Isto explica a política de "panos quentes" dos sindicalistas locais, ajudando a resolver os problemas, fazendo pressão, especialmente quando a ocasião exigia não ficar a reboque de movimentos engendrados fora dos sindicatos. Sempre que possível, contendo a massa, através de recursos legais, como é o caso das negociações diretas ou o apelo à Justiça do Trabalho. O mal deste legalismo é que, nem sempre, as soluções alcançadas eram rápidas e satisfatórias.

Segundo, analisando a questão por um lado sociológico, encontra-se justificativa para a insistência de apresentar a cidade como modelo de relações harmônicas entre patroões e empregados. O mito do operário que se fez patrão sempre foi apresentado como atingível a qualquer um que seguisse o exemplo. O artifício funcionou, o que explica a violenta e despropositada reação contra a crônica de Rodrigo Silva que ousou revelar as contradições da cidade, no que tange às diferenças entre os patroões e empre-

gados.

O desejo de ascensão social é natural numa sociedade educada com base em valores individualistas. Apesar da fórmula ser obviamente enganosa pela falta de oportunidades iguais para todos, não deixou de ser meta perseguida por muitos. Por outro lado, o recrutamento da mão-de-obra no meio rural contribuiu para esta questão. Muitos operários de origem rural encaravam a nova situação, a de assalariados urbanos, como a segunda e definitiva oportunidade de suas vidas. A cidade representava a superação de todas as dificuldades e fracassos da situação anterior. O trabalho deveria ser encarado como o meio para alcançar o fim.<sup>3</sup> Sobre o assunto, a profª Cleci Klein, ao estudar o movimento sindical operário em Caxias do Sul, identificou este desejo de ascensão social como coercitivo de uma formação coletivista, associativa, de base sindical, lembrando ainda, o que é válido igualmente para Novo Hamburgo, que assegurar o emprego tornou-se o primeiro objetivo dos trabalhadores na sua luta pela escalada social.<sup>4</sup>

Neste sentido, portanto, não cabia contestar nem exceder-se em eventuais confrontos, mesmo porque o êxodo rural tornou abundante e barata a mão-de-obra industrial não plenamente qualificada, facilitando as substituições por razões punitivas. As demissões de trabalhadores após a grande greve dos sapateiros, em 1955, servem de exemplo. Assim sendo, uma segunda resposta, devido a esta peculiar convergência de interesses, favoreceu a coexistência pacífica entre patroões e empregados, senão plenamente real, ao menos pragmaticamente desejada por ambos.

O anti-comunismo e a harmonia entre capital e trabalho não foram, portanto, apenas defendidas pelo patronato. Os sindicatos também exerceram papel importante, direta e indiretamente, para sua predominância na cidade. As conclusões sobre a política e a função sindical explicam a questão.



A função sindical precípua é a de defender os interesses das respectivas categorias profissionais. Todavia, os sindicatos locais, mais que seus congêneres dos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, mantiveram-se nos limites legais. No caso brasileiro, especialmente no início dos anos sessenta, o movimento operário de base sindical procurou consumir novas fórmulas de atuação independentes da tutela ministerial, criando organismos paralelos e mobilizantes, como o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), entre outros. Do ponto de vista legal, estas entidades eram inviáveis. A ação que desenvolveram tornou-as toleradas. Além disto, a partir das cúpulas dirigentes, levaram o movimento operário a explorar uma atuação política. Atuação consentida e, muitas vezes, desejada no contexto do governo populista, apesar do perigo do mesmo perder o controle sobre o movimento operário. Reivindicações legítimas, como a luta pelo 13º salário, mesclaram-se com greves essencialmente políticas, usadas como instrumento de pressão. A tolerância e consentimento governamental para este tipo de atuação sindical abriu novas perspectivas para o movimento operário. O ativismo do CGT e de outras organizações paralelas controladas pela esquerda sindical procuraram, naturalmente, alargar o espaço que se abria, questionando a legislação trabalhista e envolvendo-se em todas as questões nacionais.

Em Novo Hamburgo foi diferente. É verdade que as decisões vinham igualmente de cima para baixo, dos dirigentes para a massa. Contudo, o processo local diferiu fundamentalmente no que se refere ao engajamento político. O Pacto de Cooperação Intersindical, também um organismo paralelo, reconhecido por seus mentores como um embrião de central operária (o que era vedado pela CLT), manteve sua atuação nos limites das reivindicações trabalhistas. Realizou, com sucesso, a única greve geral na cidade, a 6 de julho de 1960, cujo objetivo básico era exigir do poder público municipal a criação de armazéns populares. Quando um grupo

tentou vulgarizar a fórmula grevista, dando um ultimato ao prefeito, o Pacto foi simplesmente desfeito e uma segunda greve não ocorreu. Curiosamente, foi outro organismo paralelo, o MSD, que contribuiu para este posicionamento dos sindicalistas locais. Atuando à direita, o MSD foi muito mais importante em Novo Hamburgo do que no Brasil, onde, além do Rio Grande do Sul, somente alcançou expressão em São Paulo.<sup>5</sup>

Ao que tudo indica, este posicionamento do sindicalismo de Novo Hamburgo, foi também favorecido pela burocratização, tanto dos sindicatos como de seus dirigentes. Diretorias com muitos anos de permanência no poder, geralmente concorrendo em chapa única nas eleições sindicais, administraram recursos apreciáveis da contribuição sindical e das rendas próprias, pois, como foi visto, a média de sindicalização dos trabalhadores de Novo Hamburgo foi superior à média brasileira, criando expressivos quadros sociais em alguns sindicatos. Assim, ser dirigente sindical, representava um status social, valorizado pela posição junto aos associados, que nele viam um líder e também um "pai" que resolvia seus problemas. O dirigente também era compensado pelos encargos comunitários (membro da comissão de abastecimento), como pelo reconhecimento oficial ao receber uma nomeação de vogal para a Junta de Conciliação e Julgamento. Levar seus sindicatos a extrapolar as normas legais poderia por tudo a perder. Dirigí-los com moderação e, principalmente, controlar a massa operária em suas reivindicações, caracterizaria a função sindical no esquema previsto pela legislação. Esta foi a opção predominante em Novo Hamburgo.

Por outro lado, numa área como Novo Hamburgo, dominada pelo setor coureiro-calçadista em expansão, mas com sinais de diversificação crescente, assegurar a paz social pela via do controle sindical, representou fator importante no processo de desenvolvimento industrial. Tudo o que os industrialistas queriam resu-

mia-se em tranquilidade para tocar adiante seus negócios. Ainda mais que no início dos anos sessenta abriram-se as perspectivas de exportação. Tornava-se, portanto, necessário compatibilizar as relações de trabalho com esta nova possibilidade. Afinal, para atender pedidos de exigentes compradores estrangeiros, não era conveniente correr o risco de paralizações do trabalho que atrasassem a produção e alteração dos custos por majorações salariais.<sup>6</sup>

Esta situação de controle precisa ainda ser considerada sob o aspecto do populismo. A profa Heloísa de Souza Martins definiu as características do sindicalismo populista após 1945: "subordinação à ideologia nacionalista, dando ênfase ao desenvolvimento baseado na solidariedade e paz social; a existência das organizações paralelas que, de certa forma, dinamizaram o sindicalismo oficial; e, a participação política dos sindicatos que passou a ser consentida pelo Estado, buscando, assim, apoio dos operários e entidades sindicais controladas, em sua maior parte, pela esquerda".<sup>7</sup> Portanto, os trabalhadores, como uma das forças sociais, tinham papel importante no esquema populista. Mobilizados pelos sindicatos e pelos partidos políticos, em especial pelo PTB, partido que controlou o Ministério do Trabalho durante a maior parte do tempo, entre 1945 e 1964, foram manipulados para apoiar o projeto político e econômico do populismo, o nacionalismo desenvolvimentista. Diz Octavio Ianni que "a política de massas funcionou como uma técnica de organização, controle e utilização da força política das classes assalariadas, particularmente o proletariado".<sup>8</sup> De fato, ao receber vantagens imediatas (como 100% no salário-mínimo, em 1964), reclamadas em grandes manifestações de rua, os trabalhadores recebiam uma parcela, ainda que pequena, de participação no poder, já que estavam distantes de participar eficazmente de órgãos da democracia formal, como por exemplo, do Congresso Nacional. Todavia, em troca do que recebiam, manifestavam seu apoio ao governo que buscava, na

política de massas, suporte para suas realizações, já que os setores conservadores da sociedade resistiam a ruptura das estruturas ultrapassadas, mesmo que de forma gradativa.

Em Novo Hamburgo esta manipulação ocorreu de forma bem menos intensa. Os trabalhadores locais, através de seus sindicatos, não foram omissos às grandes campanhas, como a do petróleo e a das reformas de base.<sup>9</sup> Contudo, não chegaram ao ponto de realizar grandes concentrações, como ocorria no Rio de Janeiro, quando o próprio governo arrebanhava operários para realizar manifestações de massa, como forma de exibir apoio popular, mesmo em prejuízo das atividades produtivas.<sup>10</sup> Greves políticas e de solidariedade, típicas do jogo populista, não foram realizadas na cidade.

Muitas razões contribuem para explicar esta peculiaridade. Como foi demonstrado, os dirigentes sindicais não tinham interesse de levar os sindicatos e, por extensão, a massa trabalhadora, por caminhos que representassem atitudes extra-legais. Os próprios trabalhadores, no contexto sociológico, não se dispunham a arriscar o emprego, nem mesmo o desconto por horas paradas, no seu caminho pela ascensão social. Por outro lado, em Novo Hamburgo não houve partido político que servisse de catalizador ideológico capaz de efetivar esta manipulação.<sup>11</sup> O PTB, por exemplo, apesar de sua penetração no meio operário, não controlou os sindicatos locais. Diversos dirigentes sindicais da cidade, entre eles Guido Endres, dos comerciários, e Alcides Nunes Rosa, dos sapateiros, para citar um exemplo, entraram na política partidária, em 1958, buscando abrigo na legenda do inexpressivo Partido Republicano (PR). O que, aliás, não tem nexos, considerando-se as origens deste partido na oligarquia rural mineira.<sup>12</sup>

quando, em 1964, o golpe militar representou a ruptura fi-

nal entre o modelo político populista e o modelo econômico internacionalista<sup>13</sup> ninguém escapou do incêndio. O sindicalismo de esquerda e o de direita sofreram os sinais dos novos tempos, com a revitalização do controle ministerial sobre os sindicatos e o arrôcho salarial calando as reivindicações mais prementes. Afinal, como disse Octavio Ianni, a "política de massa foi a vida e a morte do modelo getuliano (populismo) de desenvolvimento nacional. Quando não teve mais contrapartida nas diretrizes da política econômica, tornou-se inconveniente".<sup>14</sup>

Apesar de tudo, 1964 não representou o fim irremediável do sindicalismo brasileiro. Comentar as novas perspectivas do movimento operário de base sindical é, de certa forma, repor as esperanças perdidas em 1964 e nos anos subsequentes. As conclusões do período de 1945 a 1964 carecem deste otimismo a partir de uma nova realidade, ainda que mais de uma década tenha se passado na letargia das entidades sindicais.

Desde 1977, a partir de São Paulo, mas com manifestações generalizadas por todo o país, os trabalhadores tem conquistado um novo espaço na sociedade. A distensão do governo Geisel e a abertura do governo Figueiredo tem mostrado que as reivindicações trabalhistas não ameaçam a ordem e a segurança nacionais.

A generalização das greves, a partir das iniciativas bem sucedidas dos metalúrgicos paulistas, levaram às negociações diretas entre empregados e empregadores, com resultados positivos, ainda que não ideais, no que tange a reposição salarial. O reinício da luta, tendo como base a reposição salarial, é uma contingência porque, segundo Raymundo Arroyo, "o empobrecimento dos trabalhadores industriais (...) se expressa numa diminuição de sua participação na riqueza por eles mesmo gerada, num aumento da exploração, num achatamento da renda real de mais da metade dos operários e em uma concentração de renda nas mãos de uma pe-

quena camada privilegiada".<sup>15</sup> Exatamente por isto a preocupação dos comunistas, segundo Hércules Correa, membro do Comitê Central do PCB, é que "deverão (...) ser melhoradas as condições de trabalho e assegurada uma política de salários que permita ao trabalhador auferir os resultados do aumento da produtividade".<sup>16</sup>

No entanto, o sindicalismo brasileiro está num dilema. Não se vislumbra ainda qual o melhor caminho a seguir para alcançar seus objetivos. O primeiro passo, certamente, precisa ser alterar a estrutura sindical tutelada pelo Ministério do Trabalho.

Porém, antes de qualquer coisa, a ação sindical deverá ser de base, como previu Hans FÜchtner:

(...) "o ponto de partida na formação de uma estrutura sindical paralela, não só ao nível da cúpula como nos anos 50 e 60, mas desta vez organizada na base. Inclusive as greves que puderam ser realizadas a partir de 1977 demonstram que parte do operariado já é capaz de ser mobilizado para formas disciplinadas e efetivas de luta, inteiramente novas no Brasil. A garantia das mesmas no processo de uma reorganização sindical autêntica na base, em primeiro lugar, como também nos sindicatos que não mais se sujeitarem aos regulamentos da CLT, poderia abrir um novo capítulo na história do movimento operário brasileiro."<sup>17</sup>

De qualquer modo, a única coisa que não pode acontecer, é o acomodamento dos trabalhadores, para não serem neutralizados no jogo político legal, sem margem para questionar o sistema capitalista em si mesmo, lutando apenas por ocasionais melhorias de salário. A propósito, as classes patronais continuam desconfiadas e o Ministério do Trabalho vigilante contra os progressos do sindicalismo.

Em Novo Hamburgo também identificam-se sinais da mudança. O desenvolvimento do assistencialismo dinamizou praticamente todos os sindicatos locais, motivando maior interesse dos trabalhadores por suas entidades de classe. Se os dirigentes souberem ca-

pitalizar esta situação terão condições, a médio prazo, de assumir uma liderança de novo feitio, calcada nas bases, para explorar estas perspectivas que se abrem no contexto nacional.

Na verdade, a questão operária e sindicalista precisa ser considerada, numa sociedade que pretende ser democrática e pluralista, não apenas na forma mas também no conteúdo.

Finalmente, uma colocação necessária. Novo Hamburgo, segundo centro operário do Rio Grande do Sul, suplantado em número apenas por Porto Alegre, tem sido esquecido no que se refere aos estudos sobre a classe trabalhadora e suas entidades sindicais. Raras referências bibliográficas foram encontradas. Por exemplo, Jover Telles fez referências a algumas greves em Novo Hamburgo, ainda que de forma superficial e inexata, numa obra publicada e reconhecida como importante. Ou então o trabalho de pesquisa de Humberto Mascarenhas, resgatado do esquecimento numa prateleira da Biblioteca Pública Municipal "Machado de Assis", de Novo Hamburgo. Neste sentido, apesar de limitado e possivelmente imperfeito, o presente trabalho procurou sanar esta lacuna. A sua eventual divulgação talvez provoque reações saudáveis, despertando o interesse de outros pesquisadores pelo tema. Afinal, reduzir ao nível local - no caso Novo Hamburgo - o estudo da classe trabalhadora e seus sindicatos, contribui para uma análise e interpretação mais corretas do fenômeno, muitas vezes ameaçadas pelo perigo das generalizações.

## CONCLUSÕES - NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) José Albertino RODRIGUES, Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, p.170.
- 2) LÊNIN, Sobre os Sindicatos, p.191 e p.219-221.
- 3) V. Capítulo IX.
- 4) Cleci Eulalia Favaro KLEIN, Considerações sobre os Movimentos Associativos em Caxias do Sul, p.107.
- 5) Sobre a área de influência do MSD, v. Hans FÜCHTNER, Os Sindicatos Brasileiros - Organização e Função Política, p.201.
- 6) Neste sentido o golpe de 1964 veio em socorro da empresa capitalista, não só de Novo Hamburgo, como de todo o país. Talvez seja por esta razão que as exportações de calçados tenham se efetivado somente mais tarde, depois de 1964, com a vigência do arrôcho salarial, do AI-5 e da economia monetarista. Sobre o início das exportações de calçados, v. Liene Martins SCHÜTZ, Novo Hamburgo, sua História, sua Gente, p.113-115.
- 7) Heloísa Helena Teixeira de SOUZA MARTINS, O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil, p.78.
- 8) Octavio IANNI, O Colapso do Populismo no Brasil, p.63.
- 9) O Sindicato dos Metalúrgicos, em 1948, participou da instalação do Centro Municipal de Estudos e Defesa do Petróleo; em 1963, os sindicatos locais apoiaram a instalação de um Comitê Municipal Pró-Reformas de Base.
- 10) O exemplo mais significativo foi o Comício das Reformas de Base, no Rio de Janeiro, a 13 de março de 1964.
- 11) O conteúdo ideológico dos partidos políticos, no período de 1945 a 1964, parece discutível, à exceção, talvez, do PCB.
- 12) Alcides Nunes Rosa, Rudor Blumm, Patrício Martins Carvalho, Pedro João Antônio e Alfredo Bruno Harff, líderes sindicais locais, concorreram à vereança, nas eleições de 1959, pelo PR. O partido alcançou apenas 890 votos na legenda, num total de 14.642 votos válidos para a Câmara de Vereadores. O 5 de Abril, 08.08.58, p.1, 13.11.59, p.1.
- 13) V. Capítulo II, nota 10.



- 14) Octavio IANNI, op. cit., p.72.
- 15) Raymundo ARROYO, A Situação da Classe Trabalhadora na América Latina, p.55.
- 16) Hércules CORREA, A Classe Operária e seu Partido, p.188.
- 17) Hans FÜCHTNER, op. cit., p.232.

## B I B L I O G R A F I A

- 1 - ABENDROTH, Wolfgang. A História Social do Movimento Trabalhista Europeu. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 2 - ANTUNES, Ricardo C. O que é o Sindicalismo. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- 3 - ARROYO, Raymundo, e outros. A Situação da Classe Trabalhadora na América Latina. Rio de Janeiro, Cedec/Paz e Terra, 1978.
- 4 - CAMPANHOLE, Adriano. A CLT e Legislação Complementar. 40.ed., São Paulo, Atlas, 1975.
- 5 - CARDOSO, Fernando Henrique. O Modelo Político Brasileiro. 2. ed., São Paulo, Difel, 1973.
- 6 - CARONE, Edgard. A Primeira República (1889-1930). 3.ed., São Paulo, Difel, 1976.
- 7 - \_\_\_\_\_. A Segunda República (1930-1937). 3.ed., São Paulo, Difel, 1978.
- 8 - \_\_\_\_\_. Movimento Operário no Brasil (1945-1964). São Paulo, Difel, 1981.
- 9 - CATANI, Afrânio Mendes. O que é o Capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- 10 - CORREA, Hércules. A Classe Operária e seu Partido. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- 11 - COSTA, Caio Túlio. O que é o Anarquismo. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- 12 - DULLES, John W. Foster. Anarquistas e Comunistas no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
- 13 - FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930 - Historiografia e História. 6.ed., São Paulo, Brasiliense, 1979.
- 14 - FÜCHTNER, Hans. Os Sindicatos Brasileiros - Organização e Função Política. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- 15 - FURTADO, Celso. Análise do "Modelo" Brasileiro. 5.ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

- 16 - HOBBSAWM, Eric J. A Era do Capital: 1848-1875. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 17 - IANNI, Octavio. O Colapso do Populismo no Brasil. 4.ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- 18 - IBGE. Brasil Séries Estatísticas Retrospectivas. 1970.
- 19 - \_\_\_\_\_. Censo Industrial. 1950-1960.
- 20 - KLEIN, Cleci Eulalia Favaro. Considerações sobre os Movimentos Associativos em Caxias do Sul. Datilografado, 1977.
- 21 - LÊNIN. Sobre os Sindicatos. São Paulo, Polis, 1979.
- 22 - LINHARES, Hermínio. Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil. 2.ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1977.
- 23 - MARANHÃO, Ricardo. Sindicato e Democratização. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- 24 - MASCARENHAS, Humberto. Estudo sobre a Comunidade Trabalhadora de Novo Hamburgo. Datilografado, 1956.
- 25 - PETRY, Leopoldo. Novo Hamburgo. 3.ed., São Leopoldo, Rotermond, 1959.
- 26 - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. 4.ed., São Leopoldo, Rotermond, 1963.
- 27 - PINHEIRO, Paulo Sérgio. Política e Trabalho no Brasil. 2.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 28 - PINHEIRO, Paulo Sérgio, e HALL, Michael M. A Classe Operária no Brasil - 1889-1930 - Documentos. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- 29 - RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. 2.ed., São Paulo, Símbolo, 1979.
- 30 - RODRIGUES, Leôncio Martins. Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil. São Paulo, Difel, 1966.
- 31 - RUSSELL, Bertrand. Caminhos para a Liberdade - Socialismo, Anarquismo e Sindicalismo. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1955.
- 32 - SCHÜTZ, Liene Maria Martins. Novo Hamburgo, sua História, sua Gente. Novo Hamburgo, ed. Prefeitura Municipal, 1977.
- 33 - SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado. São Paulo, Dominus, 1966.

- 34 - SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castelo. 4.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- 35 - SOUZA MARTINS, Heloísa Helena Teixeira. O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1979.
- 36 - SPINDEL, Arnaldo. O Partido Comunista na Gênese do Populismo. São Paulo, Símbolo, 1980.
- 37 - TELLES, Jover. O Movimento Sindical no Brasil. 2.ed., São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- 38 - VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. 2.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

#### JORNAIS:

Na Biblioteca Pública Municipal "Machado de Assis", de Novo Hamburgo:

O 5 de Abril, de Novo Hamburgo, de 1927 a 1962, exceto o período de abril de 1937 a março de 1940.

Gazeta de Novo Hamburgo, de Novo Hamburgo, de 1947 a 1952.

NH, de Novo Hamburgo, de 1960 a 1964.

O Hamburguês, de Novo Hamburgo, de 1963 a 1964.

Correio do Povo, de Porto Alegre, recortes, de 1952 a 1964.

Jornal do Dia, de Porto Alegre, recortes, de 1952 a 1964.

Diário de Notícias, de Porto Alegre, recortes, de 1952 a 1964.

Folha da Tarde, de Porto Alegre, recortes, de 1955 a 1964.

A Hora, de Porto Alegre, recortes, de 1955 a 1961.

Última Hora, de Porto Alegre, recortes, de 1961 a 1964.

Na Biblioteca Pública do Estado, em Porto Alegre:

Correio do Povo, de Porto Alegre, edições de 03.07.46, 05.07.46, 07.07.46, 20.07.46, 01.08.46, 02.08.46, 04.08.46, 06.08.46, 07.07.54 e 10.04.55.

## ARQUIVOS:

Delegacia Regional do Trabalho (DRT), em Porto Alegre:

Na Divisão de Assuntos Sindicais (DAS), pastas referentes a cada sindicato de Novo Hamburgo:

- Pasta nº 93, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro de Novo Hamburgo.
- Pasta nº 94, Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários de Novo Hamburgo.
- Pasta nº 95, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Novo Hamburgo.
- Pasta nº 96, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Novo Hamburgo.
- Pasta nº 97, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Novo Hamburgo.
- Pasta nº 224, Sindicato dos Empregados no Comércio de Novo Hamburgo.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Novo Hamburgo:

Livro de Atas da Diretoria, Livro de Atas da Assembléia Geral e pasta com impressos e correspondência.

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Novo Hamburgo:

Livro de Presenças às Assembléias Gerais, O Sapateiro, órgão de divulgação do sindicato: nº 1, julho de 1979, nº 2, agosto, 1979, nº 3, setembro, 1979, nº 4, outubro, 1979, nº 5, novembro, 1979.

## A N E X O S

- 1 - "Circular" - documento assinado pelos dirigentes sindicais, comunicando a decisão de ir à greve, a 6 de julho de 1960. (Pasta com impressos e correspondência, arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos)
  
- 2 - Questionário - documento encaminhado aos sindicatos locais. O preenchimento foi precedido de entrevista com os dirigentes, por parte do pesquisador.

C I R C U L A R.

Levamos ao conhecimento de Vv.Ss., que os Sindicatos de Trabalhadores desta cidade, estão solidários com o movimento grevista, de âmbito estadual a ser deflagrado no dia 6 de julho p.v. conforme deliberação tomada em Santa Maria, e tendo em vista os seguintes objetivos:

- 1- Contra o alto custo de vida;
- 2- Contra qualquer aumento de impostos;
- 3- Pagamento dos reajustes pelos Institutos;
- 4- Lei Orgânica de Previdência Social;
- 5- Contra o aumento de luz e água;

Reivindicando, ainda, medidas concretas contra o alto custo de vida, como seja, a criação dos armazéns populares; contra o aumento dos transportes, carne, açúcar etc. etc.

Esta circular tem a finalidade de por Vv.Ss., a par do movimento, pois as reivindicações acima mencionadas são de interesse comum (empregados e empregadores), esperando vosso apoio, para o movimento em causa, afim de evitar atritos nas empresas que não paralizarem suas atividades no dia previsto.

Novo Hamburgo,

Alcides Nunes Rosa  
Presid. SII. Calçados.

S. Mariani Ode  
Presid. SII. Metalúrgicos.

Alfredo Zúñiga Harff  
Presid. SII. Construção e Mobiliário.

Pedro João Antonio  
Presid. SII. Artefatos de Couro.

Quisindes  
Presid. SII. Fiação e Tecelagem.

Quisindes  
Presid. SII. Comércio.

EMCO

Novo Hamburgo, 05 de agosto de 1980.

Sr. Presidente;

A atualidade brasileira tem revelado uma nova e crescente importância dos sindicatos e, justamente por isso, aumentou o interesse dos pesquisadores sociais e políticos pela organização e funcionamento das entidades de classe dos trabalhadores.

Estamos nos propondo a fazer um trabalho sério sobre a realidade sindical no Vale do Rio dos Sinos, especialmente em Novo Hamburgo e São Leopoldo, para o qual dependemos da vossa prestimosa colaboração.

Esta pesquisa destina-se à elaboração de uma dissertação de lestrado a ser apresentada na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, da qual semos aluno no Curso de Pós-Graduação em História.

Antecipadamente gratos pela colaboração, subscre vemo-nos

atenciosamente

Prof. Marcos Vinícios de Almeida Saul

Referências sobre o pesquisador:

- 1 - Escola Estadual "Leopoldo Petry" - 5ª a 8ª série  
Rua Rivera, 168 - bairro Santo Afonso - Novo Hamburgo  
Telefone: 95-1460
  
- 2 - **Universidade Federal de Santa Catarina**  
Curso de Pós-Graduação em História  
Campus Universitário da Trindade  
88.000 - Florianópolis - SC



## INSTRUÇÕES

QUADRO I - "Dados Gerais"

QUADRO II - "Relação nominal dos presidentes"

- fazer a lista dos presidentes do sindicato, em ordem cronológica, informando a duração de seus mandatos;

QUADRO III - "Associados"

- informar o número de associados, ano após ano, desde a fundação até 1980; na coluna "nº categoria" informar, se for possível, o nº de trabalhadores da categoria para confrontar com o nº de sindicalizados; na coluna "campanhas de sindicalização" informar a ocorrência de qualquer campanha para aumentar o nº de associados;

QUADRO IV - "Greves"

- informar a ocorrência de greves decididas e/ou apoiadas pelo sindicato, dando seus motivos, a duração do movimento e o resultado que pode ser expresso de maneira bem simples, como por exemplo "vitória", "fracasso", "empate" ou então "positivo", "negativo".

### OBSERVAÇÕES:

- 1 - todas as informações dadas serão de manipulação exclusiva do pesquisador para os fins de seu trabalho;
- 2 - se o espaço de qualquer quadro não for suficiente as informações poderão ser dadas em folha(s) anexa.

### QUADRO I -- DADOS GERAIS

NOME COMPLETO DO SINDICATO

BASE TERRITORIAL

DATA DA FUNDAÇÃO

NOMES DE ALGUNS FUNDADORES

DIRETORIA ATUAL

QUADRO II - RELAÇÃO NOMINAL DOS PRESIDENTES

Nº

NOME COMPLETO

MANDATO

QUADRO III - ASSOCIADOS

| 3 | Nº ASSOCIADOS | Nº CATEGORIA | CAMPANHAS DE SINDICALIZAÇÃO |
|---|---------------|--------------|-----------------------------|
|   |               |              |                             |

QUADRO IV - GAMES

| DATA | MOTIVO | DURAÇÃO | RESULTADO |
|------|--------|---------|-----------|
|      |        |         |           |